

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural



Dissertação de Mestrado

“Aqui plantamos uma semente”:
o surgimento da *Tekoa Pyaú* em uma comunidade Mbyá estabelecida no município
de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Estelamaris Dezordi

Pelotas, 2016.

Estelamaris Dezordi

“Aqui plantamos uma semente”:

o surgimento da *Tekoa Pyaú* em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Antropologia Social e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. Martín César Tempass

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D111a Dezordi, Estelamaris

"Aqui plantamos uma semente" : o surgimento da Tekoa Pyaú em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul / Estelamaris Dezordi ; Jorge Eremites de Oliveira, orientador ; Martín César Tempass, coorientador. — Pelotas, 2016.

217 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Aldeia Tekoa Pyaú. 2. Etnologia Mbyá. 3. Processo de territorialização. 4. Reserva indígena. I. Oliveira, Jorge Eremites de, orient. II. Tempass, Martín César, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Estelamaris Dezordi

“Aqui plantamos uma semente”: o surgimento da *Tekoa Pyaú* em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25/05/2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (Orientador)
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Martín César Tempass (Coorientador)
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (Examinador Interno)
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcos Cesar Borges da Silveira (Examinador Externo)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Examinador Externo)
Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Ao povo Guarani, aos Mbyá moradores da Tekoa Pyaú.

Agradecimentos

Aqui quero substituir a palavra agradecimentos pela palavra gratidão e num significado ainda mais profundo dizer a cada um que me ajudou, motivou, empurrou e mostrou que era possível dar conta de encerrar mais uma página da minha trajetória acadêmica, *Ha'eveté* (obrigada).

Agradeço em especial aos meus filhos Bárbara e Arison por serem os esteios que me mantêm firme na busca incessante desta longa caminhada que sei que ainda tenho pela frente.

Aos meus pais Juares e Lúcia por terem me dado a vida, amor e lições de humildade cotidianas, que me fortalecem enquanto pessoa e motivam a lutar. Sem eles não teria vencido as duras batalhas que me trouxeram até aqui.

À minha irmã Patrícia pelos cuidados com meu filho e meus pais.

Ao meu sobrinho Ronie e familiares ligados por laços consanguíneos, também àqueles que são os agregados.

Aos inúmeros amigos que diariamente batalharam ao meu lado.

Amigos distantes conquistados nos caminhos da vida e que me enviaram energias positivas.

Darlan de Mamann Marchi, Samira Tavares Miranda e Davi Assenheimer meus companheiros de morada em Pelotas. Amigos, irmãos e colegas. Gratidão pelas coisas boas e ruins que vivemos juntos. Seguirão sendo parte da minha família de coração.

À Nadir Damiani, Inês Koren.

Às pessoas que gentilmente atenderam as solicitações durante as entrevistas, cederam materiais, permitiram que a pesquisa avançasse até sua finalização.

Aos colegas de mestrado, irmãos de coração, ficarão eternizados no baú das memórias.

À equipe docente, à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e aos técnicos administrativos da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo auxílio financeiro.

Aos professores Dr. Jorge Eremites de Oliveira (orientador) e Dr. Martín César Tempass (co-orientador) pelas relevantes contribuições, orientações e correções.

Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação e defesa.

E, finalmente àqueles que me receberam, aceitaram minha ideia e me transformaram com suas palavras e o seu modo de ser, aos *MBYÁ DA TEKOA PYAÚ*.

*Ñamandu mirĩ ojeexaka ogueroguatã tapemiri rupi.
O pequeno Deus se mostra e caminha conosco pela pequena
estrada.
Roupitymavy ñanderuretã rojerojy.
Quando chegamos ao paraíso de Nosso Pai, dançamos
fazendo referência.
(ROMEY, 2005. CD Viver Guarani)*

Resumo

DEZORDI, Estelamaris. **“Aqui plantamos uma semente”**: o surgimento da *Tekoa Pyaú* em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, área de Concentração em Antropologia Social e Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Esta dissertação apresenta um registro etnográfico e a análise etnológica da fundação da *Tekoa Pyaú* (Nova Aldeia), sediada no distrito de Ressaca Buriti, área de confluência do Rio Ijuí Grande, no município de Santo Ângelo, situado na região Noroeste (Região das Missões) do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A abordagem da antropologia histórica, complementada pelo método etnográfico da observação participante, analisa e registra como ocorreu a luta pela terra e a formação de uma nova aldeia Mbyá. As análises estão centradas na constituição sócio-histórica da comunidade e na sua mobilidade espacial, no processo de territorialização, nas relações com agentes e órgãos do Estado e na relação dos Mbyá com a sociedade nacional envolvente. A relevância do estudo proposto está relacionada à possibilidade de produção de uma etnografia que apresenta as etapas de conversação e negociação ocorridas num período de dois anos, as quais resultaram na compra de uma fração de terras e na transferência das famílias para a instalação definitiva da nova *tekoa* (aldeia).

Palavras-chave: Aldeia *Tekoa Pyaú*; Etnologia Mbyá; Processo de Territorialização; Reserva Indígena.

Abstract

Dezordi, Estelamaris. "Here we plant a seed": the emergence of *Tekoa Pyaú* in a Mbyá community established in the municipality of Santo Angelo, Rio Grande do Sul. 2016. 217 f. Dissertation (Masters in Anthropology Concentration - Area in Social and Cultural Anthropology) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This dissertation presents an ethnographic record and ethnological analysis of the foundation of Tekoa Pyaú (the New Village), which is headquartered in Buriti Surf district, the area confluence of Rio Ijuí Grande in San Angelo district, located in the Northwest region (Region of missions) of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The approach of historical anthropology, supplemented by ethnographic method of participant observation, analyzes and registers the struggle for land and the formation of a new village Mbyá. These analyses are focused on a socio-historical development of the community and its spatial mobility in the territorial process, relations with agents and agencies of the state and the relationship of the Mbyá with the surrounding national society. The relevance of the proposed study is related to the possibility of producing an ethnography that shows the conversation steps and negotiations that have taken place over a period of two years, which resulted in the purchase of a land split and transfer of families to the final installation of the new tekoea (village).

Key-words: Village *Tekoa Pyaú*; Ethnology Mbyá; Process Territorialization; Indian Reservation.

Lista de Figuras

Figura 1	O reencontro com Floriano Romeu	34
Figura 2	Floriano Romeu	43
Figura 3	Miguelina Romeu	44
Figura 4	Anildo Romeu	45
Figura 5	Denise Reis e sua mãe Norma Romeu	48
Figura 6	Mariano Reis Benites	49
Figura 7	<i>Opy</i>	58
Figura 8	Quadro de símbolos.....	71
Figura 9	Diagrama de Floriano Romeu.....	72
Figura 10	Diagrama de Norma Romeu.....	75
Figura 11	Diagrama de Edina Romeu.....	78
Figura 12	Iginio Romeu.....	92
Figura 13	<i>Opy</i>	101
Figura 14	Floriano e os ensinamentos dos passos das danças.....	101
Figura 15	Repasse das tradições.....	102
Figura 16	Primeiras instalações e objetos recebidos de doações.....	112
Figura 17	Floriano, Edina e Cesar	113
Figura 18	Entrega de doações.....	113
Figura 19	O fogo.....	114
Figura 20	Apresentação Coral <i>Tape Porã</i>	116
Figura 21	Apresentação do Coral <i>Tape Porã</i> em Ijuí.....	116
Figura 22	Sob o olhar da vó e tia Norma Romeu preparando o café.....	119
Figura 23	Graciela e Helena preparando a massa para fazer <i>Mbojapé</i>	120
Figura 24	Conselhos e ensinamentos nos finais de tarde.....	121
Figura 25	O cuidado com a capivara (Pincha).....	121
Figura 26	Gisele Benites.....	122
Figura 27	No Balneário Corrente de Ouro.....	122
Figura 28	Clarina e Ana Priscila.....	123
Figura 29	Mães e filhas. Angela e Helena. Erica e Tatiana	123
Figura 30	Geovani Benites. A pesca no riacho São João	124
Figura 31	Ernesto – o cuidado com a lenha e com o fogo.....	125

Figura 32	As mãos que esculpem.....	125
Figura 33	Thiago e Guilherme.....	126
Figura 34	Claudio Duarte.....	126
Figura 35	Visita e escolha de terras.....	143
Figura 36	Assinatura da Escritura Pública.....	144
Figura 37	Escritura Pública em mãos.....	145
Figura 38	Casas em construção.....	150
Figura 39	Conhecendo nossa terra.....	150
Figura 40	Organizando para a instalação da rede de água.....	151
Figura 41	Caminhão de mudança chegando na <i>Tekoa Pyaú</i>	152
Figura 42	Dionisio e Erica.....	152
Figura 43	Tempo de ser criança.....	155
Figura 44	Primeiro dia na nova terra.....	157

Lista de Mapas

Mapa 1	Região das Missões – localização da <i>Tekoa Pyaú</i>	20
Mapa 2	Países com presença dos Mbyá-Guarani.....	22
Mapa 3	Locais de moradia da família Romeu.....	88
Mapa 4	Locais percorridos pela família Romeu na Província de Misiones.....	106
Mapa 5	Localização da <i>Tekoa Pyaú</i>	110
Mapa 6	Imagem do Google. Acampamento temporário <i>Tekoa Pyaú</i>	111
Mapa 7	Imagem do Google. <i>Tekoa Pyaú</i> Ressaca da Buriti.....	147

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CTL	Coordenação Técnica Local
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IC	Inquérito Civil
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
PP	Procedimento Preparatório
PPGAnt	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
RGE	Rio Grande Energia
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SETREM	Centro de Ensino Médio Setrem
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Sumário

Introdução	16
1 A construção de uma etnografia	29
1.1 Tape Porã – Caminho Bonito	30
1.2 No percurso da pesquisa: problematizações e discussões teóricas metodológicas acerca da elaboração de uma etnografia	35
1.3 O primeiro dia em campo: 19 de janeiro de 2015.....	41
2 Nas estradas “cruzando caminhos em busca daquilo que nos sustenta: a terra”	64
2.1 Em busca de um novo espaço para viver.....	65
2.2 “Quem somos”: apresentação das famílias e as relações de parentesco	69
2.3 “Das nossas memórias”: o ontem e o hoje	86
2.4 Dos fatos que antecedem a chegada em Santo Ângelo e o nascimento da Tekoa Pyaú	99
2.5 Enquanto esperamos “nossa terra”: a vida cotidiana na Tekoa Pyaú	118
3 A semente germinou, cresceu e deu fruto: a nova realidade da Tekoa Pyaú	129
3.1 Diálogo com o Ministério Público Federal: Instauração de inquérito civil	132
3.2 Elaboração do Projeto de geração de renda e trabalho	135
3.3 Fundação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú	137
3.4 Os passos definitivos rumo à concretização de um sonho.....	140
3.5 Preparando o novo lugar de viver	145
3.6 Da Barra do São João à Ressaca da Buriti: 13 de janeiro de 2016	153
Conclusão	159
Referências	164
Anexos	173

Introdução

Esta dissertação foi produzida a partir de perguntas que seguem sendo debatidas, não se esgotam e muito possivelmente não cessarão tão cedo. Por que os Mbyá caminham? Seguem com a mobilidade espacial? Formam novas *tekoa* (aldeia)? Para, além disso, como estabelecem as relações com os órgãos e agentes do Estado em busca de seus direitos? Como ocorreu a chegada e o estabelecimento das famílias Mbyá em Santo Ângelo? E por que fundaram uma *tekoa* neste município?

Estes questionamentos instigaram a busca por respostas e desencadearam sucessivas etapas de observações e anotações durante o tempo em que estive imersa no campo de pesquisa. Como resultado deste período desafiador, eis aqui o registro do nascimento de uma *tekoa* (aldeia) indígena Mbyá denominada como *Tekoa Pyaú* (Nova Aldeia) na língua guarani. A aldeia está localizada no Distrito de Ressaca da Buriti, município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. Para dar conta de investigar e levantar dados que pudessem responder as indagações lançadas, estar junto das famílias Mbyá fundadoras da *tekoa* se fez necessário. Os contatos com os interlocutores permitiram analisar o processo sócio-histórico, a mobilidade espacial, o processo de territorialização e as relações estabelecidas com os agentes e os órgãos do Estado e a sociedade nacional envolvente.

As sete famílias Mbyá que atualmente vivem na *Tekoa Pyaú* formam uma família extensa composta pelos irmãos Floriano, Norma, Edina Romeu e seus familiares: filhos, filhas, genros, noras, cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas. Por dois anos, estiveram acampados no interior do município, na localidade de Barra do São João, Distrito de Atafona, em um terreno cedido pela prefeitura municipal. Em janeiro de 2016, ocorreu a mudança para a terra nova, que passou a sediar a *Tekoa Pyaú*, e residem no local em torno de trinta pessoas (adultos, jovens e crianças).

Atualmente, as famílias Mbyá residentes na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul estão vivendo em dois municípios distintos, sendo estes, respectivamente, Santo Ângelo e São Miguel das Missões, os quais estão interligados por características comuns de origem histórica e econômica.

É necessário considerar a constituição histórica destes municípios, pela relação direta que estes têm com os indígenas, seja no passado ou no tempo

presente. Santo Ângelo foi elevado à categoria de vila em 22/03/1873, conforme Lei provincial de nº 835 (Arquivo Histórico de Santo Ângelo). Suas terras foram desmembradas a partir dos municípios de Cruz Alta e São Borja. É um município de porte médio, com uma população estimada em mais ou menos setenta e seis mil habitantes (IBGE, 2010), sendo que a maior parte da população reside na área urbana; tem por base econômica a pecuária e a agricultura; o turismo aparece como atividade secundária, proporcionando benefícios monetários e visibilidade de seus bens histórico-culturais.

O município de São Miguel das Missões foi criado pela Lei Estadual nº 8554, de 29/04/1988, alterada pela lei estadual nº 8979, de 09/01/1990, que organizou o desmembramento dos Distritos de São Miguel das Missões e de Vila Seca, do município de Santo Ângelo (Arquivo Histórico de Santo Ângelo). Sua população está estimada em sete mil e quatrocentas pessoas (IBGE, 2010), residindo em sua grande maioria na zona rural. O setor turístico tem grande visibilidade e atrai um número expressivo de visitantes à cidade em razão de abrigar, na área urbana, o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, tombado no ano de 1983 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como patrimônio da Humanidade. A Reserva Indígena denominada *Tekoa Koenju* está localizada nas terras deste município e os Mbyá mantêm contato direto com os turistas quando comercializam a produção artesanal neste local.

A *Tekoa Pyaú* nasceu e se estabeleceu no Distrito de Atafona, que foi criado pela Lei Municipal nº 1.103 de 09/08/1988 (Arquivo Histórico de Santo Ângelo). Seus moradores são, em grande maioria, descendentes de alemães e somam mais ou menos seiscentos habitantes. Após a mudança, a *tekoa* passou a se localizar no Distrito da Ressaca da Buriti, criado pela Lei Municipal nº 1.402, de 25/07/1991 (Arquivo Histórico de Santo Ângelo) e possui em torno de trezentos habitantes, com predomínio de famílias de origem alemã. A agricultura e a pecuária de subsistência, praticadas em áreas menores de terra, são características das pequenas propriedades situadas neste Distrito.

A família Romeu, por exemplo, morou por um tempo no município de São Miguel das Missões e esteve presente na luta pela conquista da terra, na qual está situada a *Tekoa Koenju*. Após alguns anos, protagonizam outra história em busca de terra, porém, agora no município de Santo Ângelo. Para compreender o retorno, a chegada e a instalação da família na região das Missões, parece oportuno discorrer

sobre a aquisição de terras e a formação da primeira aldeia Mbyá, instalada em São Miguel das Missões.

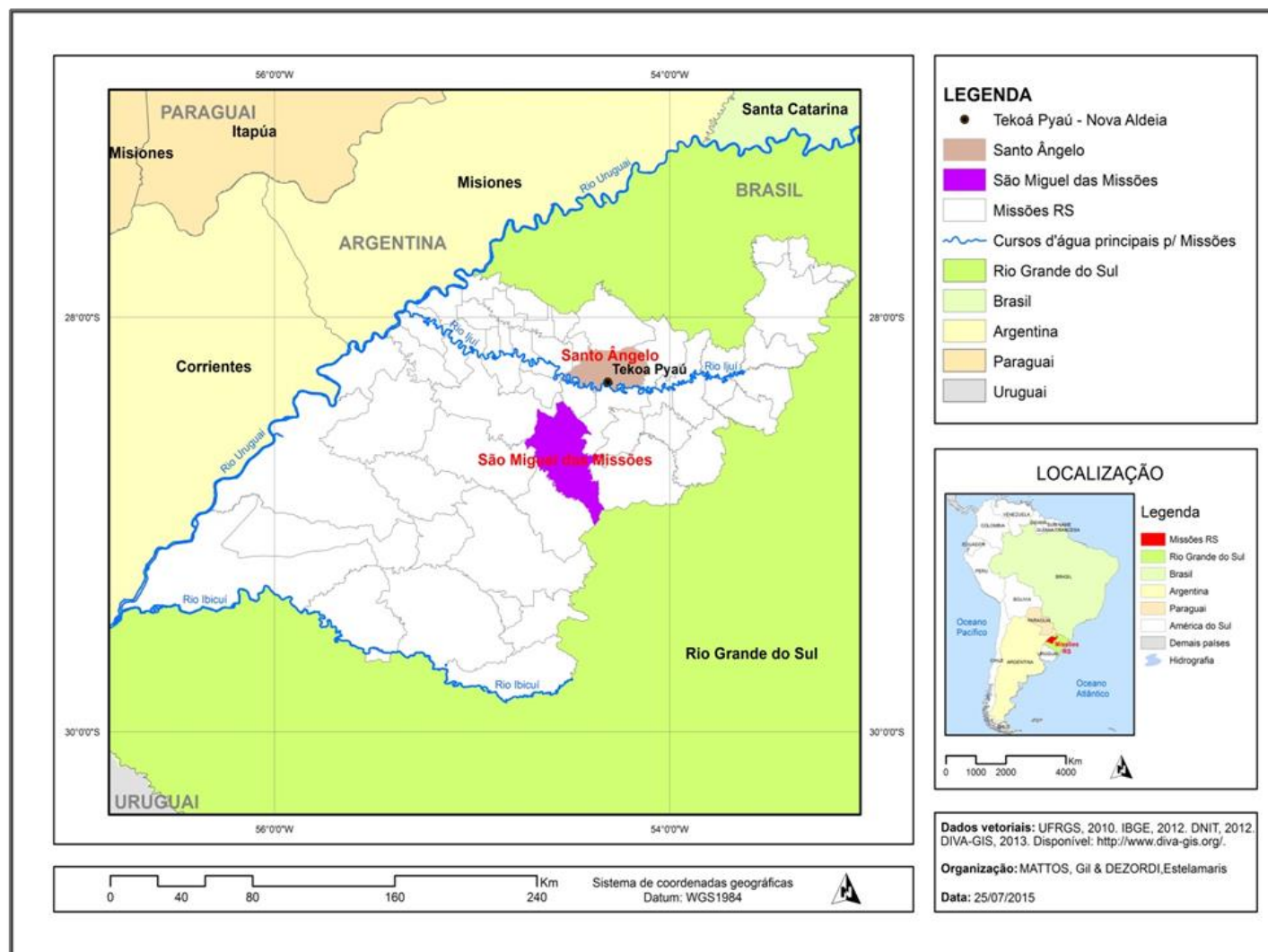
Convém lembrar que as questões ligadas a terra e que envolvem os Mbyá residentes da região Noroeste do estado estão presentes desde o final da década de 1980 (SOUZA, 1998; SOUZA & ASSIS, 2001; SOARES, 2012). Ao refletir sobre a importância destes processos contemporâneos, os quais são significativos para as comunidades indígenas e não indígenas, se faz necessário atentar para a diferença estabelecida entre reserva e terra indígena.

Cavalcante (2013, p.45-46) esclarece sobre os conceitos relativos à situação jurídica de terras indígenas,

[...] a categoria jurídica *terra indígena* foi explicitada na Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Segundo o Art. 17 da referida lei, há três tipos de terras indígenas: 1) as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição (de 1969); 2) as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título; e 3) as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas. [...] No primeiro caso, a lei trata das áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas independentemente da ação demarcatória ou mesmo do reconhecimento prévio do Estado. No segundo caso, estão em questão aquelas áreas denominadas como reservas indígenas, criadas e demarcadas pelo Estado para a posse e a ocupação dos índios, independente de qualquer ocupação prévia da área. Principalmente após a ascensão da Constituição Federal de 1988, este procedimento normalmente é utilizado para a destinação de terras a grupos que não possuem mais áreas de ocupação tradicional possíveis de serem demarcadas, como por exemplo nos casos de grupos que tiveram suas terras alagadas por grandes barragens. Já o terceiro caso se refere às terras dominiais dos indígenas, ou seja, àquelas em relação às quais os grupos indígenas detêm propriedade, o que é pouco comum. Tanto no caso das terras de ocupação tradicional, quanto no caso das reservas indígenas, a propriedade é da União, sendo garantido aos indígenas o usufruto exclusivo e a inalienabilidade (grifos meus).

No ano de 2000, o Governo do Estado, representado pelo governador Olívio Dutra, via Decreto Estadual nº 4.082, desapropriou uma área de 236,33 hectares no município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, a qual passou a ser denominada Reserva Indígena *Tekoa Koenju/Inhacapetum* (SOARES, 2012). A *Tekoa Koenju* está juridicamente classificada como Reserva Indígena, da mesma maneira que a *Tekoa Pyaú* está inscrita nesta categoria e deverá ser reconhecida como tal. A diferença entre ambas está centrada no fato de que uma foi comprada com verbas do Governo do Estado e a outra foi adquirida com verbas oriundas do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O mapa a seguir mostra a delimitação da Região das Missões e a localização inicial da *Tekoa Pyaú* no município de Santo Ângelo.



Mapa 1 - Região das Missões – localização da Tekoa Pyaú.

Os Mbyá pertencem à família linguística Tupi-Guarani, são falantes da língua Guarani e estão presentes, sobretudo nos estados litorâneos brasileiros desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Informações dão conta de famílias que estabeleceram aldeias nos estados brasileiros do Pará e Tocantins, e de outras que também vivem nos territórios argentino, paraguaio e eventualmente em espaço uruguaio (TEMPASS, 2010; MACHADO, 2015).

De acordo com dados levantados e contabilizados no último Censo pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, os Mbyá residentes no Brasil somariam 8026 pessoas (FUNAI, 2010). Considerando os registros coletados e processados há mais de cinco anos e a grande mobilidade espacial que permeia o modo de ser dessa etnia, deve-se atentar para a imprecisão dessas informações não atualizadas nesse momento. Não é possível afirmar com precisão o número exato de Mbyá e nem o local onde habitam, devido a que estes historicamente circulam por entre as *tekoa*, dificultando um censo mais assertivo, segundo os parâmetros oficiais do Estado (GARLET, 1997; LADEIRA, 2007).

Residem na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul em torno de 250 pessoas da etnia Mbyá. No município de São Miguel das Missões, na *Tekoa Koenju* (Aldeia Alvorecer) aproximadamente 220 moradores e em Santo Ângelo, na *Tekoa Pyaú* (Aldeia Nova) estão vivendo cerca de 30 pessoas.

Os Mbyá presentes no Paraguai, Argentina, Brasil e por determinados períodos no Uruguai circulam por entre estes territórios cerceados por fronteiras nacionais bem delimitadas. Em tempos pretéritos, estes países não apresentavam as atuais configurações territoriais e os povos nativos circulavam por entre estes espaços sem sofrer as pressões geradas por estas delimitações.

O mapa a seguir mostra a localização dos países que historicamente estiveram envolvidos na História das Missões Jesuíticas e que abrigam locais de circulação e de territorialização dos Mbyá.



Entre os séculos XVII e XVIII os quatro países identificados no mapa fizeram parte de um mesmo projeto político de colonização, implantado pelos reinos de Espanha e de Portugal, denominado como Reduções ou Missões Jesuíticas.

Retroceder no tempo e trazer informações sobre a formação da Província Jesuítica da Paraguai faz-se necessário em razão de que os Mbyá quando chegam à região das Missões, referem-se à parte dessa história para explicitar os motivos pelos quais retornam para as terras que pertenceram aos seus antepassados.

Sobre parte da formação desta história passada, Kern (1994, p.74) relata:

[...] quando os jesuítas penetraram na região do rio da Prata, já possuíam uma certa experiência comprovada nas missões que haviam estabelecido no Oriente e em outras áreas do continente americano, como é o caso da Redução de Juli, no Peru. Longe de buscar um modelo em alguma obra utópica da época, é em determinações do padre-geral em Roma que os jesuítas encontraram as normas a serem seguidas para a sua ação. Armani faz referências ao fato de ter recebido o primeiro procurador da recém-fundada província jesuítica do Paraguai (1607). [...] Como se pode perceber, portanto, a tradição colonial dos povoados indígenas isolados e a experiência das demais ordens, os princípios da legislação espanhola e da própria Companhia de Jesus, e finalmente a própria organização dos jesuítas e o racionalismo empregado a partir de uma *práxis* constante, serviram de embasamento para uma política missioneira. Uma sistemática de administração dos povoados foi assim se corporificando ao longo dos séculos 17 e 18.

Almeida e Mura (2004, p.56) comentam sobre a chegada da Companhia de Jesus e a instalação das Reduções Jesuíticas:

[...] en 1603, por solicitud del gobernador del Paraguay, llega a la región la Compañía de Jesús para implantar los «pueblos de las misiones» o «reducciones jesuitas», en donde parte de la población Guaraní fue aldeada. En el modelo colonizador esa iniciativa tenía por objetivo juntar indios en espacios específicos, cristianizarlos y facilitar el acceso a su fuerza de trabajo por parte de los encomenderos de Asunción. Entre 1608 y 1768 varios aldeamientos fueron instituidos en las provincias paraguayas del **Guairá** (parte del Paraguay oriental y de los estados brasileños actuales de São Paulo y Paraná), **Itatín** (parte del Paraguay oriental y sur del actual Mato Grosso do Sul, Brasil), los dos que nos interesan aquí, y **Paraná** e **Tapes**, ubicadas al sur (grifos dos autores).

As informações trazidas por Almeida e Mura (2004) e Kern (1994) expõem fatos históricos vistos como marcos determinantes para posterior constituição dos atuais territórios da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Essas mesmas terras que pertenciam à Província Jesuítica do Paraguai na Região do Tape, com o passar do tempo foram incorporadas ao domínio português. Poenitz (1999)

esclarece sobre os conflitos e a expansão de fronteiras na Capitania de São Pedro:

[...] en los escasos años de tregua del secular conflicto que los enfrentaba en América, España y Portugal lograron acordar, en el último cuarto del siglo XVIII, una solución a las fronteras de contacto en la zona meridional del continente. Como consecuencia, el tratado preliminar de San Ildefonso determinó, en 1777, la conformación de equipos de peritos integrados por ambos países que definirían la frontera aludida. [...] Si bien es cierto que los acontecimientos futuros hicieron fracasar – en favor de la expansión portuguesa – los principales considerandos de tratado de San Ildefonso, especialmente con la conquista de los 7 Pueblos, la actitud frente a la ocupación del espacio de esa vasta región fue diametralmente diferente por parte de ambas coronas. El gobierno portugués de la Capitania de San Pedro, a partir de la década de 1770, comenzó a otorgar mediante el sistema de “sesmarias”, - las tierras cercanas a la laguna de los Patos hasta la frontera misma con España en la banda Oriental. El objetivo era justamente el del fortalecimiento de los límites meridionales (POENITZ, 1999, p.22).

Poenitz (1999) se refere às ações políticas que geraram os tratados de demarcação e definição de territórios entre as coroas de Espanha e Portugal delineando novas configurações e limites de fronteiras. Os indígenas, que fizeram parte da construção histórica das Missões Jesuíticas, ainda hoje são evocados por aqueles que acreditam ter vínculos com seus antepassados.

Garlet (1997) chama atenção a respeito das memórias dos Mbyá que evocam fatos, locais e ou personagens míticos/históricos:

[...] a necessidade de migrar e reterritorializar impele a uma reelaboração da memória, para que a mesma passe também a justificar os novos espaços que estão sendo incorporados. Os Mbyá reformularam sua noção de território apoiando-se nos mitos que, readaptados, incorporam fatos, locais e personagens históricos. Esta reconstrução do discurso mítico procura igualmente compreender, explicar e dar conta da situação do contato interétnico, ou seja, justificar a “irrupção do branco” (GARLET, 1997, p.19).

Essas reelaborações de memórias estão expressas nas falas dos Mbyá quando trazem à tona explicações sobre o porquê buscaram a região das Missões para viver. Reapropriaram-se da *Tava Miri*¹ (antigo templo religioso pertencente à Redução de São Miguel Arcanjo) na década de 1990. No ano de 2013 quando retornaram a Santo Ângelo, também justificaram a sua chegada por entenderem que esse local é sagrado, pois aqui também viveram seus antepassados.

¹ Terno Mbyá para os vestígios materiais da antiga São Miguel Arcanjo: *Tava Miri* (MORAES, 2010, p.47)

Ladeira (1989) chama a atenção para o modo como os Mbyá traçam sua história, justamente a partir das caminhadas em busca de “novos” lugares. As caminhadas efetivadas na região das Missões sustentam a ideia de circularidade por entre diferentes locais que os Mbyá consideram como sagrados ou já pertencentes a eles, seja no tempo passado ou no tempo presente. A reconstrução de discursos dos Mbyá, explicitada por Garlet (1997), está diretamente ligada às questões que envolvem os movimentos de mobilidade espacial e as novas territorializações.

De acordo com Cavalcante (2013) a territorialização dos grupos humanos deve ser avaliada a partir de uma ótica diferenciada, pois:

[...] a importância da territorialização humana não exclui, no entanto, a importância do movimento que está presente na vida das pessoas desde os tempos mais remotos, logo se conclui que a territorialização não é estática, pois também se dá no movimento (CAVALCANTE, 2013, p.36).

Se a territorialização não é estática, em outros termos, pode ser percebida em contextos mais amplos. Logo, nas situações que envolvem esses processos estão implicadas a historicidade e as realidades vivenciadas em cada comunidade de acordo com suas movimentações.

Diante de um contexto sócio-histórico, que expõe uma ampla variedade de locais e de formas diferenciadas de lutar por suas terras de acordo com as tradições de cada etnia indígena, eis que surge uma importante questão relacionada ao ter um espaço territorial e neste estabelecer uma nova comunidade indígena.

Sobre este assunto Seeger e Castro (1979, p.108) expõem que “[...] em outras palavras: a garantia pura e simples de um território tribal não assegura a sobrevivência das populações indígenas”. Ao tratarem de aspectos pertinentes ao território e à sobrevivência das populações indígenas, os autores instigam reflexões acerca da importância de as comunidades estarem atentas aos aspectos políticos e sociais contemporâneos que envolvem as suas reivindicações. É preciso um olhar aprofundado sobre a possibilidade de ter o direito a um pedaço de chão e dele conseguir prover o seu sustento, viver os seus costumes e não apenas lutar pela sua “sobrevivência”.

A diminuição dos espaços de acomodação e de circulação dos Guarani e das demais etnias indígenas está vinculada ao surgimento do Estado Nacional. Com a pressão dos governos instituídos, foi-se cerceando o livre deslocamento dos povos

indígenas. Sobre a constituição dos Estados Nacionais, Pacheco de Oliveira (1999) pondera:

[...] os países da América Latina, por sua vez, iniciam a construção de sua unidade nacional em virtude das guerras coloniais, herdando inclusive um aparato administrativo já localmente implantado pelas metrópoles colonizadoras. [...] os novos Estados dispunham de extensos espaços interiores, que poderiam constituir-se em regiões de fronteira, para a virtual expansão de seu sistema produtivo. O acesso a tais recursos econômicos era controlado e gerenciado pelo Estado através de mecanismos de imobilização da força de trabalho (como os aldeamentos missionários, os diretórios de índios e, mais tarde, as áreas reservadas), os quais se baseavam justamente no reconhecimento e na reprodução da desigualdade de *status* entre os componentes daquela população (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.194).

Pacheco de Oliveira (1999) aponta as ações do Estado Nacional em tempos pretéritos como motivo central de restrição da liberdade e da circulação dos povos indígenas. Apesar das transformações ocorridas no Brasil, ao longo da sua trajetória histórica, as mudanças no cenário político e social no que diz respeito aos direitos das comunidades indígenas são lentas, muitas vezes retrocedem em relação às conquistas garantidas especialmente a partir da Constituição Federal de 1988.

Há uma imposição, pelo próprio Estado brasileiro, de medidas que reproduzem cotidianamente situações discriminatórias e não condizentes com os direitos adquiridos pelos cidadãos indígenas. Tal atitude é refletida na elaboração e na modificação de leis que, embora visem a garantir direitos, não são suficientes para alterar o panorama dessas questões.

A fundação da *Tekoa Pyaú* está inserida neste contexto de reorganização das questões territoriais que envolvem as comunidades indígenas no Brasil. Para dar conta de analisar e registrar como ocorreu a fundação da *tekoa*, o processo da compra da terra e a instalação das famílias Mbyá, optei pela perspectiva metodológica que alia as ideias da Antropologia e da História.

A aproximação entre a Antropologia e a História vem demonstrando resultados significativos para compreender os movimentos que compõem a história de uma nação e de seu povo, em diferentes espaços e temporalidades. Eremites de Oliveira e Leite (2012) discorrem sobre essa proximidade:

[...] a aproximação entre História e Antropologia é estratégica, oportuna e inovadora sob muitos aspectos teórico-metodológicos. Pode ser facilmente percebida no desenvolvimento de estudos voltados para a compreensão da

história recente dos povos indígenas no Brasil, bem como nos chamados estudos culturais (EREMITES DE OLIVEIRA; LEITE, 2012, p.130)

O desenvolvimento desta pesquisa com a comunidade Mbyá está permeado pela ideia de diálogo entre a Antropologia e a História, porque entendo que, ao tratar sobre assuntos relativos aos acontecimentos recentes acabo recorrendo aos fatos vivenciados em tempos passados.

Para compor este estudo foram realizadas: revisão bibliográfica acessando teses, dissertações e livros. Trabalho com mapas e imagens, entrevistas gravadas com agentes e representantes dos órgãos do Estado, manuseio em documentos do MPF (inquérito civil) e consulta no Arquivo Histórico do município de Santo Ângelo.

A opção pelo método de observação participante descrita por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) como a possibilidade de olhar, ouvir e escrever, foi determinante para acessar as informações provenientes dos interlocutores Mbyá. As falas dos interlocutores em sua grande maioria foram anotadas no diário de campo, em razão de que existe certa restrição em relação ao gravar as conversas, seja em imagem de vídeo ou com o uso de gravador. Um grande número de fotografias, por volta de umas quinhentas imagens feitas por mim e pelos moradores da *Tekoa Pyaú*, permitiu a organização de um grande acervo imagético a ser usado futuramente em projetos que possam gerar renda, a ideia é de produzir um vídeo para ser comercializado pelos moradores da *tekoa*.

O uso de imagens para compor esta etnografia, foi uma das opções escolhidas por considerar que ao trazer os registros cotidianos, possibilitaria uma melhor apresentação e valorização da comunidade. Embora não tenha sido feito uma análise mais aprofundada sobre o significado de cada fotografia, é possível afirmar que as imagens falam por si e demonstram situações dos Mbyá imersos no processo de territorialização.

O acesso aos documentos e registros oficiais também foi relevante porque permitiu clareza de todos os processos que levaram à finalização da luta das famílias Mbyá na busca pela terra, bem como percepção de como o Estado pode ou não atuar em benefício dos seus cidadãos. As palavras que estão escritas no texto na língua guarani estão grifadas em *itálico* e com a tradução ao lado. A grafia das palavras guarani foi usada de acordo com o que os moradores da *Tekoa Pyaú* me ensinaram ou mostraram através da escrita. Nas citações de autores, mantive a grafia original das palavras guarani utilizada pelos mesmos.

Para compor esta etnografia tomei a liberdade de escrever na primeira pessoa do singular quando refiro as questões relativas à minha pessoa e na terceira pessoa do singular e do plural quando me refiro aos Mbyá e demais integrantes da pesquisa.

No primeiro capítulo desta dissertação apresento um apanhado sobre minha formação profissional e acadêmica, explico como ocorreram meus primeiros contatos com os Mbyá, que mais tarde acabaram desempenhando papel fundamental nesta escrita como meus interlocutores. A seguir, faço uma reflexão acerca das problematizações que surgiram durante a elaboração da etnografia e, por fim, as impressões da inserção no campo de pesquisa, fazendo um relato detalhado do primeiro dia vivido na *Tekoa Pyaú*.

No segundo capítulo, discorro sobre dados referentes à pesquisa de campo, realizada na *Tekoa Pyaú*. Os acontecimentos narrados pelos interlocutores Mbyá, que permitiram realizar uma análise de parte da trajetória sócio-histórica das famílias que vivem na aldeia. A descrição dos percursos, os locais por onde passaram e viveram antes de retornar à região e a apresentação da comunidade a partir das relações de parentesco são evidenciados. Destaque central do capítulo é a chegada ou o “retorno” da família Romeu para a região Noroeste do estado do Rio Grande Sul, fundando a *tekoa* Mbyá no município de Santo Ângelo. Para concluir esta etapa, relato momentos que antecederam a “conquista” da nova terra e a vida cotidiana na *Tekoa Pyaú*, que ficou estabelecida por aproximadamente dois anos na localidade Barra do São João – Distrito de Atafona.

No terceiro capítulo trago informações referentes ao período de persistência e de espera dos Mbyá que compõem a família extensa de Floriano Romeu, desde que chegaram em Santo Ângelo, no ano de 2013, até o ano de 2015, quando conseguiram a terra para a instalação da *Tekoa Pyaú*. O acesso e o manuseio de documentos, arquivados no Ministério Público Federal (MPF), e os contatos com agentes e órgãos do Estado foram explicitados com o intuito de ampliar e adensar o registro do nascimento e do estabelecimento da *tekoa* neste município. Encerro este capítulo com a descrição dos preparativos realizados na nova terra para receber as famílias e o grande dia que possibilitou a realização de um sonho que não tinha tempo para acontecer – a mudança da Barra do São João para a Ressaca da Buriti.

1 A construção de uma etnografia

Etnógrafos fomos/somos ávidos em conhecer o mundo em que vivemos, nunca nos conformamos com predefinições, estamos sempre dispostos a nos expor ao imprevisível, a questionar certezas e verdades estabelecidas e a nos vulnerar por novas surpresas (PEIRANO, 2014, p.389)

Os eventos descritos neste capítulo, inicialmente organizam-se com o objetivo de explicitar meu contato com os Mbyá, minha experiência iniciada na Antropologia, e o processo de formação e construção da trajetória percorrida para a composição desta dissertação. Entre idas e vindas, convivi no campo de pesquisa (acampamento e na nova terra) em torno de mais ou menos cento e vinte dias, intercalados por períodos em que fiquei na aldeia direto (pernoites) e alguns em que lá chegava de manhã e retornava nos finais de tarde.

Na sequência, apresento informações acerca das problematizações, dúvidas e situações enfrentadas na construção desta etnografia. E por fim, uma reflexão acerca do papel de pesquisadora como me percebo e como sou percebida no campo de pesquisa.

Algumas inquietações sobre a relação entre a pesquisadora e os colaboradores participantes do estudo transparecem ao longo da escrita. Essa situação está explícita na etnografia em decorrência da necessidade de primar pelas questões éticas, as quais são inerentes à pesquisa científica e estão descritas no Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) durante a gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. A possibilidade de produzir dados que possam ser relevantes para o espaço acadêmico, para as famílias que vivem na aldeia e à comunidade em geral, situada além do âmbito científico e do espaço de convivência direto com os Mbyá também representam os anseios acima descritos.

O título *Tape Porã* (caminho bonito) citado no item 1.1, expressão traduzida pelos interlocutores Mbyá, foi escolhido como uma analogia para demonstrar o caminho que percorri entre os anos de 2005 e 2006 quando conheci Floriano

Romeu, em São Miguel das Missões e a posterior imersão na *Tekoa Pyaú* ocorrida entre os meses de dezembro de 2014 a janeiro de 2016.

1.1 Tape Porã – Caminho Bonito

Ao informar sobre como conheci e me aproximei dos Mbyá na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, esclareço alguns motivos pelos quais passei a ter um forte interesse em construir minha formação acadêmica aperfeiçoando meus conhecimentos com eles. Logo, também percorri um “caminho bonito”, no sentido de conhecer e respeitar o modo de ser destas pessoas e, assim, seguir determinada em minhas escolhas, as quais levaram ao desenvolvimento da pesquisa alguns anos após os primeiros encontros com Floriano Romeu.

Minha trajetória junto aos Mbyá na Região das Missões ocorre no momento em que tomo a iniciativa de retomar meus estudos, após prestar o vestibular para o curso de Licenciatura em Letras Habilitação Português/Espanhol pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – *Campus* Santo Ângelo. Durante o período em que estava cursando Letras, acabei me inscrevendo num curso técnico que me habilitaria como guia de turismo; nesse período, comecei a ter contato com o campo da História (História da América, Brasil, Regional e Missões).

Após iniciar o trabalho na área do turismo, acabei percebendo que uma mudança na minha trajetória acadêmica seria necessária, por isso, em 2003, passei a cursar Licenciatura em História na mesma universidade. Dessa fase em diante, atuando como guia de turismo ou como acadêmica iniciei a aproximação com os Mbyá. Durante a graduação fui convidada a participar de forma voluntária de um projeto da universidade, o qual trataria entre outros assuntos da educação indígena na região.

Esse breve contato com os Mbyá e os Kaingang quando visitamos as aldeias, mais especificamente as escolas, me levou a refletir ainda de modo incipiente sobre a importância dos indígenas na sociedade nacional.

Balandier (1993) tratou sobre as situações coloniais no continente africano evidenciando tensões e conflitos entre colonizadores e colonizados, explicitando, entre outras ideias, a condição de não crescimento econômico dos nativos que passariam a viver na situação de pobreza sob a ótica das economias tradicionais.

Essas tensões também ocorreram no continente americano, fatos do passado ou recentes eram debatidos em sala de aula e também instigavam a problematizar diversas questões constituídas a partir da chegada dos colonizadores em terras hoje pertencentes ao Brasil e que outrora foram de domínio espanhol e português.

Agora seria preciso rever essa perspectiva colonizadora e buscar compreender a ótica do colonizado. Nas aulas de Antônio Dari Ramos, Losandro Tedeschi e Bedati Finokiet discutiam-se as situações ocorridas na região a partir da chegada e do estabelecimento dos Mbyá em São Miguel das Missões.

Após decidir sobre o tema com o qual trabalharia para concluir curso de licenciatura, aproximei-me de alguns moradores que, à época, já estavam residindo na *Tekoa Koenju*, no interior do município de São Miguel das Missões. Se outrora ouvia falar deles por ser moradora e quase vizinha da aldeia quando trabalhava com meus pais no interior, depois de alguns anos as minhas percepções estavam modificadas. Como guia de turismo atuava no Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo com outro olhar acompanhando turistas, assim, passei a perceber a diversidade étnica e cultural sob nova perspectiva, agora influenciada também pelos debates realizados no âmbito do saber acadêmico.

Os Mbyá mesclavam-se no cenário patrimonializado e ao mesmo tempo não eram percebidos nesse espaço. Assim, surgiram meus primeiros pensamentos sobre como poderia agir para tentar auxiliar na mudança de visão que os “petrificava” no sentido da não visibilidade aos olhos dos visitantes e dos moradores locais. Além da invisibilidade, ainda ocorria a situação de exploração gratuita da imagem pelos setores ligados ao turismo na região (SOUZA,1998).

Os materiais arqueológicos eram exacerbadamente valorizados e o componente humano que permeava o Museu das Missões (inaugurado no ano de 1940, abriga o acervo de esculturas entalhadas em pedra ou madeira do período das Reduções Jesuíticas) era pouco citado ou explorado, fato que me desacomodava.

Antes de concluir a graduação fui convidada a trabalhar em uma escola da Rede de Ensino Sinodal (SETREN), atuando em sala de aula com alunos de 5ª a 8ª séries. Nesse tempo, já havia mudado para a cidade sul-rio-grandense de Três de Maio e, sem condições de seguir como voluntária no projeto lançado pela URI – *Campus Santo Ângelo* com as comunidades indígenas acabei abandonando o trabalho para acompanhar de longe as ações desenvolvidas. Como resultado final,

uma das atividades propostas oferecia a escolas públicas e privadas palestras-oficinas sobre o projeto nos municípios que abrangem a 14ª Coordenaria Regional de Educação (CRE).

Os breves encontros com os Mbyá me mostraram a importância do papel social dos historiadores e profissionais de áreas afins. Durante os estudos da graduação em História, cursei uma disciplina voltada à Antropologia e, por meio desse rápido contato, passei a me interessar pelas ideias e pelos métodos oferecidos.

Fui constituindo-me como educadora, lecionei em escola privada e pública e deixei de lado o trabalho com o turismo. Depois de apresentar o trabalho de conclusão da graduação intitulado *Mudou Nosso Ñande Reko?* em janeiro de 2007, e, conseqüentemente, encerrar a licenciatura, durante um bom período perdi o contato com os Mbyá.

Em 2010 retornei a morar em Santo Ângelo e voltei a trabalhar como guia de turismo, a lecionar e passei a cursar na URI a especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio, com trabalho de conclusão defendido em 2012 sob o título: *Ñande Reko modo de ser guarani papel do líder político na manutenção da identidade cultural do grupo Mbyá Guarani em São Miguel das Missões – RS*.

Esses encontros com os Mbyá foram estimulando o meu “sonho” de contatar efetivamente a Antropologia e de realizar trabalhos com uma nova metodologia, agregando conhecimentos já apropriados na História. Essa transição que permeava minha trajetória acadêmica esteve fundamentada na necessidade de conhecer novos horizontes, e a Antropologia representa(va) essa possibilidade de ampliar olhares. Segundo Laplantine (2003, p.9):

[...] a antropologia não é senão um certo olhar, um certo enfoque que consiste em: a) o estudo do homem inteiro; b) o estudo do homem em todas as sociedades, sob todas as latitudes em todos os seus estados e em todas as épocas.

Embora esse conceito trazido por Laplantine (2003) pareça um tanto amplo quando apresenta as formas desse olhar tão denso, o que me parece possível de abarcar nesse momento é essa perspectiva que busca compreender os “homens em sociedade”, nas relações que se estabelecem entre eles, nos diferentes tempos e espaços, nesse caso com foco na contemporaneidade. Dessa maneira, na tentativa

de compreender e me aproximar de tal olhar, aos poucos fui reorganizando meus espaços.

Após algum tempo refletindo sobre meu futuro profissional, decidi que retomaria meu antigo projeto, aquele acalentado desde a conclusão da graduação. Na metade de 2013, finalmente a oportunidade chegou. Procurando editais dos programas de pós-graduação e, por meio da informação de um amigo que já morava em Pelotas, descobri que estava aberta a seleção para aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), área de concentração em Antropologia Social e Cultural. Após verificar as disciplinas oferecidas, optei em solicitar vaga em Etnologia Ameríndia: mitologia, narrativa e território oferecida pelo professor Rogério R. G. da Rosa.

A tentativa de cursar a disciplina especial foi definida em razão de uma grande vontade de mobilizar todos meus esforços para me reinserir na academia, ter contato com os espaços da universidade, enfim, buscar o que penso em seguir profissionalmente. Durante aproximadamente cinco meses, desloquei-me uma vez por semana da cidade de Ijuí para Pelotas. Vislumbrada a possibilidade de conquistar uma vaga na seleção, passei a idealizar um projeto junto aos Mbyá; para concretizar esse estudo, entretanto, seria preciso reencontrar com a família Romeu, que, de acordo com informações repassadas por alguns conhecidos, estaria morando no município de Santo Ângelo.

Em uma tarde, no final de novembro de 2013, fui a Santo Ângelo. Caminhando pela Praça Pinheiro Machado, também conhecida como centro histórico por abrigar vestígios da *Redução de San Angel Custodio*, percebi movimento em torno de uma pequena família que comercializava seu artesanato. Ao me aproximar, reconheci Floriano Romeu. Há mais de quatro anos eu não mantinha contato com ele, em razão de Floriano haver retornado à Argentina com sua família.

O reencontro de certa forma foi emocionante, já que a convivência havia sido constante em tempos passados no entorno das ruínas do sítio arqueológico São Miguel Arcanjo. Conversamos durante um bom tempo, falamos sobre nossos percursos, relatamos nossas mudanças.

Ao ouvir o relato de Floriano acerca dos deslocamentos de sua família, indaguei-me silenciosamente sobre as motivações do retorno às Missões. Essa foi a pergunta desafiadora que possibilitou o início das ideias que compuseram o projeto inicial da pesquisa. Neste mesmo momento, perguntei para Floriano sobre a

possibilidade de estruturar meu projeto junto à nova comunidade que estava se estabelecendo no município de Santo Ângelo e recebi permissão. Prosseguindo nossa conversa, ainda no banco da praça, comentei que estudava e pretendia alcançar uma vaga na universidade. Assim, decidimos fazer um registro de nosso encontro e caso eu conquistasse a vaga na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) como aluna da Pós-Graduação, voltaria para realizar a pesquisa. Esta imagem foi feita com a intenção de deixar marcada a reaproximação com a família Romeu.



Figura 1 - O reencontro com Floriano Romeu.
Foto: Autor desconhecido. Acervo digital da autora, 2013.

Conquistada a vaga, os desafios se ampliaram: adaptar-se ao novo ritmo, mudar de cidade, reiniciar a rotina de aulas, cursar as disciplinas durante o ano de 2014. Esses movimentos, que davam vida ao curso, tornaram-se fundamentais para buscar conhecimento, rumo à elaboração da dissertação. Cabe salientar que, em 2014, cursei as seguintes disciplinas: Teoria Antropológica I, Teoria Arqueológica I, Objetos de Identidade na Criação de Territórios Tradicionais, Teoria Antropológica II, Metodologia em Antropologia, Seminário Especial III - Etnografias na Islândia, nas Ilhas Féroé e em Cabo Verde, Seminário de Estudos Avançados II - Etnicidade,

Territórios, Memória e Patrimônio, Estágio Docência Orientado e, como aluna especial (em 2013), Etnologia Ameríndia: mitologia, narrativa e território.

As informações anteriores evidenciam parte significativa do meu trajeto acadêmico e profissional, bem como a aproximação com os Mbyá. Assim, pelas razões expostas, justifica-se a opção pela linha de pesquisa Sociedade, ambiente e territorialização, já que um dos objetivos é ampliar o conhecimento sobre a comunidade Mbyá, denominada por eles como *Tekoa Pyaú*.

Após a definição do projeto de pesquisa e as disciplinas cursadas, era chegado o momento de partir para a parte prática. Essa etapa, como esperado, reservava algumas problematizações acerca de discussões teóricas e metodológicas abordadas na sequência.

Dúvidas e problematizações ficaram evidentes ao longo da pesquisa. A seguir, são explanados alguns pontos, para deixar claro que entre a trajetória de formação teórica, de inserção no campo e de elaboração final da dissertação, várias situações foram vivenciadas. Com a exposição destes, objetivo abordar temas que são recorrentes nas leituras que fiz e que acredito serem sensações constituidoras deste período em que estamos nos formando como antropólogos(as).

1.2 No percurso da pesquisa: problematizações e discussões teóricas metodológicas acerca da elaboração de uma etnografia

A construção de uma etnografia, num primeiro momento, nos coloca em estado de alerta, depois nos faz refletir e, por fim, nos faz agir na busca daquilo que passa a ser o foco de um pesquisador atuando em determinada pesquisa.

Booth, Colomb, Willians (2008), apontam a necessidade de organizar com precisão e clareza o projeto de pesquisa, que, dentre outros elementos, visa a identificar: problemas, objetivos, hipóteses, fundamentos teóricos, metodologia. Os desafios já estavam presentes, os questionamentos ficaram centrados em: definir o problema, perguntas e hipóteses, como me apropriar e ter domínio sobre o tema a ser pesquisado, entrar no campo de pesquisa e também dar conta de cumprir com as exigências temporais da academia.

Gonçalves da Silva (2006) discute as questões relativas às etapas exigidas oficialmente pela academia na elaboração de um projeto de pesquisa etnográfica e o

trabalho de campo. Sua crítica fica evidenciada numa concepção linear do processo de construção etnográfica. Sobre o tema o autor pondera,

[...] projeto de pesquisa, trabalho de campo e texto etnográfico não são fases que se concatenam sempre nessa ordem e de forma linear. Na prática essas etapas são processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral. As vezes é somente no final da pesquisa que se encontra o que se procura, “remodela-se” o texto, de modo a valorizar o que se encontrou (SILVA, 2006, p.27).

De acordo com as palavras de Gonçalves da Silva (2006), acredito que os primeiros desafios enfrentados ficaram evidentes quando a percepção do tempo que eu vivenciava dentro da aldeia era completamente diferente daquele ao qual eu estava vinculada no espaço externo. Ouvi muitas vezes de Floriano a seguinte frase: “o tempo dos Mbyá é muito diferente do tempo dos *juruá*” (branco). No decorrer da pesquisa, muitas coisas foram se reestruturando de acordo com o tempo que transcorria, depois de meses fui percebendo o que os interlocutores Floriano e Anildo Romeu diziam com seus “silêncios”.

Os primeiros momentos de convivência na comunidade deixavam claro que as informações “apareceriam” aos poucos. No início, a aproximação foi acontecendo de forma lenta, minhas percepções de antropóloga começavam a ser treinadas. Num primeiro momento, eu tive acesso a informações um tanto imprecisas, que iam sendo contadas aos poucos, em razão da necessidade de manutenção de sigilo (segredo de justiça) solicitado pelos órgãos públicos federais: Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT), situados em Santo Ângelo e que estavam em tratativas para auxiliar na compra de uma área de terra ideal e instalar definitivamente a *tekoa* (aldeia) Mbyá.

No começo do mês de outubro do ano de 2015, a situação das famílias foi alterada. A partir deste momento, as informações e as conversas com os Mbyá fluíram e seguiram num outro compasso. O que no princípio estava definido como um acampamento provisório de tempo indeterminado, numa área de terra cedida pela prefeitura municipal para instalar a *Tekoa Pyaú*, conforme registro no Livro Nº 214 de Compra e Venda – FOLHA 091, no Segundo Tabelionato de Santo Ângelo – RS, nº de ordem 22.06, ocorreu a assinatura da Escritura Pública de COMPRA E

VENDA² e por esta razão os quinze hectares de terra passaram a pertencer à Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú³. Esta mudança nos rumos da busca pela terra configurou uma nova fase na pesquisa e o terceiro capítulo desta dissertação está destinado em sua totalidade para dar conta desta nova realidade.

Para ampliar os conhecimentos, optei pela busca de autores que trabalham com outras etnias indígenas, em diferentes locais. Usar etnografias que não tratam exclusivamente dos Mbyá, serviu como um parâmetro a ser analisado sob a perspectiva de uma antropologia comparada, já que não é possível tomar características comuns válidas para os integrantes das demais comunidades guarani. Neste caso, as ideias de Fredrik Barth, expostas por Lask (2000) sobre a antropologia comparativa, parecem ser de utilidade para a análise de algumas categorias que são elencadas na sequência dos capítulos.

De acordo com Tomke Lask (2000), Barth baseia suas ideias numa visão diacrônica dos dados sociais, salientando que os traços culturais de uma comunidade têm um passado e precisam ser analisados como resultantes de um processo numa série de elementos que estão em interação. Também comenta sobre a possibilidade de que determinados eventos podem ser vividos e interpretados de diferentes formas, de acordo com o contexto cultural de cada participante.

Desta forma, metodologicamente a dissertação se apoia na linha teórica que trabalha as concepções da Antropologia e da História, por entender que abarcaria uma visão mais ampla e coerente para dar conta de tratar das questões que se inserem na análise e registro do nascimento de uma aldeia indígena.

As discussões que relacionam a Antropologia e a História, usadas como base para pesquisas com sociedades indígenas, são trazidas por Pacheco de Oliveira (1999, p.105),

[...] não há uma história específica das sociedades indígenas, uma subdisciplina que necessite de regimes e métodos de estudos próprios. Como também seria um descaminho teórico e epistemológico pretender identificar a antropologia das sociedades indígenas exclusivamente ao paradigma sincrônico, considerando as indagações de natureza histórica como “exteriores” e manipuláveis apenas por um domínio – rebatizado e supostamente autonomizado – de uma outra disciplina (a História).

² No capítulo três serão tratados assuntos relativos aos trâmites legais que possibilitaram a compra da terra.

³ A grafia da expressão Tekoa Pyaú sem estar marcada em *Itálico* refere-se ao documento de fundação da Associação Indígena que foi escrita sem grifar o termo nos documentos oficiais do MPF e demais registros em Cartório.

Aproximando as tendências teóricas que discutem, entre outros pontos, a questão do tempo histórico ou a-histórico nas pesquisas, observando as ideias de Pacheco de Oliveira (1999) e as de Saez (2013) que discorrem sobre a antropologia histórica, percebe-se um movimento importante neste sentido. Por serem disciplinas que se complementam é perfeitamente aceitável que se faça o uso desta proposta.

Saez (2013) comenta sobre a relação da Antropologia e da História no que concerne ao tempo em estudos antropológicos, afirmando que,

[...] ouviremos dizer muitas vezes que algumas escolas antropológicas têm ignorado, por método ou por algum outro desígnio, o tempo. E que isso gera uma visão deturpada e congelada dos outros. Assim, frente a uma antropologia a-histórica, que abandone os seus nativos num presente etnográfico já remoto, ou que os reduza a estruturas imperecedouras, pode se reivindicar uma antropologia histórica, que leve em consideração a passagem do tempo, que recorra devidamente à documentação e que registre as mudanças, ou até as escolha como tema principal (SÁEZ, 2013, p.37)

As ideias, apresentadas pelos autores, se aproximam quando referem à passagem do tempo e à importância da interlocução entre as duas ciências como uma metodologia capaz de suprir lacunas que ficariam neste trabalho, caso não fosse utilizado esta perspectiva da antropologia histórica. Desta forma, analisar as passagens do tempo, os registros históricos e as mudanças, acessando documentos e a fala dos interlocutores Mbyá foi a opção definida como apropriada para dar maior compreensão ao processo de mobilidade espacial e a realocização (GARLET, 1997) das famílias que estão fundando a *Tekoa Pyaú*.

As transformações geradas a partir dos contatos interétnicos e que acionam as identidades e a situação de pertencimento à determinada etnia, descrita por Fredrik Barth (2011), frequentemente foram expostas pelos interlocutores que fazem questão de se autodenominar como Mbyá, deixando claro que a circularidade, mobilidade ou a caminhada (palavra mais usada) nas suas falas, fazem parte de um processo constituidor do seu modo de ser. A Mbyá Denise Reis Benites define, em poucas palavras, alguns aspectos do seu modo de ser: “o Mbyá é assim, nós caminhamos sempre, temos a nossa terra, mas estamos sempre indo de um lugar para o outro”. A capacidade de diálogo, sem se impor de outra maneira, é descrita como principal meio para conseguir o que precisam. A dinamicidade histórica age, mas não descaracteriza a sua cultura, os movimentos cíclicos prosseguem, a

mobilidade espacial assegura os espaços por onde os Mbyá circulam, (GARLET, 1997).

Ao se definirem ora como Guarani, ora como Mbyá, deixam claro por exemplo, que existem diferenças entre os Mbyá e os Kaiowa e citam os dialetos usados na fala da língua Guarani. Floriano Romeu diz: “quando a gente for se encontrar, vamos falar e nos entender, mas vai ter algumas palavras e algumas coisas dos costumes que são diferentes”. Mello (2001) explicita que a diferenciação da fala do guarani explica questões identitárias de cada grupo.

Sobre o papel das mulheres nesta comunidade, percebe-se que este está centrado nos cuidados com as crianças, no preparo dos alimentos, e na produção e venda do artesanato. A antropóloga Miriam de Fátima Chagas do Ministério Público Federal realizou um parecer antropológico sobre a vivência das indígenas Mbyá Guarani, com idade entre quatorze e dezesseis anos, na Terra Indígena Inhacapetum, no município de São Miguel das Missões. Este parecer teve como objetivo apurar a possibilidade de benefício previdenciário do salário maternidade a pedido do Procurador da República Dr. Osmar Veronese, Inquérito Civil número 1.29.010.000067/2013-84. Sobre a importância das mulheres Mbyá, assim se posiciona Chagas (2014),

[...] as mulheres Mbya-Guarani tem um papel fundamental dentro da aldeia. Já na relação com a sociedade envolvente, elas participam do circuito das atividades artesanais que envolvem trabalhos dentro e fora da aldeia, o que inclui atividades de extrativismo de matérias primas (CHAGAS, 2014, p.3)

Conforme descrito por Chagas (2014), as mulheres têm papel preponderante dentro da aldeia. O aparente silêncio é para a exterioridade, espaço no qual, a maior parte das vezes, os homens apresentam-se como mediadores. A visão percebida pelo “olhar do branco” em relação às mulheres Mbyá, que geralmente é interpretada como submissão e obediência, deve ao contrário ser entendida numa outra perspectiva. Cabe salientar que as mulheres da *Tekoa Pyaú* também têm seus espaços na tomada de decisões internas. O simples fato delas não falarem sobre determinados assuntos com os agentes externos da sociedade nacional envolvente, não significa dizer que elas não tomam parte nas decisões relevantes à sua *tekoa*.

As mulheres mais velhas são ouvidas principalmente nos assuntos de ordem espiritual, cosmológica, do repasse dos costumes tradicionais e muitas delas podem

exercer liderança política e espiritual, conforme apontado por Mello (2006). Desta maneira, o fato das informações para esta etnografia estarem centradas nas vozes masculinas, não significa dizer que as mulheres não foram ouvidas ou não tiveram participação na construção desta pesquisa.

A pesquisa em si é um ato que envolve pessoas colocadas em “mundos” e culturas diversas. Adentrar em espaços que não nos pertencem em busca de conhecer, analisar e escrever sobre algo ou alguém requer a sabedoria descrita por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), quando propõe: “olhar, ouvir e escrever”. As hipóteses e as suposições colocadas no percurso inicial foram aos poucos modificadas. A cada dia surgiam outros olhares, após o ouvir ou não ouvir chegavam as dúvidas. Os avanços e retrocessos do campo foram colocados em rascunhos. Houve dias em que muito ouvi e observei, noutros mais anotava, os acontecimentos cotidianos se desenrolavam de acordo com as necessidades de diárias e os apontamentos aumentavam no diário de campo.

Por outro lado, as questões descritas a respeito das problematizações e discussões teórico-metodológicas, surgidas durante as diversas etapas do estudo, também foram pensadas de acordo com as ideias de Marc Augé (2007). O autor explana sobre o ofício do antropólogo, demonstrando a preocupação em deixar claro três aspectos que estão imbricados numa reanálise do papel da antropologia e do próprio antropólogo.

Ao relacionar o tempo, a cultura e a escrita mostra as tensões vividas durante o desenvolvimento de uma pesquisa na área da antropologia. Salienta a importância da escrita e afirma que um antropólogo escreve com o objetivo de produzir um conhecimento dirigido a determinados públicos: especializado, profissional ou a um público mais amplo (AUGÉ, 2007). Neste sentido, surgiu a preocupação quando iniciei a pensar sobre a escrita, a que público esta seria dirigida? Quais os propósitos destes registros, num momento em que a própria comunidade Mbyá de Santo Ângelo vive uma situação complexa a espera de um local apropriado para viver e manter seus costumes?

Durante os primeiros dias em campo, apareciam sinais de que um grupo de pessoas estava buscando a melhor forma para tentar agilizar a compra de uma terra adequada para os Mbyá. As primeiras idas a campo davam a sensação de que a espera para a instalação da *tekoa* seria longa e talvez impossível ao olhar de muitos.

A tarefa de fazer o registro desta fase de transição, iniciada ainda em 2013. Quando Anildo e seu pai Floriano Romeu deram os primeiros passos rumo ao Ministério Público Federal (MPF) em busca de seus direitos, fez com que eu repensasse as primeiras ideias que traçavam o projeto inicial do estudo proposto.

Assim sendo, passei a entender o que de fato a comunidade queria que ficasse como um registro da trajetória da família Romeu na Região das Missões, como disse o autor: “El antropólogo no traduce, transpone” (AUGÉ, 2007, p.52). Os relatos a seguir descrevem a trajetória de vida e os caminhos percorridos por Floriano Romeu e seus familiares, embasando a parte final desta etnografia que culminou com o registro da mudança do “acampamento”, para a terra de propriedade da Associação Guarani Tekoa Pyaú.

Por considerar a aproximação, o contato inicial e os primeiros momentos vividos no campo de pesquisa um ato de extrema importância, decidi relatar o primeiro dia de inserção na *Tekoa Pyaú*, período em que vivemos o estranhamento mútuo, muitas sensações e percepções.

1.3 O primeiro dia em campo: 19 de janeiro de 2015

No dia dezenove de janeiro de 2015, vivenciei uma nova situação profissional, na posição de antropóloga aprendiz fiz a entrada no campo de pesquisa. Quando adentrei este espaço que não me pertencia, percebi a importância do que Geertz (2008, p.7) declarou,

[...] ponto a enfocar agora é somente que a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Assim, busquei perceber os sinais de aceitação para começar a estabelecer rotinas de convivência. Fui recebida na *Tekoa Pyaú* com a consciência de que minha relação anterior com essa família foi determinante para este momento.

Ao reler as anotações do diário de campo e rememorar os momentos em que a máquina fotográfica “saía para o campo”, levada pelas mãos dos moradores da *tekoa*, de fato percebi a importância do uso das imagens na construção desta

etnografia. Quando optei pelo uso das fotografias para identificar os interlocutores, pensei sobre o porquê seria importante mostrar estas pessoas que são os protagonistas desta pesquisa. Creio necessário dar o devido espaço a eles nesta escrita, pois os registros desta etnografia também são as marcas de uma incansável e talvez interminável busca para alcançar a terra apropriada e para viver da melhor maneira possível o modo de ser dos Mbyá.

Muitas vezes, nos dias em que convivi na *Tekoa Pyaú*, percebi o interesse que despertava a máquina fotográfica. As imagens que aparecem nesta etnografia objetivam deixar um registro que está para além da escrita. No momento em que este trabalho for manuseado e lido, as fotos servirão como um suporte visual auxiliar para efetivamente apresentar quem são estas pessoas, os locais e objetos que explicitam parte das suas vidas no cotidiano. A respeito do uso de imagens em trabalhos etnográficos referem os seguintes autores: Turra Magni (1995), Alfredo Barros *et al* (2004), Eckert (2012), Rocha e Eckert (2014).

Rocha e Eckert (2014) tratam da questão da restituição da pesquisa antropológica como um compromisso ético da prática etnográfica. Neste sentido, reafirmo o uso das imagens como um aspecto restituidor num gesto de reciprocidade e retribuição. Não posso prosseguir a escrita sem antes apresentar as pessoas que são extremamente relevantes nesta construção etnográfica: os (as) interlocutores (as), responsáveis por permitir a convivência e o estabelecimento de vínculos com a comunidade.

Floriano Romeu (*Wherá Xondaro* - relâmpago), cinquenta anos de idade, líder espiritual (*Karái* – xamã é a pessoa responsável pelos rituais e aplicação da medicina tradicional), pai, tio, avô, viúvo, irmão de Edina e Norma. Floriano é homem calmo, observador, hábil na arte das palavras e com grande capacidade em conquistar seus espaços junto à comunidade local e às instituições públicas e privadas, a partir da associação e estabelecimento de contatos com uma série de pessoas que acabam configurando as redes externas de relacionamentos que servem de auxílio para ajudar na busca das reivindicações dos Mbyá.

Exímio artesão confecciona peças em madeira de corticeira (*Erythrina speciosa*), demonstra grande agilidade na dança e no uso dos instrumentos musicais. Relata, com sentimento de orgulho, a época em que era mais jovem, quando viveu em terras argentinas e paraguaias, tocando a harpa e cantando para animar festas e bailes. Demonstra equilíbrio na fala, sorriso forte. Mas quando opta

pelo silêncio, permanece em posição de observação e contemplação, geralmente retirado para um espaço a parte do pátio comum da *tekoa*, onde fica solitário. Líder da família, com uma sensibilidade profunda, cerca de cuidados todos aqueles que estão na sua volta. O grande apego à tradição e aos costumes, que lhe foram ensinados por seus pais, fica explícito ao longo de suas falas, o que o transforma em uma peça chave na tradição e na perpetuação dos costumes e crenças Mbyá.



Figura 2 - Floriano Romeu.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

Miguelina Romeu (*Yva Miri* – Espírito Cuidador da Terra), dezoito anos, solteira, nasceu em São Miguel das Missões, no dia 29 de setembro (dia de São Miguel Arcanjo), por essa razão seu nome Miguelina. Filha de Floriano e Doria, menina calma, de olhar brilhante e curioso, tímida, acolhedora, responsável pelos cuidados com as irmãs mais novas e também das sobrinhas (os), sonhadora e, sem expressar muito suas vontades, se coloca na postura de observação e silêncio como as demais mulheres em idade adulta.

Desde minha chegada na *tekoa* ela demonstrou boa receptividade e disposição em me acolher em todos os momentos em que eu precisasse de alguma ajuda. Nas horas em que comecei a inserção no campo de pesquisa, foi designada por Anildo como responsável pelo meu acolhimento. Participa da composição do Coral *Tape Porã* e sua habilidade na produção de artesanato está centrada na confecção de pulseiras e colares de missangas e sementes; também cria diferentes

modelos de uma peça que nós chamamos filtro dos sonhos com pequenos pedaços de cipó e linhas. Foi ela quem me serviu a primeira refeição na aldeia, no jantar, atitude que determinou a minha inserção no fogo familiar⁴ pertencente a Floriano Romeu.



Figura 3 - Miguelina Romeu.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

Anildo Romeu (*Kuaray-sol*), vinte e cinco anos, solteiro, filho mais velho do casamento de Floriano e Doria. Jovem cacique, determinado a lutar pela sua comunidade e pela manutenção do modo de ser guarani, herdou do pai a liderança política. Apesar da responsabilidade que lhe é atribuída, ultrapassa as barreiras de assumir a liderança política e estar a frente do contato com os *juruá* (branco) na busca de um espaço adequado para a instalação da *Tekoa Pyaú*. Mais falante, com boa capacidade de articular as palavras, tem papel determinante na organização da sua comunidade. Como de costume entre os Mbyá faz viagens entre uma aldeia e outra em busca de informações, contatos e manutenção dos costumes.

Pai de quatro filhos, somente Kelly Nadia mora com ele atualmente. Fala da importância de reunir a família, trazer os filhos para perto, mesmo que não conviva mais com as mães das crianças – essa também é a fala de seu pai Floriano, parece haver uma conjunção de ideias neste sentido. Floriano enfatiza a importância do seu pai quando lhe repassou os ensinamentos.

⁴ No capítulo 2, abordarei sobre a importância do fogo familiar.

Anildo confirma as ideias do pai Floriano, em relação ao repasse e prosseguimento da tradição. Muitas vezes fala da mãe, de tudo aquilo que ela representou para ele e lamenta a sua falta, demonstrando uma forte ligação espiritual. Refere muitas vezes que a coragem e a força que precisou ter para assumir a liderança política, ainda jovem e com medo de não estar totalmente preparado vem dela, apesar de não estar mais presente entre eles, acaba protegendo-os e enviando forças.

Quando convidado a participar de eventos na comunidade local e regional, aborda a situação que os indígenas estão vivendo em todo o país, comenta das questões de preconceito e racismo sofridas por todos, enfatizando que, assim como respeitam o branco, também buscam ser respeitados. Firme e decidido, tem caminhado junto da sua família atuando com o propósito de lutar pela causa indígena.



Figura 4 - Anildo Romeu.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.

Denise Reis (*Jaxuca Poty*), 40 anos, casada com Nicanor Benites, cinco filhos, filha de Norma Romeu e Paulo Reis. Sobrinha de Floriano Romeu, veio da *Tekoa Koenju* (São Miguel das Missões) logo após a chegada de seus parentes em Santo Ângelo. Mora na *Tekoa Pyaú* com seus filhos e está em constante deslocamento entre as duas *tekoa* pela razão de que seu esposo ainda reside na *Tekoa Koenju* e lá exerce a função de agente de saúde. Os dois costumam revezar-

se entre idas e vindas semanalmente ou quinzenalmente. Das mulheres é a que mais domina a língua portuguesa, por isso, meu contato é maior com ela. Com a mesma calma e tranquilidade, organiza as atividades diárias entre o lavar roupas no rio, preparar alimentos, produzir o artesanato. Sua maior habilidade é a produção de arcos e flechas, com menos frequência trabalha com os colares, pulseiras e esporadicamente com a confecção dos cestos (*ajaká*).

Das nossas conversas, ela reporta a importância das mulheres na educação e no cuidados com os filhos, a determinação que elas têm em cuidar as suas casas e o entorno, a necessidade de auxiliarem com a produção e venda de artesanato. É bastante reservada, pouco ou quase nada fala das questões religiosas, dos contatos que os homens mantêm com a comunidade externa na busca pelos direitos.

Demonstra facilidade em conversar e muitas vezes me ajuda a entender o que a sua mãe Norma e a sua tia Edina querem saber sobre minha vida, já que elas falam e compreendem muito pouco a língua portuguesa. Logo que cheguei na *tekoa*, a primeira curiosidade das duas era saber se eu era casada, se tinha filhos, onde morava e porque estava ali. Nos primeiros dias, fiquei muito mais próxima de Miguelina e dos homens. Só depois de muitas vezes que fui e fiquei na *tekoa* é que Edina e Norma (irmãs de Floriano) aproximaram-se.

Numa tarde em que acompanhava Denise na venda de artesanato, na praça Pinheiro Machado, localizada no centro histórico de Santo Ângelo, ela me diz:

[...] as pessoas que estão aqui na praça olham para você quando está aqui sentada na praça no chão com a gente e te chamam de índia branca. *Risos*. Os brancos não sabem como é nossa vida, por isso também não sabem quando te enxergam andando com a gente (Interlocutora Denise Reis. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Denise tem clara percepção das pessoas que nos observam quando estou junto a eles nos locais públicos. De certa maneira, devo reconhecer que em uma cidade pequena na qual as pessoas ainda não estão acostumadas com a realidade dos Mbyá presentes na comunidade, deve ser no mínimo estranho me ver junto e a vontade entre eles. Quando relato para alguns sobre meu trabalho e que convivo na *tekoa* morando por lá em dias alternados, percebo o olhar de espanto de muitos. Como desmistificar a imagem de um índio que está em contato na “sociedade com os brancos”, ou melhor, de uma “branca” que vive no meio dos índios?

Estes são estereótipos marcados por paradigmas gerados em anos de colonização. Então, obviamente, apesar de muito ter avançado em termos de uma percepção de quem são estes cidadãos índios, ainda estão arraigadas visões contraditórias e pejorativas sobre os povos indígenas do Brasil.

O antropólogo Baniwa Gersen Luciano (2006), comenta sobre as percepções do “homem branco” em relação aos índios em diferentes períodos após a chegada dos colonizadores europeus no Brasil. Primeiro, uma visão romântica sobre os índios ingênuos e incapazes – protetores da natureza; segundo, uma perspectiva embasada na ideia de um índio cruel e sem utilidade: “aqueles” que atravancam o desenvolvimento econômico (para muitos setores econômicos esta visão ainda é atual); e, terceiro, uma visão contemporânea (Constituição de 1988) pautada na cidadania e no reconhecimento da diversidade étnica.

O fato de minha convivência ser real e assídua na *tekoa* gera na comunidade santo-angelense comentários e porque não dizer reflexões acerca de quem são estes “índios” e como se comportam. Muitas vezes, em caronas ou corridas de táxi, era questionada porque estava vivendo no meio deles e alguns até diziam “eles são gente boa, nos pagam as corridas”. Estes fatos servem para comprovar que muitas pessoas ainda desconhecem e ou não aceitam a inserção dos indígenas em seu espaço de viver. Existe um caminho a ser percorrido no que diz respeito à aceitação e à valorização das etnias indígenas nas comunidades locais. Apesar de terem seus direitos assegurados e estarem conquistando cada vez mais seus espaços na sociedade envolvente, ainda são vítimas de preconceito e olhares de repulsa por boa parte da população.

Entre uma fala e outra, na tarde do dia vinte e seis de novembro de 2015, agora sentadas debaixo dos pés de eucalipto (*Eucalyptus*) que são as árvores que fazem a sombra na casa de Denise, ela pacientemente limpa e raspa a casca de finos galhos para confeccionar flechas. Fala de um grande sonho: assim que chegar na terra nova, quer construir a casa tradicional de taquara e barro, coberta de lona preta, já que no local não tem o capim santa fé (*Panicum prionitis*) que serve para a cobertura de casas. Pretende plantar árvores frutíferas, fazer uma horta e criar os bichos domésticos, galinhas e porcos para o consumo da carne. Comenta que vai morar somente alguns dias na casa de madeira e depois vai para a casa tradicional, porque segundo ela o Mbyá é assim: até tem a casa de madeira mas prefere viver no modo tradicional.

Nesta tarde, conversamos sobre várias coisas e, além do desejo de ter a sua casa tradicional, também falamos sobre as idas e vindas dos Mbyá e a respeito disto me disse:

[...] o guarani é assim, caminha muito, passeia muito para visitar os parentes e sempre vamos ser assim. Vamos de uma aldeia a outra, os mais jovens saem para buscar os namorados, buscamos mudas de mandioca, trocamos sementes. Recebemos os visitantes e também somos recebidos. Agora eu não vou em muitos lugares, mas antes eu ia. E o branco acha que a gente vai morar sempre no mesmo lugar, mas não é assim, às vezes moramos um tempo, saímos e depois voltamos, mas sempre precisamos ter o lugar para voltar (Interlocutora Denise Reis. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Denise comenta da importância da terra conquistada há pouco, disse que sua mãe e sua tia Edina, assim como seu tio Floriano haviam sonhado com um local com características parecidas. Afirma, ainda, que lá com certeza estarão felizes, mesmo que continuem indo e voltando de um lugar para o outro.

O ato e a ação do ir e vir estão intimamente relacionados com a constituição da pessoa, de acordo com Pissolato (2006), as dimensões do “caminhar” surgem toda vez que os Mbyá são questionados sobre o seu local de nascimento e os locais em que já moraram, a mobilidade significa dizer que estão realizando o seu modo de ser.



Figura 5 - Denise Reis e sua mãe Norma Romeu.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.

Mariano Reis Benites é filho de Denise e José, neto de Norma Romeu, sobrinho neto de Floriano. Mora com a mãe desde criança, pai de meninos e meninas, desinibido e muito carinhoso com seus filhos. Ainda jovem, se casou com Janaína e ficaram vivendo na *Tekoa Koenju*, em São Miguel das Missões. Acompanha Anildo, quando necessário, para auxiliar na organização dos contatos externos, recebe as pessoas que chegam na *Tekoa Pyaú* quando o cacique não está, desempenha a função que seria destinada ao vice cacique, embora não tenha sido assim nominado. Os contatos feitos com os professores na escola, com agentes de saúde, secretaria de Assistência Social, e demais instituições, também são atribuições de Mariano. Costuma ir seguido com sua família passear na *Tekoa Koenju* para visitar familiares e produzir peças de artesanato em madeira.

Quando está livre de outros afazeres, passa horas esculpindo pequenos animais em madeira de corticeira (*Erythrina speciosa*). Gosta de jogar futebol e estar com as crianças na beira do rio. Calmo, de expressão leve e sorriso fácil, auxiliou no repasse das informações para compor os capítulos desta etnografia. Comenta ter orgulho de estar vivendo este momento da fundação da *Tekoa Pyaú* e poder ensinar seus filhos sobre a importância da família e da manutenção da cultura Mbyá.



Figura 6 - Mariano Reis Benites.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.

Falar de Floriano, Miguelina, Anildo, Denise e Mariano, expondo um pouco das características de cada um foi a maneira encontrada para apresentar os

principais interlocutores e trazê-los para a escrita. O contato inicial com os cinco determinou a criação de um vínculo que representa o estabelecimento de interações sociais necessárias para ter a permissão e acessar os espaços aos quais não pertencço. Aos poucos, também fui interagindo com as outras pessoas que são de extrema importância para a vida da *Tekoa Pyaú* (Aldeia Nova) e ao longo do texto serão apresentadas nos diagramas de parentesco.

A aproximação entre o antropólogo e o interlocutor supõe uma troca. Pensando na situação de dádiva e reciprocidade, cunhada por Mauss (2003), reflito sobre o adentrar no espaço de pesquisa. Naturalmente, a comunidade busca a contrapartida, ou seja, do pesquisador geralmente esperam-se comprometimento e engajamento profissional que possam ser úteis quanto à defesa dos direitos reivindicados. Por outro lado, na sequência da escrita será possível perceber que algumas atitudes demonstram aprofundamento de vínculos “afetivos”, os quais acabaram me colocando numa posição que vai além do “simples” papel de pesquisadora. Nossas trocas foram sendo intensificadas e já não era somente uma questão de dar um retorno à comunidade após a pesquisa.

Em uma manhã do mês de outubro do ano de 2015, sentada com Anildo debaixo do pé de bergamoteira (*Citrus nobillis*), quando falávamos dos sonhos e dos sentimentos que as pessoas podem aprimorar, ele me disse:

[...] sei que teu trabalho precisa de muitas informações, coisas que nem sempre podemos ou sabemos responder, mas também sei que aqui você veio porque verdadeiramente valoriza e respeita nossa cultura, não chega aqui querendo nos ensinar sobre o que tem fazer, não traz as coisas e faz uma foto para postar no facebook e se aparecer. Sempre será recebida como uma irmã Guarani e na Aldeia Nova vai ter um lugar sempre que lá quiser ir nos visitar (Interlocutor Anildo Romeu, In DEZORDI, diário de campo, 2015.).

A esta altura da pesquisa, a terra da nova aldeia já havia sido comprada e os preparativos para a mudança estavam em andamento. Inserir fatos acontecidos nos primeiros dias de campo, relacionando-os com informações mais recentes neste espaço inicial é uma decisão resultante da opção em trabalhar com a perspectiva que foge da concepção linear e diacrônica. Os acontecimentos se entrelaçaram por diversas vezes e alternaram-se, de acordo com o desenrolar dos fatos, os quais culminaram com a compra de uma área de terra adequada para a instalação da *Tekoa Pyaú*.

Retomando o assunto sobre o engajamento e o papel do antropólogo, Pacheco de Oliveira (1999, p.63) pondera,

[...] outro ponto importante é investigar como e onde o antropólogo se constitui efetivamente em um fator de mudança. Tratando com grupos tribais e sociedades em pequena escala, o antropólogo não pode de maneira alguma ser considerado como alguém cuja presença traga consequências nulas ou irrelevantes frente às anteriores condições de vida dos nativos.

As reflexões promovidas por Pacheco de Oliveira (1999) sobre a presença dos antropólogos(as) e as possíveis contribuições à comunidade foram ao encontro de uma série de questionamentos acerca do significado deste dia. As leituras anteriores, dos clássicos da Antropologia, reportaram-me ao que Malinowski (1984) debatia sobre aos aspectos pertinentes à inserção do etnógrafo no campo de pesquisa, às relações estabelecidas por meio desses contatos e à naturalização após chegar ao ambiente em que o trabalho será desenvolvido.

Assim, tentei organizar as observações, partindo de perguntas e dúvidas que foram surgindo: como seria recebida pelos Mbyá em seu espaço, em suas casas? Como se estabeleceriam essas relações de acolhida, de repasse de informações ou como eles percebiam a minha chegada? O que esperariam em troca do consentimento dado para minha convivência na *Tekoa Pyaú*?

Souza (1998) relata suas experiências de inserção em campo quando escreveu sua tese *“Aos Fantasmas das Brenhas”: Etnografia, Invisibilidade e Etnicidade de Alteridades Originárias no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Sua pesquisa é fruto de uma extensa etnografia na Região das Missões com os moradores locais (famílias mais antigas) e com os Mbyá que há pouco haviam se estabelecido no município de São Miguel das Missões.

Ao referir-se a seu campo de pesquisa, Souza (1998) explora as questões relativas ao período inicial do estudo proposto, quando o pesquisador enfrenta certas resistências e está sujeito a um primeiro olhar que define a aceitação ou não nas comunidades indígenas. Logo, salienta que:

[...] antes, entretanto, sondam demoradamente as “intenções” do pesquisador, poucas vezes por palavras ou por perguntas diretas, muitas pela observação silenciosa das reações e movimentos corporais do cientista frente aos impactos da relação interpessoal (SOUZA, 1998, p.25-26).

Com certeza, esses olhares, lançados no processo de observação silenciosa descritos por Souza (1998), permearam meu primeiro dia na *Tekoa Pyaú*. Naturalmente, as ações de observar e, ao mesmo tempo, ser observada foram constituídas desde o primeiro instante em que adentrei o novo espaço.

Essa sensação e ação, que posso descrever como parte do estranhamento, me tomou. Quando iniciei as anotações no meu diário de campo, me dei conta daquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (2002), refere em seus escritos *Os diários e suas margens* sobre o momento em que escreve suas observações com as primeiras impressões sobre os Terêna e sobre a experiência de estar no meio deles.

Quase no final da tarde de um dia de verão escaldante, no acampamento denominado como *Tekoa Pyaú*, situado na Barra do São João, Distrito de Atafona, após a rodada de chimarrão (mate) sob a sombra do pé de ameixa-do-Japão (*Eriobotrya japonica*), Anildo decidiu, após eu ter opinado sobre o local, onde seria fixado meu acampamento. Entre a sua casa e a casa de Denise, em um pátio de chão batido, cercado com tela aramada, passei a ter meu espaço na *tekoa*.

A primeira tentativa de habitar foi numa barraca de *camping*, na madrugada por volta de duas horas da manhã precisei ser socorrida por Anildo, a tempestade chegou com muita força e a chuva torrencial alagava a minha “casa”. Eram quase quatro horas da manhã quando a chuva amenizou um pouco e minha barraca foi transportada para dentro de um galpão de alvenaria.

Durante a instalação da barraca, olhares curiosos eram lançados por adultos e crianças, afinal eu fui a primeira *xenorá* (branca) a estabelecer esse vínculo do “morar” na *Tekoa Pyaú*. Por questões de segurança e proteção das chuvas, a convite de Anildo, passei a dormir dentro da casa de alvenaria que ele e dois irmãos habitavam.

Quando cheguei e acomodei minhas coisas, percebi que ser acolhida e aceita para permanecer por um tempo na aldeia, junto dos Mbyá, representava muito mais do que aquilo que transparecia em um primeiro olhar. Esse fato mostrou a necessidade de me deixar impregnar pelo ambiente e, lentamente, me aproximar e aceitar a aproximação daquelas pessoas. Este momento esteve repleto de estranhamento, embora eu conhecesse parte da família há algum tempo, somente agora estava convivendo diariamente com eles.

Desta maneira, a cada passo dado naquela tarde, as teorias da sala de aula retomavam meus pensamentos, na tentativa de reordenar tudo aquilo que havia lido.

Escrevi muito na primeira noite e durante a madrugada. As anotações do diário de campo traduzem um misto de euforia, preocupações, responsabilidades, espontaneidade e compromisso para tecer relações que encadeassem a lógica científica da teoria e da prática no espaço dos Mbyá. Clifford (2008, p.21), analisando a prática etnográfica, diz: “[...] deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está do começo ao fim, imersa na escrita”.

Se a etnografia está imersa na escrita é preciso pensar em como realizá-la; para tanto, prossegui abrindo espaços que dariam início ao convívio com a comunidade e à coleta de dados a serem registrados mais tarde. Pela primeira vez, senti que precisava impregnar-me de novas sensações. Ao reavaliar meus pensamentos, reporteime ao que Favret- Saada (2005, p.160) descreveu:

[...] como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se como ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível.

Aos poucos, fui percebendo que ocorriam entreolhares, que eu precisava me dispor e de fato me deixar ser afetada. Nestes momentos, as aproximações estabelecidas foram determinantes para dar sequência aos próximos passos dentro da *Tekoa Pyaú*. Minhas ideias se reorganizaram e, embora a primeira impressão revelou um estranhamento total de ambas as partes, entendi que a etnografia seria possível. Então, aos poucos, fui inserida nos espaços, levada pelo cacique Anildo e pelas crianças e, somente ao final da tarde do primeiro dia, fui apresentada à comunidade.

Com consciência da relevância do momento, recebi do *Karaí* (líder religioso) Floriano Romeu o nome *Jaxuka*. Sobre a origem do nome, vislumbra-se alma – região de origem e sua função no mundo. Ladeira (2007) explica:

Nomes de *nhanderu ete* e *nhandexy ete*. Região: *Nhanderu retã*, *yva paũ*, *nhanderenondére* (nascente).

Almas femininas
Takua Avarãtã
Yva
Jaxuka
Jaxuka Mirĩ

Almas masculinas
Kunhã Karai

Nhanju
Kunhã Karai

Aqui existem mais almas femininas. Elas vêm para ajudar, “tirar do perigo” a família, conduzindo-a para algum lugar verdadeiro. Em cada família é preciso ter alguma mulher, uma alma feminina, com uma dessas almas. Quando *Nhanderu Ete* “tem dó” de alguma família, envia uma de suas almas para ser sua guia. [...] As almas femininas de *Nhanderu retã* possuem a qualidade de reunir harmoniosamente a comunidade. São essas mulheres que devem cozinhar durante os mutirões para os trabalhos nas roças ou para a construção de casas. Elas não devem se ausentar muito tempo do *tekoa*, para que possam cuidar dele. Têm boa voz para o canto e se destacam ao dirigir as rezas coletivas. Têm condições de organizar o grupo, de liderar e ensinar. São essas almas que podem orientar o caminho para que o grupo possa encontrar *Yvy Maraêy*. [...] Dentre essas almas há aquelas que possuem maior força física, podendo exercer trabalhos masculinos, tais como preparar o terreno para o plantio (derrubar, revirar a terra), ajudar na construção de casas, etc. São elas: Jaxuka, Takua, Yva (LADEIRA, 2007, p.123-124).

Justifico a longa citação em meio ao texto, por entender que a nomeação recebida na primeira tarde de convivência com a comunidade Mbyá apresenta, de fato, um significado simbólico bastante acentuado. Considerando que não haviam explicado o porquê do nome, procurei elucidações sobre o termo. É possível que, com o passar do tempo, possa ter a clareza desse gesto e o que representa receber um nome, mesmo não pertencendo à comunidade.

Na etnologia indígena, Nimuendaju (1987, p.3) versa sobre a temática do recebimento do nome Guarani: “[...] em 1906 fui incorporado com todas as formalidades na tribo, recebendo meu nome índio”. Explico que a prática de dar o nome Guarani ao “estrangeiro” não é algo recente, porém deve ser pensado no significado desse ato descrito há mais de um século entre os *Apapocúva*. E hoje qual seria o significado da nomeação guarani dada para alguns *juruá* (branco) que convivem com e entre os Mbyá?

O primeiro dia foi de percepções. Somente ao final da tarde, fui convidada para a refeição. De acordo com Martins Machado (2015), o ser chamado para comer é sinal de aceitação plena. Por volta das dezoito horas, Miguelina me serviu o primeiro prato. Acredito que neste momento, quando fui questionada se iria comer da comida que eles comem e ao afirmar que sim, nossos vínculos iniciaram de fato.

O primeiro alimento servido foi o *reviro* (alimento tradicional preparado a base de farinha de milho ou de trigo), adicionada de um pouco de sal e de algumas gotas de óleo vegetal. Após colocar a panela no fogo, essa mistura deve ser mexida por, aproximadamente trinta minutos até que tome forma de farofa esmigalhada. Depois,

comi o *mbojapé* (alimento tradicional preparado com farinha de trigo, adicionado de uma pitada de sal e água). A massa deve ser misturada e amassada até que fique na consistência ideal para moldar pequenos círculos, assados em brasa, direto no fogo de chão, trata-se de um tipo de pão. Este foi um momento significativo, considerado importante, porque a princípio creio que muitos não acreditavam que eu fosse compartilhar de certas atividades cotidianas da comunidade.

Ao mesmo tempo em que recebi o nome e fui convidada para a refeição, percebi que estava sendo aceita no espaço que não me pertence. Em certas horas e em muitos dias, vivenciei certo distanciamento e alguma dificuldade em me integrar. Esse processo decorreu principalmente do distanciamento linguístico, já que eu não possuía conhecimento suficiente para me comunicar em guarani. Embora a grande maioria demonstrasse interesse em falar também a língua portuguesa, o que, por consequência, não me deixaria isolada durante as conversas a que fui convidada a participar, ainda assim, me senti muitas vezes uma observadora intrusa.

Conforme as horas transcorriam, eu pensava nas informações que me foram e ainda são muito úteis; no tempo em que integrei o projeto *Diálogos Interculturais: Identidades Indígenas na escola não Indígena*. Lembrei as reuniões que ocorriam na *Tekoa Koenju* e, por isso, há muito tempo já sabia que, para eles, o maior defeito de uma pessoa é falar demais: “o guarani quando come, cala, quando viaja, também. Saber calar é sinal de boa educação. O pai da criança ensina calar” (ROMEY *apud* RAMOS et al., 2006, p.28). A fala sagrada dos Guarani é referenciada em diversas ocasiões por autores como: Melià (1986), Clastres (1990), Cadogan (1997), Garlet (1997), Chamorro (1998). Não tenho a pretensão de aprofundar esse tema, porém me parece crucial para esclarecer os fatos que a seguir serão descritos.

Ao adentrar no espaço dos Mbyá, coloquei-me na postura de ouvinte e preferi, durante essa fase inicial da pesquisa, mais calar do que falar; então, passei a observar, considerando o contexto de silêncio e escuta. Mello (2006) trata dos silêncios e das reservas que eles têm ao falar sobre suas vidas. Essa informação me levou a refletir sobre a forma como as mulheres, os homens, os jovens e as crianças “fazem” seus silêncios e como eu acessaria as informações para posteriormente realizar a análise dos dados.

Pensando nas palavras de Tempass (2010), a opção em manter a postura inicial de estar e ficar mais calada também foi tomada estrategicamente. O autor relata a dificuldade que teve em comunicar-se com os Mbyá, quando utilizava

mecanismos de gravação em áudio e vídeo, e afirma que a confiança se estabeleceu ao longo de conversas espontâneas em volta do fogo ou rodas de chimarrão ou em caminhadas que realizavam no interior das *tekoa*. De certa maneira, também vivi essa experiência e fui percebendo aos poucos como deveria me colocar nas situações de observação participante.

Quanto à escolha e ao uso das técnicas de investigação em campo, posso dizer que, de certa maneira, fui privilegiada. Enquanto escrevia esta dissertação, ocorreu a defesa da tese *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe*”y – *De Sonhos ao Oguatá Guassú em Busca da (s) Terra (s) Isenta (s) de Mal*, a qual foi defendida pelo Guarani antropólogo Almiros Martins Machado.

Nas suas falas, colocadas na perspectiva de antropólogo e interlocutor quase que simultaneamente, por ser ele um pesquisador Guarani e ao mesmo tempo pesquisar uma comunidade Mbyá, Almiros relata uma situação muito próxima da que vivi quando o cacique Anildo na *Tekoa Pyaú* um dia me disse: “o Guarani não precisa ter nada gravado, precisa sim ter tudo gravado na cabeça”.

Ao ler certos trechos da tese de Martins Machado (2015), me reportei aos diferentes momentos em que eu cheguei de fato a pensar que minha habilidade como pesquisadora era muito superficial e necessitava de aportes mais concretos. Minhas tentativas, muitas vezes de aparência frustrada no quesito de desenvolver as técnicas investigativas, também eram citadas como um fato real em outro campo de pesquisa vinculado aos Mbyá.

Fui levada a refletir sobre por que Anildo me sugeria que eu devia guardar as informações na minha memória. A fala do cacique Mbyá da *Tekoa Pyaú* estava alinhada simetricamente aos pensamentos dos Mbyá do estado do Pará citados por Martins Machado,

[...] fui chamado à atenção pelo fato de usar gravador: “você é Guarani, tem que ter gravado na cabeça e não nas coisas de Juruá” (branco); esta é a razão de ter poucas entrevistas gravadas. Logo que iniciei as conversas com intenção de subsidiar a escrita da tese e por percorrer metodologias que em parte se assemelhavam a dos colegas em campo, começaram a me chamar de Juruá (branco), me instando o tempo todo ao modo de ser Guarani, marcando as diferenças entre um e outro. Era quase insuportável a sonoridade quando assim se referiam a mim (MARTINS MACHADO 2015, p.27).

A fala de Martins Machado (2015) e o posicionamento dos interlocutores da *Tekoa Pyaú* me levaram a pensar naquilo que Geertz (2008) explanou acerca das diferentes maneiras de analisar e interpretar as “piscadelas”, bem como o exemplo dos fatos ocorridos nas montanhas marroquinas, para afirmar que a etnografia é uma descrição densa e, a todo o momento, o etnógrafo precisa lidar com situações estranhas que necessitam ser observadas e analisadas com a atenção voltada para aquilo que está “implícito”.

Quando era chamada para sentar-me junto aos Mbyá, por meio das palavras *aju* (vem) e *eguapy* (senta), observava e ouvia as conversas que nem sempre eram possíveis de entender. Assim que todos dispersavam e iam para suas barracas de lona realizar afazeres, retirava-me e anotava detalhadamente as informações que poderiam ser importantes para o desenvolvimento da etnografia. Quase sempre nos colocamos embaixo do pé de bergamota (*Citrus nobilis*), espaço que pode ser considerado a sala de casa e está ligado ao pátio em frente à *opy* (casa de ritual), espaço sagrado dos Mbyá, local em que poucos brancos são convidados a entrar.

No interior da casa construída de taquara e barro e coberta de lona preta por não ter o capim santa fé, realizam-se os rituais espirituais e os processos de cura; neste espaço não foi permitido meu acesso. Embora numa conversa com Floriano ele tenha dito que ainda não é chegada a hora, mas se vier um sinal de *Nhanderú* (Nosso Divino Pai), ele acredita que eu possa adentrar a casa de reza. No momento essa não é a minha pretensão, mas se a oportunidade surgir, com certeza, em sinal de respeito aceitarei o convite. Assim, em frente à *opy*, sentados no chão de terra vermelha ou em pequenos bancos de madeira, foram iniciadas as relações de interação social com a comunidade.



Figura 7- *Opy*.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.

No meio da tarde, pedi permissão para fazer algumas imagens do lugar. Assim que saí e iniciei os registros fotográficos, percebi a curiosidade de algumas pessoas. Então, entreguei a câmera para Anildo enquanto andávamos pelos lugares; ele fotografou locais, pessoas, objetos, animais, enfim várias imagens que compõem o cenário da aldeia. Nesse momento, não percebi que também fui fotografada, quando circulávamos entre as casas e as árvores do terreno.

Eckert (2012), no evento IX Jornada de Ciências Sociais em homenagem ao antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, traz em seu texto, *Antropologia Visual e o Campo dos Conceitos*, uma rápida trajetória sobre o uso de imagens na história da Antropologia. A antropóloga salienta a importância da construção imagética e discorre, entre outros temas, sobre o trabalho do antropólogo francês Jean Rouch, que, ao dispor dos recursos fílmicos e de imagens fotográficas, estabelece uma relação de simetria com os nativos, na qual a interação concretiza uma experiência de produção de imagens pelos próprios nativos.

Intrigada com a vontade expressa por alguns em manusear a máquina fotográfica, percebi a importância, relatada por Eckert (2012), no sentido de fazer uso dos recursos visuais e propiciar ao grupo a possibilidade de produzir as imagens, por isso tomei a atitude de entregar a câmera.

Esse ato me pareceu de extrema importância, porque demonstrava a vontade deles mostrarem os espaços que eu poderia ou não acessar e, além disso, deixava claro o que eles queriam registrar. As percepções registradas em imagens, com certeza, são elementos constituidores para as narrativas referentes ao nascimento da *Tekoa Pyaú*. Desta maneira, o acervo de fotografias e pequenos vídeos que estão sendo usados na elaboração da dissertação, ficarão disponibilizados para fins de pesquisa e como memórias para a comunidade Mbyá.

Sistematizando as informações trazidas até o presente momento, parece pertinente explorar a ideia trazida por Evans-Pritchard (2013) na clássica obra *Os Nuer*. Entre as explicações relatadas na introdução, afirma:

[...] os Azande não me permitiram viver como um deles; os Nuer não me permitiram viver de outro modo que não o deles. Entre os Azande, fui forçado a viver fora da comunidade; entre os Nuer, fui forçado a ser um membro dela. Os Azande trataram-me como um ser superior; os Nuer, como um igual (EVANS-PRITCHARD, 2013, p.20-21).

As primeiras impressões, que norteiam a inserção na *Tekoa Pyaú*, sugerem considerar, em suas devidas proporções, uma situação próxima da relatada por Evans-Pritchard (2013). Imagino ter sido aceita em razão da forma como sempre conduzi minha relação de respeito com Floriano Romeu e com a comunidade Mbyá. Assim, pude vivenciar momentos únicos, observando situações e compartilhando alguns costumes da comunidade, como sentar em torno do fogo de chão para beber o chimarrão ou estar presente no momento em que a comida era preparada.

Alguns dias depois da minha chegada na *tekoa*, relendo as anotações do diário de campo, encontrei palavras que foram anotadas após conversas com Floriano Romeu, as quais corroboram para explicitar essa sensação de acolhimento,

Floriano pergunta: como está se sentindo por estar vivendo aqui? - respondo que me sinto a vontade, que fui muito bem recebida e que agradeço a disposição em terem me aceito para viver um breve período na casa deles. Em contrapartida me senti com confiança em pedir como eles me viam ou sobre o que eles pensavam de eu estar ali. Floriano disse: - me sinto feliz, porque te vejo como uma irmã guarani (DEZORDI, diário de campo, 2015.).

Este ir e vir nas memórias e a busca no diário de campo justifica a exposição não linear de acontecimentos vividos e analisados. Discutir, inicialmente, sobre minha trajetória acadêmica, relatando o princípio das relações sociais estabelecidas

com os moradores da *Tekoa Pyaú*, expõe situações vinculadas à responsabilidade ética-social e aos sinais de aceitação, ocorridas durante a inserção no campo.

As primeiras vivências que ocorreram entre a pesquisadora e os interlocutores Mbyá e demais moradores da *tekoa* (aldeia), com o passar dos dias, foram sendo ampliadas. Comecei a me dirigir a cada um pelo seu nome, assim como também passaram a me chamar *JaxuKa*, *xenorá* (branca) e raramente de *Estelamari* que é como me chamam algumas vezes. O contato diário foi aumentando, essas relações estabelecidas entre “nós” – eu e eles(as) permitiu alcançar diferentes graus de objetividade e subjetividade.

Dia após dia, o contato com as crianças foi intensificando, as percepções acerca do cotidiano na aldeia iam me colocando nos espaços a serem observados de acordo com o desenrolar da vida na aldeia. Nas manhãs em que acordei no local, após a rotina do despertar e seguir para a roda de conversa ao pé do fogo de chão, eu percebia os “silêncios” dos adultos Mbyá.

As primeiras horas da manhã eram dedicadas à escuta. As palavras pronunciadas por Floriano e Anildo (os dois líderes da *tekoa* - *espiritual* e *político*) conduziam as conversas sobre os sonhos da noite, as atividades a serem desenvolvidas durante o dia; raramente as mulheres se pronunciavam, apenas confirmavam com a cabeça ou com leves sorrisos a conversa do momento.

No cotidiano, as conversas são constantes, sempre na língua Guaraní e muitas vezes o tom de brincadeiras e risadas está fortemente evidenciado, simbolizando a alegria de viver tão valorizada na cultura Mbyá. Como saber isso se não domino o conhecimento da língua que me é estrangeira? Algumas palavras conseguia entender, então Anildo me disse: “sempre nas manhãs sentamos para falar de nossos sonhos e às vezes estamos brincando uns com os outros ou fazendo “bromas” (piadas), assim nos alegramos”. Eu era e sou alvo de risadas, principalmente quando tentava aprender a pronúncia das palavras faladas na língua guarani; às vezes Miguelina me dizia o que comentavam.

Assim, são falantes e sorridentes, mas na hora necessária fazem extremo silêncio, ao ponto de só ouvir as crianças menores conversando. Em determinados momentos, a necessidade de ouvir fica explícita. Referir e refletir sobre estes silêncios significa dizer que a maior parte das vezes as pessoas se colocam diante da posição de escuta, atitudes em excesso são negadas.

O cacique Mbyá *Vherá Poty* (2015, p.5) que vive na *Tekoa Pindo Mirim* (Terra Indígena de Itapuã), Viamão, Rio Grande do Sul – Brasil, expressa o modo de ser guarani com as seguintes palavras,

[...] para nós, os que partilham a existência terrena, a transmissão de conhecimentos tem lugar privilegiado nos aconselhamentos dos velhos, inspirados pelos deuses, pois Eles se enfeitam e enfeitam o mundo. Suas falas são moderadas, agradáveis, plenas de cuidado, pronunciadas para fazer brotar bons e belos efeitos voltadas para o bem-estar daqueles com quem se vive junto. [...] O simples, o moderado é belo, porã, e divino. Negar o excesso é entendido como um valor prescrito pelos deuses. O que é bonito assim o é porque se assemelha aquilo que é divino ou porque é mesmo divino. Meu nome é Vherá Poty, Relâmpago Florido, sou Guarani-Mbyá. Os velhos falam, eu escuto.

Vherá Poty enfatiza a negação dos excessos e a posição de respeito e de escuta aos velhos. Na *Tekoa Pyaú* fica evidente a mesma situação: as atitudes de respeito e escuta daquilo que os mais velhos comunicam é de extrema importância. Pissolato (2006) refere-se sobre o assunto, destacando que o aconselhamento brando, não excessivo e o manter-se atento à fala do outro é visto como sinal de boa convivência entre os Mbyá em diferentes aldeias que frequentam como visitantes ou novos moradores.

O encontro matinal, no pátio da casa do líder religioso ou dentro do prédio de alvenaria, ocupado pela comunidade, acontecia baseado no ato de ouvir e de absorver os ensinamentos para o fortalecimento do modo de ser guarani. Também, nas primeiras horas da manhã percebia a atitude de quietude, calma e conversas baixas no entorno das casas. Essas rotinas, estabelecidas pelas famílias do local, não são padrão e obrigatórias, mas, com certeza, foi possível perceber que os agrupamentos ocorriam nas casas dos três irmãos: Norma, Edina e Floriano. Desta maneira, minhas horas de vivência na aldeia iam se aprofundando e tomando dimensões que ultrapassavam a objetividade de uma pesquisa científica. Passei a entender que a convivência me colocava numa posição de maior subjetividade.

Brandão (2007) explicita que o trabalho de campo e a pesquisa antropológica representam uma vivência. E a seguir descreve as relações ocorridas numa experiência de trabalho de campo,

[...] por outro lado, a experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muita intensa de subjetividade. Ou seja, ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais (não sei se com aspas ou sem aspas) possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo o trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado (BRANDÃO, 2007, p.12).

Estes momentos de convivência foram e são cruciais, pois determinaram a fase de interação entre a pesquisadora e a comunidade escolhida para o desenvolvimento do estudo. Aqui me permito dizer que as relações estabelecidas entre mim e os Mbyá foram muito além daquilo pensado e vislumbrado para a inserção no campo. Se um dia me perguntarem se minha relação com a comunidade foi somente científica, responderei que não, que minha relação ultrapassou os limites objetivos, extrapolou o científico e me humanizou. Essas sensações do limiar entre as “obrigações” técnicas/científicas e as que correspondem ao estabelecimento de vínculos afetivos precisou muitas vezes ser pensada e repensada sob o risco de entrega total a um lado mais social do que propriamente um registro e uma análise antropológica.

Mas, o saber que adquiri nestes momentos com certeza será utilizado no meu campo profissional. Creio que, como disse Brandão (2007), em se tratando de questões concernentes à construção de uma etnografia, não poderia deixar de relatar momentos em que a subjetividade me levou a refletir sobre a “construção de um(a) pesquisador(a)” diante do objeto de estudo. Estar entre os Mbyá por muitas vezes, conviver, morar por um tempo na *tekoa* e aos poucos ir adentrando os espaços, que pertencem a uma cultura repleta de sentidos e de significados diferentes da cultura na qual o pesquisador está inserido, me colocou a pensar naquilo que seria a próxima etapa das observações, análises e registros do campo.

Como resultado da trajetória do encontro, do ato de entrar no campo de pesquisa e dar início a busca de fatos e elementos que permitiram conhecer parte de uma história familiar, compreendi que deveria registrar aquilo que para eles tinha importância, ou seja, mostrar a “luta” pela terra e a perseverança na espera do espaço ideal para a instalação da *Tekoa Pyaú*.

A seguir, serão descritas informações que demonstram a situação sócio-histórica de parte da família Romeu, os caminhos percorridos, as vivências e experiências antes da chegada em Santo Ângelo. Os acontecimentos relatados pelos interlocutores foram apresentados enfatizando o repasse das tradições e deixando explícita a necessidade da manutenção do seu modo de ser.

2 Nas estradas “cruzando caminhos em busca daquilo que nos sustenta: a terra”

Uma vez superada a fase trágica da possibilidade de extinção de todos os povos indígenas, fica a impressão de que ser índio hoje no Brasil é mais do que pertencer a um conjunto de povos nativos, originários ou ancestrais do povo brasileiro, como algo do passado distante; ser índio é pertencer a uma identidade continental e nacional autóctone, presente, viva e atuante nos cenários locais, regionais e nacionais. Do direito de sujeito e de cidadão nacional e global, associado ao direito e ao desejo de continuidade histórica das identidades étnicas e culturais parece que os povos indígenas não estão dispostos a abrir mão, ainda que isto signifique uma longa e árdua jornada rumo ao que os sábios Guaraní chamam de “Terra sem Males”, um mundo onde todos os povos têm o seu espaço e o direito de viverem com dignidade e liberdade (LUCIANO, 2006, p.220)

No segundo capítulo, apresento dados resultantes da pesquisa de campo relativos à história da família Romeu. Relatos que estão guardados em suas memórias e que foram narrados pelos interlocutores conforme os dias passavam. Narrativas das trajetórias percorridas em diferentes países: Paraguai, Argentina e Brasil, espaços territoriais impregnados da história indígena Mbyá e de outras etnias.

Informações relativas à composição das famílias que vivem na *Tekoa Pyaú* constituíram três genealogias distribuídas nos diagramas de parentesco para explicitar as relações e os vínculos sociais entre os moradores. As situações cotidianas do período em que viveram em acampamentos ou em outras *tekoa* também são descritas, bem como o tempo em que viveram no acampamento na Barra do São João – Santo Ângelo. Este período compreende um tempo vinculado a um passado não muito distante e aos dias atuais.

Quando são propostos estudos sobre as comunidades indígenas, seja no passado ou no presente, é preciso buscar elementos que possam servir de base para o desenvolvimento de uma Antropologia entrelaçada aos acontecimentos históricos. Segundo Pacheco de Oliveira (1999) o antropólogo-historiador deve estar atento às responsabilidades inerentes ao seu trabalho,

[...] o que cabe esperar do historiador – como também do antropólogo, de vez que ambos lidam igualmente com processos socioculturais que se desenvolvem no tempo – é algo muito mais radical e profundo: proceder como um criador, dar um sopro de vida sobre os bonecos de barro, marcá-los com um nome e atribuir-lhes uma alma, transformando fatos isolados e caóticos em ações significativas e em interpretações coerentes. Para isso, o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos) (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.106).

Deste modo, refletir sobre o papel do antropólogo e do historiador, significa dizer que cabe ao pesquisador a tarefa de evidenciar estes “sujeitos históricos”. Trazer ao público elementos que compõem as histórias das comunidades indígenas é uma das formas de mostrar a necessidade de mudança na visão que a sociedade nacional, de um modo geral, ainda perpetua sobre estas etnias que estão inseridas no meio que nos circunda.

Os fragmentos destas historicidades, os quais evidenciam o modo de ser das famílias Mbyá que estão vivendo em Santo Ângelo e foram aqui registrados, parecem ir ao encontro da fala do indígena antropólogo Gersem dos Santos Luciano (2006), nos chama atenção quando afirma que os povos indígenas não estão dispostos a abrir mão de seus direitos. Vieram para a Região das Missões para conseguir um novo espaço para viver, afirmar a sua contínua busca pelo direito a terra e a manutenção dos seus lugares político/ civil na sociedade brasileira.

Através das narrativas dos interlocutores, foram buscadas informações as quais possibilitaram conhecer e analisar as situações que atualmente levam os Mbyá a realizar os deslocamentos na busca por novos espaços territoriais, fundando novas *tekoa*.

2.1 Em busca de um novo espaço para viver

Apagar ou desconsiderar a presença das etnias indígenas do cenário nacional, tentando não deixar transparecer suas histórias, faz parte de um processo colonizador posto em prática a mais de quinhentos anos (LUCIANO, 2006). Embora hoje configurado em uma nova forma de colonização, o cenário muitas vezes é desalentador. Por isso, se faz necessário repensar sobre os posicionamentos e posturas desenvolvidas pelo governo brasileiro em relação aos indígenas que hoje representam uma grande parte da população.

Há que se pensar em relação aos Mbyá, os quais vivem e efetivam o seu modo de ser a partir de seus deslocamentos e da mobilidade espacial, circulando por entre diferentes territórios (Brasil, Argentina, Paraguai etc.): como o governo brasileiro lida com esta e demais questões? Pacheco de Oliveira (2002) salienta a urgência de rever a situação das sociedades indígenas no Brasil contemporâneo, já que elas não se enquadram em um único sistema. O autor cita como exemplo justamente os Mbyá por possuírem “uma complexa relação com a terra” ao adotar processos de “deslocamentos cíclicos”.

Para compreender a importância, os costumes e as características peculiares de cada etnia indígena é necessário que se volte o olhar para o passado. Historicamente, é trazida uma série de informações na etnologia Guaraní por autores que discorreram sobre os indígenas. Em suas escritas, Melià, Saul e Muraro (1987, p.17) comentam:

[...] de um ponto de vista histórico — não propriamente arqueológico ou pré-histórico — o Guaraní, entre os não-andinos da América do Sul, é talvez o índio mais antigo que se perpetua até a atualidade; os Guaraní estão entre nós até hoje. As notícias etnográficas relativas a eles vêm, pois, sem solução de continuidade, desde 1528, em que pela primeira vez se registra o nome Guaraní na carta de Luis Ramírez, até manchetes de jornais absolutamente hodiernas e pesquisas sobre a sua situação atual, em vias de publicação. O Guaraní, como povo, está também intimamente ligado à história nacional e à formação social do Paraguai, e de regiões significativas da Argentina, como Corrientes e Misiones, do Brasil — Rio Grande do Sul e Paraná, Santa Catarina e São Paulo —, da Bolívia — Santa Cruz de la Sierra — e até do Uruguai.

Percebe-se que além dos Guaraní serem amplamente estudados e citados, segundo Melià, Saul e Muraro (1987), possuem também extrema importância como constituidores na formação sócio-histórica dos países em que viveram e ainda hoje, circulam e vivem. Os processos migratórios são temas recorrentes na etnologia indígena. Sobre as migrações mais recentes dos Mbyá, Schaden (1974, p.5) afirma:

[...] as migrações mais recentes foram as de algumas levas de Mbüa do Leste paraguaio e Nordeste Argentino que, atravessando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, chegaram ao litoral de São Paulo. Tenho notícias de três grupos, um vindo por volta de 1924, outro vindo em 1934 e um terceiro, que chegou em 1946, igualmente vindo do Paraguai meridional, de território contíguo à província argentina de Misiones.

No que se refere aos deslocamentos das comunidades indígenas, Garlet (1997), em sua dissertação *Mobilidade Mbyá: História e Significação*, escreve dentre

outros temas, sobre as “caminhadas” realizadas pelos Guarani. O autor optou por empregar a expressão mobilidade espacial, produzindo um estudo sobre as comunidades Mbyá. Sua pesquisa apresenta dados etno-históricos, discorrendo sobre os locais percorridos e as motivações para as mudanças, além da situação das famílias em termos de assistência e de contatos com os órgãos públicos, assim como a situação das questões fundiárias no estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, o material produzido por Garlet (1997) serve como excelente fonte de embasamento teórico, pois tratou de assuntos que, quase duas décadas após, são de extrema relevância para compreender o modo de vida dos Mbyá que circularam e ainda circulam pela região Noroeste e demais regiões do estado do Rio Grande do Sul. Explanou sobre os locais usados para se estabelecerem, ou que serviam de passagem rumo a outros espaços tradicionalmente ocupados por esta etnia em outros estados brasileiros. Para analisar o processo de mobilidade espacial dos Mbyá, o mesmo autor usa a seguinte classificação, fatores de ordem interna: cosmologia, aspectos econômicos e ambientais, relações sociais (disputas internas), representações sobre mortes e doenças; fatores de ordem externa: pressões exercidas pelo Estado e a sociedade nacional envolvente (pressão interétnica).

Estudos etnológicos mais recentes dão conta de trazer novos termos para tratar sobre a questão das migrações ou dos deslocamentos dos Guarani. Mello (2006) refere-se a um movimento de atualização nas pesquisas etnográficas (teses, dissertações e artigos), ao citar os trabalhos de Darella (2004) e Mello (2001) os quais enfatizam as relações entre movimentos migratórios, organização social, cosmologia e xamanismo. Anteriormente, em sua dissertação, a partir da fala dos seus interlocutores, apresentou três distintas formas de deslocamentos territoriais entre os Mbyá: “a mobilidade inter-aldeias, a migração tradicional e a migração por expropriação” (MELLO, 2001, p.8).

É possível observar certa similaridade nos motivos que movimentam as famílias Mbyá. Independentemente dos períodos e locais nos quais ocorrem os deslocamentos, faz-se necessário analisar quem está em deslocamento, de onde partem e para onde vão, o que de fato a mobilidade espacial representa, e quais são as questões político-sociais da sociedade nacional envolvente que interferem nesse transitar por entre terras e territórios.

A busca por locais adequados para viver, por espaços onde ocorre a harmonia entre os seres humanos e não humanos, ou seja, a terra ideal para habitar

sempre foi de extrema importância e, hoje, ainda o é, suscitando grandes conflitos, movimentos e mudanças na vida dos povos originários. Sobre a importância da terra para os indígenas, Luciano (2006, p.101) enfatiza,

[...] a terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios. É interessante perceber como na luta pelo direito à terra as lideranças locais e tradicionais, mesmo sendo muitas vezes analfabetas, adquirem prestígio tanto a nível interno da comunidade, quanto na relação com a sociedade nacional e internacional. [...] Deste modo, podemos definir terra como o espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam.

A relação dos povos indígenas com a terra se dá em outra visão, ela se torna fonte de vida, pois sem terra não há como manter seus costumes. Estes espaços, tão necessários para eles, não são pensados e aproveitados dentro de uma ideia de individualidade e sim na possibilidade do uso coletivo, do aproveitamento racional daquilo que é fornecido por ela.

A integração homem/natureza acontece de forma natural, se os Mbyá por muito tempo não aceitavam a ideia dos limites e das fronteiras e preferiam ficar nas beiras de estrada, nas décadas de 1980 e 1990 iniciaram uma mudança desta visão e passaram a reivindicar, junto aos órgãos do Estado, uma solução para as questões fundiárias. Inseridos neste contexto de mudanças externas e estratégias que visam a manter os seus sistemas tradicionais, a mobilidade espacial e as negociações com o poder público passaram a ser mais frequentes (GARLET, 1997).

A etnografia do nascimento da *Tekoa Pyaú* está vinculada aos movimentos estratégicos de obtenção dos espaços territoriais que servem de moradia e também de abrigo e passagem aos “irmãos ou parentes” que estão circulando por entre as *tekoa*, estejam elas no Brasil ou nos países vizinhos: Paraguai e Argentina. Ainda é necessário estar atento ao que Luciano (2006) ponderou sobre o papel e o espaço que as lideranças indígenas alcançam em âmbito nacional e internacional. Situação também percebida em âmbito regional, no caso em que estão inseridos Floriano e Anildo Romeu e demais lideranças Mbyá, Charrua e Kaingang, as quais batalham arduamente no estado do Rio Grande do Sul em busca de seus direitos.

Para melhor compreensão da “história” que diz respeito aos Mbyá e da fundação da *Tekoa Pyaú* (Aldeia Nova), acredito que, neste momento, seja relevante apresentar as pessoas que são os sujeitos protagonistas desta etnografia.

2.2 “Quem somos”: apresentação das famílias e as relações de parentesco

Versar sobre a organização social e as relações de parentesco dos integrantes da família Romeu passa a ser relevante no momento em que se buscam compreender os comportamentos determinantes do modo de vida de uma comunidade. Pereira (1999, p.7) explica o significado de analisar o parentesco:

[...] o parentesco é analisado como uma das instâncias da vida social, que, junto com outras esferas, ajuda a compreender como os comportamentos individuais e coletivos, adquirem significado no plano do vivido. O parentesco, mesmo não sendo uma esfera totalizadora, permite formular normas e regras mais gerais, constituindo um sistema.

Entender as motivações que unem a família Romeu, ao longo de décadas, tomando como exemplo, nesse momento, um fato específico, o tempo em que viveram juntos na *Tekoa Koenju* e nas demais *tekoa* ou acampamentos de beira de estrada, serve como ponto de referência para analisar o que os une, além dos laços de consanguinidade. Ao conviver na comunidade, ouvi as histórias que demonstram essa proximidade de Floriano e de seus familiares (irmãs, filhos[as], sobrinhos[as], netos[as]).

Cabe salientar que as informações descritas a seguir, nos diagramas de parentesco, têm como objetivo apresentar os moradores da comunidade e observar as relações de parentesco existentes. A busca de dados para compor as genealogias ficou, de certa maneira, comprometida na medida em que os interlocutores não demonstraram grande interesse sobre o assunto. Evidenciaram, em todos os momentos, que, para eles, o grande “acontecimento” era a busca pela nova terra, desta forma, não se dispuseram em aprofundar detalhes constantes nos diagramas. Minha recente experiência na área da antropologia, bem como a inexperiência em compor as genealogias também foram fatores que não permitiram ampliar o tema. Além de que, para os Mbyá, neste momento, não era relevante constituir este estudo.

Os dados que identificam os moradores e seus parentes não estão totalmente completos em função de alegarem não lembrar ou não saber sobre e também explicaram que falar sobre as pessoas da família já falecidas é incômodo. Sobre o não falar a respeito dos familiares já falecidos, Garlet (1997) apresenta a questão quando discorre a respeito do termo *Mbogua* (uma parte da alma que vem debaixo da terra, do buraco). Segundo a crença, a alma de origem telúrica se converte em *Mbogua* e desperta o medo pelas pessoas falecidas. Nesses casos, os Mbyá geralmente deixam para trás os espaços territoriais onde estão vivendo logo após a morte de uma pessoa que tenha grande importância para a família, assim também evitando falar sobre ela.

Estes fatos foram confirmados por Floriano e Anildo Romeu, quando reportam ao assunto das mortes das pessoas especiais como os avôs e a esposa/mãe Doria, e solicitam não prosseguir no assunto em virtude de que para eles não há motivos para falar dos mortos, pois desperta sentimentos ruins, de saudade, por exemplo, e isso não precisa estar registrado em papéis. Floriano diz que o importante é falar dos vivos, os que precisam hoje de ajuda e são os que estão presentes em todos os momentos. Pereira (1999) também se refere ao esquecimento promovido pelos Guaraní assim que seus familiares falecem, já que para eles não é possível mais contar com essas pessoas.

Alguns moradores da *tekoa* mostraram disponibilidade em apresentar o nome usado de acordo com os documentos de Registro Geral, outros apresentaram os dois nomes: o habitual e aquele pelo qual são batizados de acordo com suas tradições de nominação no ritual do batismo (*nhemongaraí*). Datas e locais de nascimento apresentam divergências entre o documento oficial e as informações repassadas pelos Mbyá. Segundo Floriano, os funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) anotavam as informações para efetuar os registros e acabavam por vezes fazendo registros errados. Ele citou, como exemplo, o registro de nascimento de Miguelina com divergência da data e local de nascimento, sendo o correto dia 29 de setembro, em São Miguel das Missões. Estas inadequações dos documentos não foram investigadas. Conforme observação das carteiras de identidade, todos os moradores da *Tekoa Pyaú*, pertencentes à família Romeu, nasceram no Brasil. Os nomes registrados em cartório servem como mera formalidade para uso na sociedade nacional envolvente, já que, entre eles, usam-se apenas os nomes tradicionais de batismo.

Serão apresentados individualmente os diagramas de parentesco de cada família que está vivendo em Santo Ângelo. A individualização das informações serve para demonstrar que três grupos familiares vivem juntos e formam uma família extensa. Posteriormente, serão apresentados conceitos para identificar a estrutura social do grupo centrada em Floriano Romeu como líder (*ego*) da família e as relações estabelecidas entre ela.

Conforme referido anteriormente, os diagramas a seguir não contemplam dados completos de todos os moradores da aldeia. Não foi possível identificar e organizar a genealogia de Doria Romeu (esposa de Floriano) e de sua família. Anildo somente comentou que seus avós maternos, Santo Ramos e Romana Cáceres, também são falecidos e estão enterrados na aldeia Capiovi – Argentina.

As genealogias apresentadas a seguir são constituídas pelos símbolos representados neste quadro, os quais permitem identificar nos diagramas de parentesco a formação das famílias e as suas relações de parentesco.

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
Δ	Homem
○	Mulher
=	Conjugalidade
≠	Conjugalidade desfeita
	Descendência ou filiação
└─	Germanidade (filhos do mesmo pai e mesma mãe)
▲ ou ●	<i>Ego</i> (“eu” em latim, pessoa de referência na genealogia)
+	Indivíduo falecido

Figura 8 - Quadro de símbolos.

Fonte: Adaptado de Eremites de Oliveira & Marques Pereira (2012).

O diagrama apresentado a seguir diz respeito à família Romeu, identificando os pais de Floriano, seus irmãos e irmãs, filhos, filhas, netos e netas. As informações para a elaboração desta genealogia foram passadas por Anildo e Floriano. Em certos momentos, quando Anildo não tinha certeza para informar, pedia auxílio ao pai ou a sua prima Denise Benites.

Ainda, segundo Floriano, sua família é pequena, teve três irmãos, dos quais um já é falecido (Virgínio) e ainda moram com ele Norma e Edina. Quando questionado sobre a origem da família Romeu, ele diz que seu pai contava que o

avô dele veio do Paraguai, mas não soube precisar a região, sobre a avó diz não lembrar de onde era, mas parece que se conheceram no Brasil, pouco comenta da mãe e Anildo também comenta brevemente da avó Angélica.

Dos períodos em que andaram por terras paraguaias, brasileiras e argentinas viveram em espaços que tradicionalmente foram de seus antepassados, em acampamentos de beira de estrada. Na região situada mais a norte no estado do Rio Grande do Sul, moraram por um tempo no município de Tenente Portela (local de nascimento de Floriano e de seus irmãos).

Das lembranças mais fortes de Floriano aparece a imagem do pai Iginio Romeu, dados precisos sobre datas e acontecimentos não parecem estar muito claros, mas na memória de Floriano o que de fato é um marco determinante para sua vida está relacionado aos ensinamentos que lhe foram repassados e que hoje permitem a ele viver e lutar junto da sua família para conseguir uma terra. Floriano afirma que tudo que aprendeu foi com seu pai e conta que ele trabalhava nas roças dos brancos para ter comida.

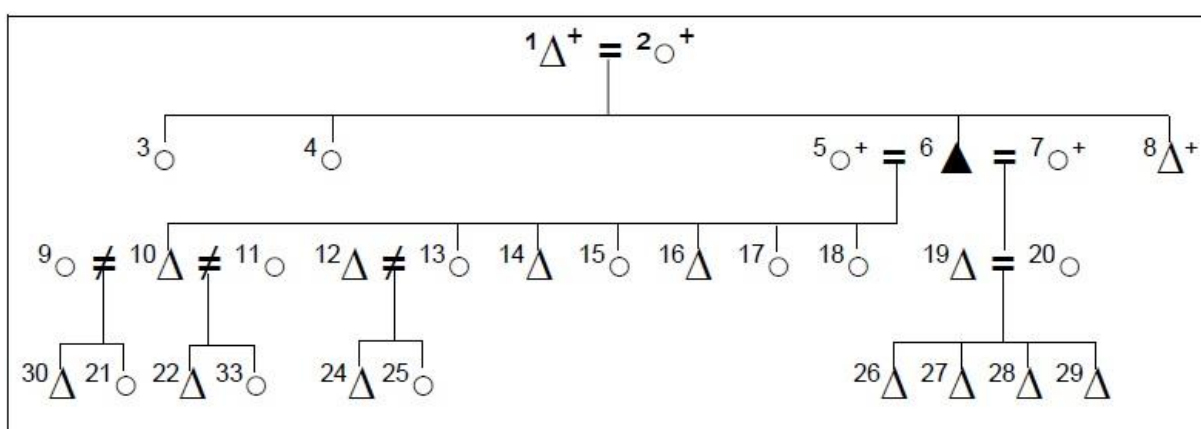


Figura 9 - Diagrama de Floriano Romeu.

Os três diagramas apresentam a composição da genealogia das famílias e logo a seguir os dados que identificam cada componente.

1. Iginio Romeu: pai, não consta data e local de nascimento, falecimento em 1988, está sepultado em Salto do Jacuí/RS.
2. Angélica Castro: mãe, sepultada na aldeia de Capiovi na Argentina.
3. Edina Romeu: irmã, 56 anos, nasceu no município de Tenente Portela/RS, em 18/08/1960, mora na *Tekoa Pyaú*, separada do pai de seus filhos.

4. Norma Romeu: irmã, 64 anos, nasceu no município de Tenente Portela/RS, em 01/09/1952, mora na *Tekoa Pyaú*, separada do pai de seus filhos.
5. Doria Romeu: mãe dos sete filhos de Floriano que estão na *Tekoa Pyaú*, falecida e está sepultada na localidade de Bon Pland – Argentina.
6. Floriano Romeu: liderança espiritual da comunidade, 51 anos, nasceu no município de Tenente Portela/RS, viúvo, em 18/12/1965, mora na *Tekoa Pyaú*.
7. Irmã de Doria: mãe de Marcelo (filho de Floriano Romeu), sepultada na Argentina, sem outras informações.
8. Virginio Romeu: irmão – falecido, sem outras informações.
9. Sandra: mãe de dois filhos de Anildo (separados), mora na Argentina.
10. Anildo Romeu: filho de Floriano e Doria, 26 anos, cacique do *Tekoa Pyaú*, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 19/12/1990.
11. Carolina Caceres: mãe de dois filhos de Anildo (separados), retornou para a Argentina.
12. José: pai dos dois filhos de Erica, mora na Argentina.
13. Erica: filha de Floriano e Doria, separada, 23 anos, nasceu no município de Salto do Jacuí/RS – em 13/01/1993, mora na *Tekoa Pyaú*.
14. Guilherme Romeu: filho de Floriano e Doria, solteiro, 17 anos, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 02/12/1999, mora na *Tekoa Pyaú*.
15. Miguelina Romeu: filha de Floriano e Doria, solteira, 19 anos, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 29/09/1997, mora na *Tekoa Pyaú*.
16. Ernesto Romeu: filho de Floriano e Doria, solteiro, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 15/04/2002, mora na *Tekoa Pyaú*.
17. Clarina Romeu: filha de Floriano e Doria, 12 anos, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 21/08/2004, mora na *Tekoa Pyaú*.
18. Ana Priscila Romeu: filha de Floriano e Doria, 10 anos, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 14/12/2006, mora na *Tekoa Pyaú*.
19. Marcelo Romeu: filho de Floriano com a irmã de Doria, 32 anos, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
20. Elisa Caceres: esposa de Marcelo, nora de Floriano, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
21. Franciele: filha de Anildo e Sandra, 7 anos, neta de Floriano, mora Argentina com a mãe.

22. Darlan Romeu: Filho de Anildo e Carolina, 2 anos nasceu na *Tekoa Pyaú* em 29/11/2013, neto de Floriano, mora na Argentina com a mãe.
23. Kelly Nadia Romeu: filha de Anildo e Carolina, 3 anos, neta de Floriano, mora com o pai, nasceu no município de Barra do Ribeiro, em 12/08/2012.
24. Francisco Roque Romeu: filho de Erica e Jose, 6 anos, neto de Floriano nasceu no município de São Miguel das Missões/RS, em 25/01/2010, mora na *Tekoa Pyaú*.
25. Tatiane Romeu: Filha de Erica e Jose, 4 anos, neta de Floriano, nasceu no município de São Miguel das Missões/RS, em 30/04/2012, mora na *Tekoa Pyaú*.
26. Charles: filho de Marcelo e Elisa, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
27. Marcos: filho de Marcelo e Elisa, neto de Floriano, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
28. Eric: filho de Marcelo e Elisa, neto de Floriano, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
29. Marcio: filho de Marcelo e Elisa, neto de Floriano, mora no município de Barra do Ribeiro/RS.
30. Camilo: filho de Anildo e Sandra, neto de Floriano, mora Argentina com a mãe.

As pessoas que aparecem elencadas na composição do diagrama de Floriano Romeu representam pais, irmãos, esposas, filhos, noras, genros, netas e netos. Após identificar os falecidos, os que moram fora da *Tekoa Pyaú*, os demais integrantes do diagrama moram junto com Floriano. Em algumas épocas, suas irmãs acompanharam os seus deslocamentos, noutras moraram separados. Para a cidade de Santo Ângelo, Floriano veio acompanhado por suas duas irmãs e sobrinhos, a única sobrinha que veio de São Miguel das Missões foi Denise (com seus filhos).

O próximo diagrama exposto na Figura 10 é de Norma Romeu, irmã mais velha de Floriano, que se juntou ao irmão logo que ele retornou de San Ignacio, quando ainda estavam acampados no município de Barra do Ribeiro.

Da família de Norma têm-se pouquíssimas informações, ela fala e entende muito pouco da língua portuguesa. Bastante quieta, de pouca fala, dedica os seus dias cuidando de seus netos e bisnetos, passa quase todo o dia na volta do fogo de chão preparando os alimentos, tomando o chimarrão ou fumando o seu *petyngua*

(cachimbo). As informações sobre sua família foram repassadas por Anildo (sobrinho) e Denise, a única filha mulher. Denise pouco sabe sobre o pai, pois após a separação da mãe, ele ficou morando em aldeias na Argentina (Capióvi é um dos locais citados), teve outra família e filhos. Norma não se casou mais e nem teve outros filhos, assim como Floriano morou com os pais um tempo no Paraguai, na Argentina e no Brasil.

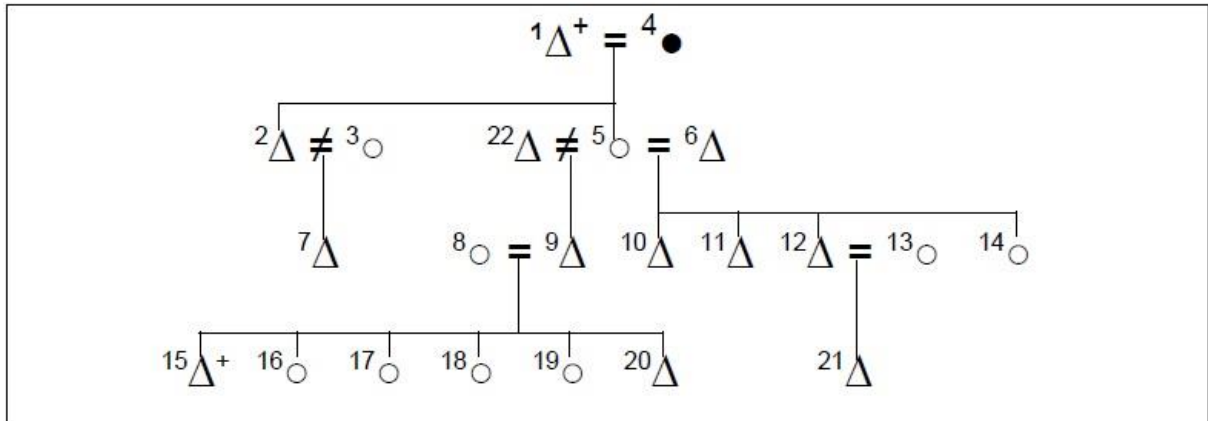


Figura 10: Diagrama de Norma Romeu.

1. Paulo Reis: pai dos filhos de Norma, nasceu e está sepultado na Argentina, sem mais informações.
2. Silvio Reis: filho de Norma e Paulo, 43 anos, nasceu no município de Salto Jacuí/RS, em 08/12/1972, mora na *Tekoa Pyaú*, teve um filho que está com a mãe na Argentina.
3. Mãe do filho de Silvio, mora na Argentina.
4. Norma Romeu: mãe de Denise e Sílvio, seus dados estão no diagrama de Floriano (seu irmão).
5. Denise Reis: filha de Norma e Paulo, 40 anos, sobrinha de Floriano, nasceu no município de Salto do Jacuí/RS, em 23/12/1975, mora na *Tekoa Pyaú*.
6. Nicanor Benites: esposo de Denise, mora em São Miguel das Missões e vem a Santo Ângelo visitar a família.
7. Filho de Silvio: mora na Argentina, sem mais informações.
8. Janaina Nunes Franco: nora de Denise, 22 anos, esposa de Mariano nasceu no município de São Miguel das Missões, em 22/06/1994, mora na *Tekoa Pyaú*, seu nome Guarani (*Jaxuca Miri*).

9. Mariano Reis Benites: filho de Denise e Silvio Flores, 23 anos, neto de Norma, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 30/11/1993, mora na *Tekoa Pyaú*, seu nome Guarani (*Kará Tataendy*).
10. Flavio Reis Benites: filho de Denise e Nicanor, 20 anos, neto de Norma, nasceu no município de Salto Jacuí, em 03/12/1996, mora na *Tekoa Pyaú*.
11. Cesar Alisson Reis Benites: filho de Denise e Nicanor, 22 anos, neto de Norma, nasceu no município de Salto Jacuí, em 20/11/1994, mora na *Tekoa Pyaú*, atua como agente de saúde contratado pela SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena).
12. Geovani Erick Reis Benites: filho de Denise e Nicanor, 15 anos, neto de Norma, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 11/01/2001, mora na *Tekoa Pyaú*.
13. Simone Fernandes: mãe do filho Cesar Alisson, mora em Passo Grande.
14. Sabrina Lisiane Reis Benites: filha de Denise e Nicanor, 13 anos, neta de Norma, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 17/04/2003, mora na *Tekoa Pyaú*.
15. Igor Mateus Franco Benites: filho de Mariano e Janaina, nasceu em 07/05/2014 e faleceu na *Tekoa Pyaú*, neto de Denise, bisneto de Norma, está sepultado em no cemitério municipal Roque Gonzales, município de Santo Ângelo.
16. Franciele Cheila Franco Benites: filha de Mariano e Janaina, 9 anos neta de Denise, bisneta de Norma, nasceu em São Miguel das Missões, em 01/03/2007. seu nome Guarani (*Paraí Ixapy*), mora na *Tekoa Pyaú*.
17. Mariele Kelli Franco Benites: filha de Mariano e Janaina, 11 anos, neta de Denise e bisneta de Norma, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 27/11/2009. Seu nome Guarani (*Paraí Miri*), mora na *Tekoa Pyaú*.
18. Gisele Janine Franco Benites: filha de Mariano e Janaina, 4 anos, neta de Denise e bisneta de Norma, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 05/10/2012, mora na *Tekoa Pyaú*. Seu nome Guarani (*Jaxuca Miri*).
19. Tamires Jeni Franco Benites: filha de Mariano e Janaina, neta de Denise, bisneta de Norma, nasceu no município de São Miguel das Missões, em 19/07/2013, mora na *Tekoa Pyaú*. Seu nome Guarani (*Para Miri*).
20. John Igor Franco Benites: filho de Mariano e Janaina, 8 meses, nascido no hospital Santo Ângelo, em 09/06/2015, neto de Denise e bisneto de Norma. Ainda não recebeu o nome Guarani.

21. Cleiton Benites: filho de Cesar Alisson e Simone, neto de Denise, bisneto de Norma, mora em Passo Grande, sem mais informações.

22. Silvio Flores: pai de Mariano, mora na Argentina, sem mais informações.

Norma Romeu teve só dois filhos, mas a família agora está bem maior e pode aumentar, já que ainda têm netos e netas sem filhos. Gosta muito de trabalhar o artesanato produzindo arcos e flechas, zarabatanas ou pequenas flautas de taquara. Percebi, muitas vezes, o cuidado dela com as mudas de mandioca e de batata doce, ou seja, os produtos plantados em suas *Kokue* (roças).

Denise tem mais facilidade de comunicação, fala e compreende bem a língua portuguesa, por isso, meu contato com ela é bem mais próximo do que com as demais mulheres. Silvio fala muito pouco, sempre mais calado observando. Os mais jovens e as crianças da aldeia são, na maioria, pertencentes à família de Norma. Quantos aos lugares em que a família morou, destacam-se os locais de Salto do Jacuí, São Miguel das Missões, no Brasil, e em alguns lugares da Argentina. As crianças e os mais jovens frequentam a escola, e alguns também fazem parte do *Coral Tape Porã*.

O último diagrama apresentado na Figura 11 é de Edina Romeu, irmã mais nova de Floriano que também mudou com parte da sua família. Também fala e entende pouco a língua portuguesa, ajuda a cuidar das filhas menores e dos netos de Floriano. Com ela, consigo trocar poucas palavras, mas, algumas vezes, estivemos muito próximas. Em uma tarde quente, quando estávamos sentados na sombra das árvores para tomar chimarrão, fui surpreendida pelo gesto carinhoso de um abraço e tive meus cabelos acarinhados por Edina. Acredito que foi um momento importante e gratificante em que estabeleci uma relação de afetuosidade e percebi outra vez que de fato minha presença era aceita na comunidade. Como de costume, na aldeia ela também passa as horas do dia conversando, cuidando de seus netos e dos dois filhos que residem na *Tekoa Pyaú*, trabalha quase sempre com a produção de colares e chocalhos.

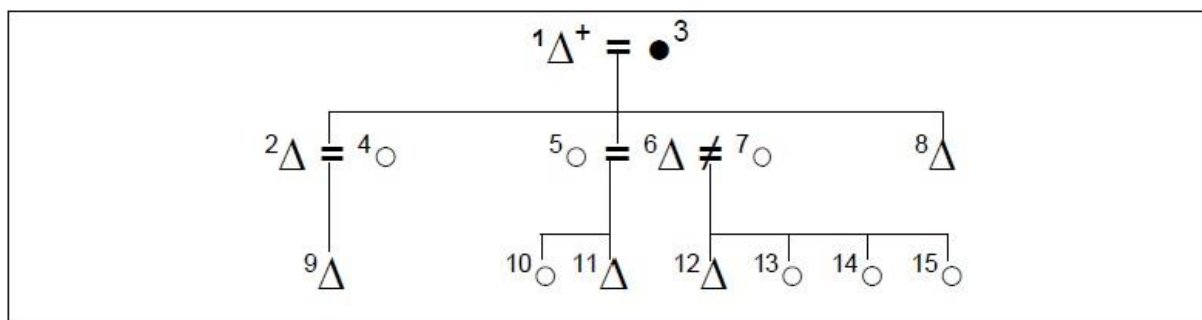


Figura 11 - Diagrama de Edina Romeu.

1. Bartolo Duarte: pai dos filhos de Edina, já falecido, sem mais informações.
2. Gabriel Duarte: filho Edina e Bartolo, 29 anos, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 25/03/1987, mora na aldeia Cantagalo/RS, estudante do Ensino Médio, no período de férias sempre vem visitar a mãe e os irmãos.
3. Edina Romeu: mãe de Claudio, Gabriel e Miguel, seus dados estão no diagrama de Floriano (seu irmão).
4. Germina Acosta: esposa de Gabriel, mora na aldeia Cantagalo/RS.
5. Santa Gonçalves: mãe dos filhos de Miguel que moram na Argentina, mora na Argentina, sem mais informações.
6. Miguel Duarte: filho de Edina e Bartolo, 38 anos, nasceu no município do Salto do Jacuí, em 29/09/1978, morou muito tempo na Argentina (Aldeia Capiovi) e agora mora na Tekoa Pyaú.
7. Angela Alves: mãe dos filhos de Miguel que estão vivendo na Tekoa Pyaú. Ela morava em Camaquã, esteve por um tempo em Santo Ângelo, retornou à Camaquã e atualmente vive na aldeia no Salto do Jacuí.
8. Claudio Duarte: filho de Edina e Bartolo, 24 anos, nasceu no município de Salto Jacuí, em 18/02/1992, mora na Tekoa Pyaú, no Coral Tape Porã é o violinista, responsável pelos cuidados com os instrumentos musicais.
9. Thiago Duarte: filho de Gabriel e Germina, neto de Edina, mora na aldeia Canta Galo/RS.
10. Rose Francieli: filha de Miguel e Santa, 7 anos, neta de Edina, nasceu e mora na Argentina, em 28/11/2009.
11. Dario Duarte: filho de Miguel e Santa, 3 anos, neto de Edina, nasceu e mora na Argentina, em 30/10/2013.
12. Tiago Rodrigo Alves Duarte: filho de Miguel e Angela, 16 anos, neto de Edina, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 09/02/2000, mora na Tekoa Pyaú.

13. Miriam Helena Alves Duarte: filha de Miguel e Angela, 18 anos, neta de Edina, nasceu no município de Salto do Jacuí, em Salto do Jacuí, 11/12/1998, mora na *Tekoa Pyaú*.

14. Sandra Raquel Alves Duarte: filha de Miguel e Angela, 13 anos, neta de Edina, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 15/04/2003, mora em Salto do Jacuí com a mãe.

15. Michele Alves Duarte: filha de Miguel e Angela, 11 anos, neta de Edina, nasceu no município de Salto do Jacuí, em 24/07/2005, mora em Salto do Jacuí com a mãe.

A família de Edina, assim como a de Floriano e de Norma, é muito unida, todos estão bastante próximos e percebe-se uma preocupação e um cuidado mútuo entre todos os moradores da *Tekoa Pyaú*. Miguel Duarte diz ter tomado a decisão de retornar para o Brasil porque é a sua terra, nasceu aqui e acredita que estar perto da mãe e dos irmãos é o melhor que tem a fazer. Calmo, tranquilo e com boa capacidade de organização e comando na aldeia, é considerado por Anildo Romeu como seu segundo pai (por laços consanguíneos são primos irmãos), portanto, ele tem um papel importante junto aos seus familiares. Edina é calada, mas o sorriso esboçado no seu rosto é constante, caminha rapidamente e tem um cuidado especial com os animais. Busca ervas na mata para fazer chás; quando Floriano não está presente cabe a ela e a sua irmã Norma o aconselhamento aos mais novos e os cuidados da saúde com os remédios naturais.

Os diagramas expostos permitiram uma visão mais clara sobre quem está vivendo na *Tekoa Pyaú* e como estão constituídas as famílias. Os três diagramas de parentesco demonstram que a família Romeu é constituída por mais de um núcleo familiar. Viveram por determinado tempo juntos ou às vezes afastados nas mesmas *tekoa*.

Conforme estudos apontados por Schaden (1974), as famílias assentam-se prioritariamente em base religiosa e/ou econômica e compreendem o casal, os filhos(as), os genros, as noras e as gerações seguintes.

Sobre a constituição das famílias Kaiowá, Pereira (1999) afirma:

[...] o fogo familiar reúne idealmente um homem, seus filhos e filhas solteiras (consanguíneos) e sua esposa. Empiricamente, este modelo complexifica-se através da existência de significativas variações. É comum encontrar um parente consanguíneo do esposo ou da esposa agregado ao fogo familiar, ou ainda *guachos*, que pode ou não ser parente (PEREIRA, 1999, p.82).

Cotejando as informações de Pereira (1999) sobre os Kaiowá e Mello (2006) sobre os Mbyá, no que diz respeito à formação das famílias, é possível afirmar que ambas se constituem incluindo casais mais velhos, seus filhos(as) casados(as) e cônjuges e os(as) filhos(as) solteiros unidos entre si por relações de parentesco consanguíneo, de afinidade ou agregados. Portanto, é possível perceber que as famílias da *Tekoa Pyaú* caracterizam-se como uma família extensa.

Ampliando o assunto em relação à formação das famílias, Mello (2006) expõe o conceito de família extensa:

[...] uma família extensa Guaraní é composta pela associação de várias famílias nucleares, unidas entre si por relações de parentesco e afinidade tendo como referência um ou mais casais de ancestrais ou progenitores comuns, chamados de *tchedjuarýi* e *tcheramoi* (MELLO, 2006, p.69).

Essa condição de família extensa é passível de fragmentação em muitas situações, principalmente por ocasião de deslocamentos em que acabam dispersas, mas voltam a recompor-se assim que encontram lugares propícios ao reencontro, retornando assim à situação inicial de associação (GARLET, 1997). Essa é a realidade vivenciada na *Tekoa Pyaú*: embora os afastamentos tenham ocorrido, o contato e a comunicação entre os pais, filhos, irmãos, netos, genros e noras, tios e sobrinhos sempre continuaram embasados na tradição dos movimentos entre aldeias e nas visitas aos parentes.

As famílias estão organizadas em torno de três núcleos familiares distintos. Elas moram em pequenas barracas de lona, em separado. Norma, Edina e Floriano são viúvos e, na volta de suas moradias, vivem seus filhos. Mariano está vivendo com Janaina e seus filhos; Denise está casada com Nicanor, que passa alguns dias na comunidade, geralmente nos finais de semana; os demais moradores da *tekoa* são adultos separados, jovens e crianças.

Em geral, os casais que habitam na comunidade moram com a família da mãe – a regra para os homens é passar a morar na casa dos sogros após a união (uxorilocalidade). Neste caso, ocorrem exceções de os filhos homens, após os matrimônios, ficarem morando na aldeia dos pais, pois existe a possibilidade de os filhos morarem com o pai depois do casamento, “a regra de uxorilocalidade é abolida

quando o pai do rapaz possui maior prestígio que os sogros” (GARLET, 1997, p.124).

As relações matrimoniais estabelecidas na *Tekoa Pyaú* ocorrem em situações de endogamia. Raramente, acontecem casamentos interétnicos (nesta aldeia não existem), caso isso ocorra, via de regra, o casal sai da aldeia. Para permanecer, o cônjuge não guarani deverá aceitar ser “guaranizado”, assumindo todos os hábitos e as condutas do grupo (MELLO, 2006).

De acordo com Floriano, o sistema de casamentos mudou muito ao longo dos anos, não é mais como acontecia em tempos passados. Ele assim refere sobre as questões matrimoniais:

[...] antigamente o futuro pretendente cuidava e ajudava a menina desde mais ou menos 8 anos de idade, daí quando ela estava preparada para assumir um compromisso (a partir da primeira menstruação, não falado por Floriano, mas subentendido) aí já podia ter casamento, muito jovem já podiam ter filhos porque com uns 14 anos a pessoa já é responsável sabe o que faz. As famílias se encontravam e os jovens se conheciam, hoje em dia não é bem assim, as vezes também se conhece pela internet e daí pode não dar certo, por isso importante manter o sistema tradicional (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Atualmente, os jovens podem sair ou receber em sua aldeia os futuros pretendentes, a interferência das mídias sociais (*facebook, instagram, whatsapp*), modificam as formas “tradicionais” de namoro, representando uma alteração de costumes e também os expondo a certos perigos e armadilhas. Esta é uma das grandes preocupações dos pais na *tekoa*, com os jovens que precisam namorar e formar suas famílias. Ainda, de acordo com Floriano, não podem casar-se entre irmãos, primos, tios e sobrinhos consanguíneos.

Essa temática é tratada por Schaden (1974), ao relatar a fala do Guarani Marçal de Souza sobre as restrições nas uniões matrimoniais com parentes de sangue,

[...] referindo-se a Ñandeva e a Kayová, Marçal de Souza afirma considerar impossíveis tais uniões, de vez que os sobrinhos de um e outro sexo, tanto os filhos da irmã como os do irmão, seriam “o mesmo que filhos”. Quanto ao casamento do sobrinho com a tia, materna ou paterna, não é permitido, segundo voz unânime dos informantes; também os Mbüa estudados por Cadogan o consideram incestuoso (SCHADEN, 1974, p.67-68).

Embora alguns possam ter mesmo sobrenome, para unir-se matrimonialmente, o casal precisa ser de famílias diferentes. Floriano comentou sobre possíveis relacionamentos de Mbyá com brancos: “isso até existe, mas procuramos manter a cultura tradicional”. Deixa transparecer que, embora estas relações possam acontecer, não são “bem” aceitas. Assim, a circularidade entre aldeias pelos mais jovens é normal; na *Tekoa Pyaú* existe essa mobilidade de pessoas visitantes, elas ali permanecem por um tempo, e logo depois retornam aos seus locais de origem. Essas visitas, sob um primeiro olhar, não parecem estar relacionadas exatamente à política de casamentos, mas, com certeza, o hábito de ir e vir dos jovens entre diferentes aldeias é frequente.

A realidade vivida pelos Mbyá de Santo Ângelo, nesse momento, quanto à organização social que estabelece as uniões matrimoniais e aos locais de moradia dos novos casais, está de acordo com as condições que variam de *tekoa* para *tekoa*. Em função da circulação e da mobilidade espacial das famílias, e também dos casos de união e separação constantes, bem como as condições relativas ao sustento econômico e ao espaço territorial, os jovens da *Tekoa Pyaú* acabam ficando próximos dos seus pais. Situação semelhante é descrita por Mereles (2014, p.105), ao expor a situação dos Avá-Guarani ou Ñandeva do Paraguai:

[...] el patrón tradicional Avá-Guaraní de residencia post-marital es matrilocal, el mismo está trastocado según los contactos sociales de compenetración con la sociedad no indígena envolvente y las necesidades económicas de cada familia; en la generalidad de los casos, el patrón referido es el más usual según estén dadas las condiciones ecológicas y sociales favorables.

As mudanças nos padrões de estabelecimento de uniões e na organização social das comunidades indígenas formam novas realidades nas *tekoa*. Garlet (1997, p.49) trata desse assunto, salientando que as famílias Mbyá,

[...] passam de um modelo de organização social estruturado a partir de alianças entre várias unidades locais, a um centrado na relação de parentesco em que, pelas limitações espaciais, o círculo muitas vezes se restringe à família extensa.

Ainda em relação às uniões matrimoniais, é possível perceber uma situação de poliginia sororal, relacionada ao *Ego* (Floriano) em tempo pretérito, assunto que não foi comentado. Anildo apenas relatou que seu irmão Marcelo é filho de sua tia,

irmã de Dória. Sobre o assunto relativo aos caciques se relacionarem com mais de uma mulher, este é tratado com muita restrição. Algumas vezes, eu estive na presença de Anildo e Floriano conversando com outras pessoas que questionaram sobre este tipo de relacionamento. Os dois afirmaram que esta situação não faz parte dos costumes tradicionais deles, mas deixaram claro que esta é uma situação particular e que não sabem dizer sobre outros Mbyá. Enquanto estive na aldeia, em conversas somente com as pessoas da comunidade, não deram espaço para falar sobre este assunto.

Mello (2006) aborda a questão das restrições dos Mbyá em falar certos assuntos da sua vida privada. Nesse sentido, o fato relatado por Anildo não teve nenhuma sequência de conversa e não foram obtidas outras informações. Não me foram passados detalhes sobre o caso, possivelmente por não ter muito tempo de convivência na comunidade, apesar de conhecê-los há algum tempo, sei que muitas coisas não foram e não serão faladas por serem consideradas de natureza íntima.

Pereira (1999) comenta sobre a poliginia sororal entre os Kaiowá, percebida por ele como um ato natural em que as mulheres conviviam de forma tranquila. Na *Tekoa Pyaú*, não foi possível observar nenhuma ocorrência de poliginia sororal. Neste momento, na aldeia, vivem Floriano, Norma e Edina sozinhos sem companheiros, dois casais, demais adultos estão separados, os mais jovens que estão aptos a buscarem namorados e as crianças.

Outro tema, a ser comentado sobre a *Tekoa Pyaú*, diz respeito a casos de agregação de outras famílias sem vínculo direto de consanguinidade com o líder espiritual da comunidade, porém são aceitos para lá viverem. Como exemplo, cita-se o caso de Márcio Marquesi Acosta Alves e sua família que afirmou ser parente de Doria (não foi possível identificar o laço de consanguinidade). Eles chegaram na aldeia em março de 2015, se instalaram e compartilham o espaço do “fogo familiar” junto à família de Floriano Romeu.

Pereira (1999, p.83-84) esclarece que “qualquer pessoa tem que estar ligada a um fogo para que sua existência social se torne viável [...] o mesmo acontece com o visitante, mesmo não Kaiowá, que deve estar ligado a uma dessas unidades”. Esta situação também é observada entre os Mbyá.

De acordo com o relato, essas pessoas pretendem viver algum tempo em Santo Ângelo, por considerar que, no novo espaço, encontra-se a vida de forma mais tradicional. Segundo Marcelo, em Salto do Jacuí as condições de vida estão

ruins, em função do excessivo número de pessoas habitando no local e da interferência dos brancos. Benites (2009) também refere sobre conflitos entre moradores e lideranças políticas/religiosas em aldeias indígenas no estado de Mato Grosso do Sul por superlotação e contatos com a sociedade nacional envolvente, ocasionando, segundo ele, conflitos intra e intercomunitários.

Ainda foram observadas situações de visitantes de passagem rápida na *tekoa*, três ou quatro homens passaram pela aldeia, configurando o sistema de visitas entre “parentes”. Cada um deles é responsável pelo seu próprio sustento, comem junto das famílias com as quais têm vínculo estabelecido. Os dois rapazes parentes de Janaína trabalham diariamente na propriedade do vizinho, que mora em frente à *tekoa*, realizando serviços na lavoura (capina, planta, limpeza etc.), já os outros dois visitantes saíram da comunidade dois dias após a minha chegada.

O uso dos diagramas de parentesco e algumas considerações aqui expostas servem para dimensionar, ainda que parcialmente, como está a situação atual da comunidade em relação à organização social do grupo. Em razão de não existir área de plantio e espaços suficientes para abrigar mais famílias, o que se vê é uma situação de pressão, pois as famílias estão vivendo em um pequeno terreno.

A família extensa da *Tekoa Pyaú* busca manter as tradições em tarefas domésticas, nas atividades ligadas ao artesanato, nos rituais religiosos e na plantação de suas roças. As relações sociais mais fortes entre os indígenas são as de parentesco e de alianças políticas e econômicas, sendo que estas diferem de acordo com cada etnia e região onde vivem. Os parentes consanguíneos e aliados formam complexas organizações sociais, nas quais constituem grupos de produção de bens e serviços e a posterior distribuição, estabelecem assim as relações de solidariedade, reciprocidade e generosidade (LUCIANO, 2006). Apesar desta *tekoa* ter sido fundada por uma família extensa, com certeza estas relações são estabelecidas interna e externamente.

O repasse destes costumes, que estabelecem e fortalecem a organização social da comunidade, é feito quase que diariamente. Nas conversas em volta do fogo, os mais velhos vão ensinando e contando as histórias que dão sentido à vida Mbyá e ao seu modo de ser. Apesar das adversidades, eles mantêm-se firmes naquilo que é o mais importante.

Benites (2009, p.24) afirma que,

[...] de fato, os Guaraní são um povo resistente, pelo fato de ter vivido até hoje mantendo seu modo de ser e viver e falando a sua língua materna, apesar de ser vítima direta da interferência colonial.

A manutenção do modo de ser e viver comentada por Benites (2009) está efetivada nos deslocamentos e a busca de um novo espaço almejado por Floriano (*ego*), líder dessa família extensa. Coube a ele e a seu filho Anildo a tarefa de mobilizar a caminhada e, assim, dar início a mais um processo de territorialização, constituindo uma nova *tekoa* na Região das Missões.

O conceito de territorialização aqui explicitado é o do antropólogo Pacheco de Oliveira (1998) que trata das relações entre o Estado-Nação e as comunidades indígenas no que diz respeito à imposição de base territorial fixa. Este não é exatamente o caso da comunidade Mbyá, instalada em Santo Ângelo porque não houve situação de conflito ou mera imposição do Estado para resolver a questão da terra. Entretanto, faz sentido usá-lo em razão de que os moradores da *Tekoa Pyaú* foram inseridos no contexto burocrático deste.

Cavalcante (2013), no capítulo um de sua tese, apresenta importantes contribuições de ordem teórica sobre as questões ligadas aos entendimentos e conceitos que explicitam sobre território, territorialidade, desterritorialização, territorialização e multiterritorialidade. Estes conceitos, embora nem sempre estejam explícitos nesta etnografia, implicitamente são os que permeiam a situação de fundação de novas *tekoa* e, por consequência, também são apropriados para analisar e registrar o nascimento da *Tekoa Pyaú*.

Com a criação da Associação Indígena Guaraní Tekoa Pyau, os Mbyá passaram a ter responsabilidades legais delegadas pelas leis que regem a organização do país, ao mesmo tempo em que estão colocados diante de uma situação de fixação de base territorial. Agora não serão discutidos os prós e os contras desta realidade, mas se faz necessário levar em consideração as múltiplas situações de imposição, conflitos e dificuldades vividos pelos povos indígenas no contexto geral do Brasil, tema de grande relevância social e histórica no momento delicado em que vive a sociedade brasileira, em termos de garantia dos direitos conquistados.

Ampliando os acontecimentos desta etnografia, a seguir serão descritos fatos e acontecimentos que demonstram parte da trajetória da família Romeu, dados que reportam aos caminhos percorridos, anteriormente à chegada dos Mbyá no município de Santo Ângelo, e os quais podem ser entendidos como movimentos de desterritorialização efetuados através da mobilidade espacial (GARLET, 1997).

2.3 “Das nossas memórias”: o ontem e o hoje

O cenário, no qual acontece mais uma etapa da história de uma comunidade Mbyá, apresenta-se da seguinte forma: as casas são erguidas com lona preta, taquaras e pedaços de madeira de eucaliptos; o terreno é formado por terra vermelha batida; os moradores estão rodeados por galinhas, cachorros, gatos, um quati e, às vezes, um papagaio, que sobrevoa as árvores até chegar ao pé de bergamota (*Citrus nobilis*); nos fundos da aldeia, está localizado o riacho São João; na entrada da *Tekoa Pyaú*, avistam-se duas casas de alvenaria e alguns pés de mandioca (*Manihot esculenta*) e de batata-doce (*Ipomoea batatas*).

Acompanhados de meninas, meninos e mulheres, sentados em bancos de madeira e, geralmente, trocando as cuias de chimarrão (*ka'ygua*), servidas e repassadas de mão em mão entre os adultos, aos poucos, conversamos sobre os deslocamentos e os locais pelos quais Floriano Romeu passou com sua família. Os trajetos percorridos pela família Romeu até a entrada na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul são referenciados como locais que fazem parte das rotas históricas utilizadas pelos Mbyá (GARLET, 1997).

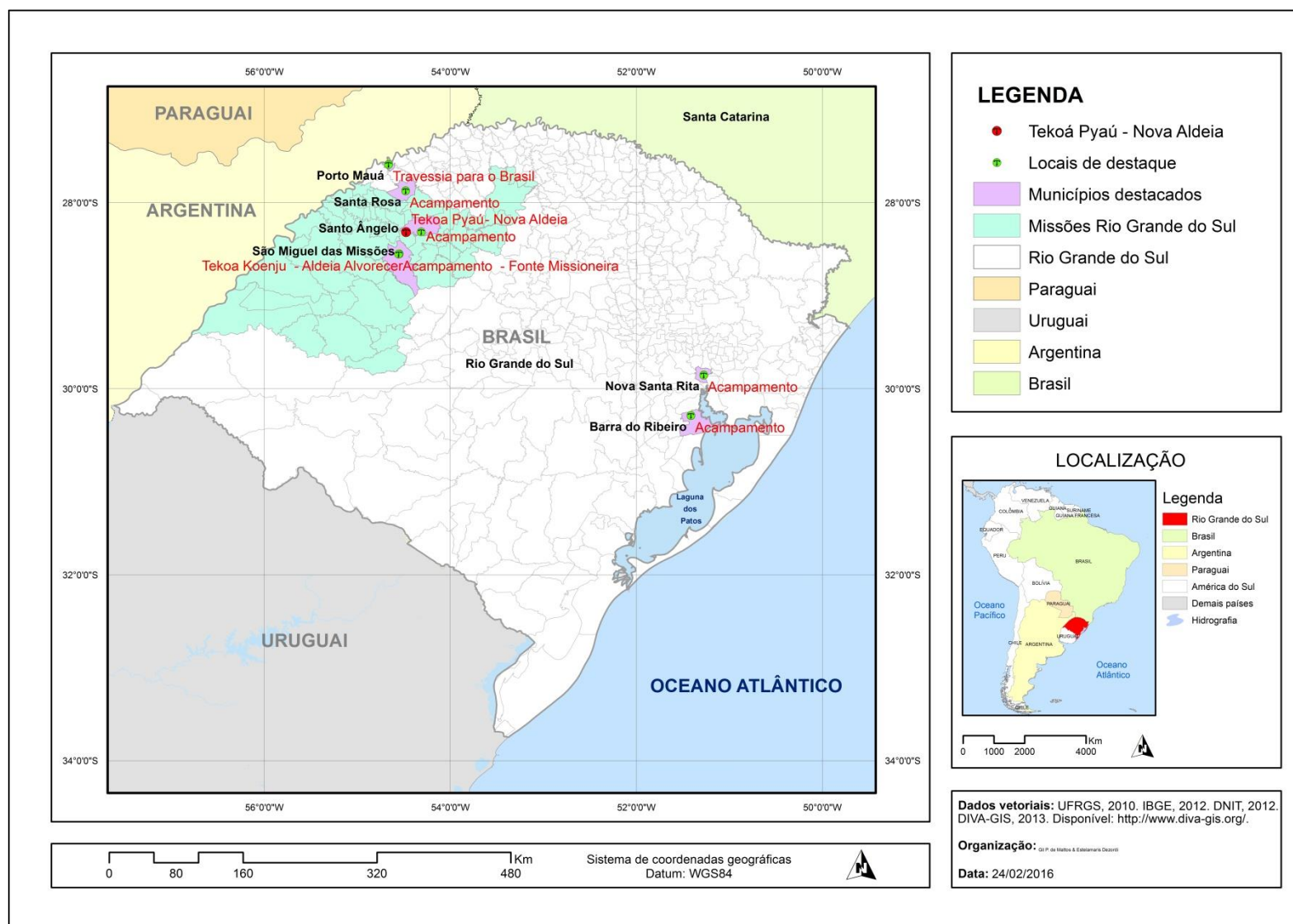
Olhando para o céu e percebendo o movimento das nuvens – ou outros sinais imperceptíveis para quem não é iniciado nos mistérios da cosmologia Guarani –, Floriano se propõe a falar sobre a trajetória de sua família. Em princípio, relata que ele e seus irmãos Norma, Edina e Virginio Romeu, nasceram no município de Tenente Portela. Na década de setenta, por volta de 1979, partiram com seus pais Iginio e Angélica para o Paraguai. Lá viveram no Departamento de Itapúa, Distrito Pirapó – Comunidade Manduviju.

A família permaneceu durante, aproximadamente oito anos, no Paraguai; depois seguiram para a Argentina – Província de Misiones, Departamento San Ignacio – onde morou por onze anos entre Jardín América e Puerto Leoni, no Departamento Libertador General San Martín. Floriano e os irmãos seguiram

morando com os pais mesmo após constituírem suas famílias. Pouco comenta sobre o irmão Virginio, já falecido, a única informação é de que ele tinha família e filhos. Com o falecimento de Angelica, mãe de Floriano que ficou sepultada na localidade Dos de Mayo – Departamento de Cainguás, Argentina –, a família decide iniciar a caminhada rumo ao Brasil.

No final da década de 1990, eles retornaram ao Rio Grande do Sul, ultrapassando a divisa da Argentina com o Brasil por Porto Mauá; depois, seguiram viagem até Santa Rosa e acamparam por cerca de seis meses no trevo da ERS 344 (rodovia estadual), conhecido como Trevo do Porco. Nessa caminhada, estavam a família de Floriano e a de suas duas irmãs Edina e Norma, além do pai Iginio, somando um número aproximado de quatorze pessoas. Depois do período em que estiveram acampados na beira da rodovia que liga Santa Rosa a Santo Ângelo, eles seguiram para São Miguel das Missões e juntaram-se a outras famílias que já estavam vivendo no Parque da Fonte Missioneira⁵. No mapa 3, são indicados os locais de moradia da família de Floriano Romeu, quando retornou, pela primeira vez, à Região das Missões, na década de 1990; também são identificados os locais em que a família viveu antes de chegar a Santo Ângelo, no ano de 2013.

⁵ Ver Moraes (2014, p.95), sobre o processo de escavação e identificação da Fonte Missioneira.



Mapa 3 - Locais de moradia da família Romeu.

Antes de prosseguir narrando sobre a *Tekoa Pyaú* é necessário retroceder aos fatos ocorridos no município de São Miguel das Missões, pois a família Romeu, antes de retornar da Argentina e estabelecer-se em Santo Ângelo, esteve envolvida em um processo histórico de conquista de terras pelos Mbyá na região Noroeste. Sobre o retorno das famílias Mbyá para a Região das Missões, Souza (1998) comenta sobre a situação em que estavam vivendo no acampamento do Parque da Fonte Missioneira.

O Parque da Fonte Missioneira, segundo Souza e Assis (2001), era o terceiro local em que os Mbyá estavam acampando. Esse espaço foi destinado a eles pelo prefeito Waldir Frizzo, no ano de 1994. No que diz respeito à mobilização da comunidade miguolina e dos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relatam os autores do Laudo Antropológico:

[...] em contrapartida, algumas poucas pessoas, sensibilizadas, passaram a exigir um maior envolvimento da prefeitura no atendimento das necessidades básicas de alimentação, saneamento e saúde das famílias indígenas acampadas. [...] O quadro sofreu uma transformação importante com a intervenção, em setembro de 1996, da Procuradoria da República sediada em Santo Ângelo, que exigiu a tomada de providências pela Funai para solucionar a precária situação dos Mbyá na Região das Missões. A administração da Funai, em Passo Fundo, também foi envolvida, repassando cestas básicas de alimentação, fornecidas mensalmente aos índios, além do eventual apoio do Governo do Estado no fornecimento de agasalhos e alimentos. À prefeitura, foi repassada a obrigação de atendimento à saúde e educação (SOUZA & ASSIS, 2001, p.53).

As tratativas para a compra e a desapropriação de terras com verbas do Estado, para as comunidades Mbyá, levaram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a solicitar um laudo antropológico de três áreas a serem adquiridas. Essa situação é explicada por Souza e Assis (2001, p.3):

[...] a fim de avaliar tal iniciativa do Governo do Estado, em relação aos trâmites jurídicos-administrativos estabelecidos à identificação e regularização das “Terras Indígenas” no Brasil, a Funai solicitou o presente estudo, buscando obter base antropológica para avaliar a pertinência ou não dessa iniciativa efetuada no Rio Grande do Sul.

Mediante pedido da FUNAI, o Relatório Antropológico Circunstanciado foi efetuado conforme Inst. Tecn. Executiva 247/Pres./Funai, de 09 de novembro de 2000 (SOUZA & ASSIS, 2001). Na gestão de 2000/2004, no mandato do prefeito Mário Augusto do Nascimento Ribas, gestão do governador do Estado Olívio Dutra,

é que de fato ocorreu a desapropriação e a compra da terra em São Miguel das Missões.

Cabe destacar o papel relevante do miguelino Emilio dos Santos (funcionário do IPHAN) em relação ao acolhimento e ao auxílio prestado aos Mbyá. Ele se envolveu diretamente nas negociações para a compra da terra de propriedade da família Oliveira, apresentando o local em 1996 aos indígenas e representantes dos órgãos públicos. Segundo os relatos de Emílio, desde a época da chegada das primeiras famílias no município, ele auxiliou no transporte, na busca de material para produção de artesanato, de madeiras para lenha, de mudas de rama para a plantação de mandiocas, muitas vezes recebendo e ajudando as famílias Mbyá em sua casa, entre elas a família de Floriano Romeu.

Após as descrições encontradas no Laudo Antropológico, elaborado por Souza e Assis (2001), que tratam sobre a compra das terras para os Mbyá, Soares (2012, p.114) explica a situação das Reservas Indígenas e de suas áreas após a desapropriação pelo governo do Estado,

[...] somente na gestão do governador Olívio Dutra (1999-2002), do Partido dos Trabalhadores (PT), através do Decreto Estadual nº 4.082, de 29 de novembro de 2000, foram desapropriadas a RI Tekoa Porã/Coxilha da Cruz, com uma área total de 202.11 ha; a RI Tekoa Ka'a Miridy/Água Grande, com um total de 165,34 ha; e a RI Tekoa Koenjù/Inhacapetum, com um total de 236,33 ha.

Depois da desapropriação das terras citadas e dos trâmites legais, as famílias, que estavam em situação de acampamento no Parque da Fonte Missioneira, mudaram para o interior do município e fundaram a *Tekoa Koenju* (Aldeia Alvorecer). Na época, somavam em torno de 34 pessoas, que foram deslocadas, até o novo local, em caminhões-caçamba da prefeitura. Nesse período, Floriano e seus familiares já viviam no acampamento e, assim, seguiram com as outras famílias.

Realizada a mudança, a prefeitura municipal continuou auxiliando os Mbyá que, num primeiro momento, ficaram alojados em barracas de lona. O local adquirido pelo Governo do Estado foi apresentado a um grupo de Mbyá. Osvaldo Paredes foi quem acompanhou os profissionais na realização do Laudo Antropológico e auxiliou no reconhecimento das espécies nativas da flora, da fauna e dos recursos hídricos (SOUZA & ASSIS, 2001).

Em virtude das boas condições e do amplo espaço, se considerar o local em que estavam acampados, agora cada família poderia se organizar melhor, inclusive para a plantação de suas roças. Osvaldo Paredes foi o primeiro cacique, da *Tekoa Koenju*, que posteriormente passou a liderança para Floriano Romeu; além dele, outros Mbyá foram alternando no papel de líder político.

No período em que Nicanor Benites foi cacique na *Tekoa Koenju*, apoiado por Floriano Romeu, que o ajudava a articular os pedidos junto aos órgãos públicos, teve início o projeto de habitação com recursos do Governo Estadual. Moraes (2010, p.24) resume esse fato da seguinte forma:

[...] no final do ano de 2004, acompanhei um evento que entendo ser significativo: quando ainda trabalhava no Conselho, acompanhei um projeto estadual de habitação indígena em que a comunidade de São Miguel foi contemplada. As casas eram feitas de costaneiras de eucalipto, cedido pela CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), e com cobertura de telhas. O chão dispunha de assoalho de madeira e varanda de terra para conter o fogo de chão. [...] Eles demonstravam uma grande insatisfação com as construções, alegando que, como eram feitas para o Guarani, eram mal feitas.

Outro aspecto importante a citar neste momento diz respeito à gravação do CD Viver Guarani, pelo Coral *Jerojy* Guarani, sob a regência de Floriano Romeu, em 2005, com apoio institucional financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O coral passou a se apresentar em São Miguel das Missões, em cidades próximas, em Porto Alegre e até em Brasília (ARNT, 2010). Floriano teve grande influência política dentro da *Tekoa Koenju*, contudo enfrentou uma série de problemas, que serão comentados posteriormente. Fatos da história Mbyá ocorridos em São Miguel das Missões, acrescentados dos relatos de Floriano e Anildo na *Tekoa Pyaú*, exibem a construção de uma história permeada por memórias.

Melià, Saul e Muraro (1987, p.55) tratam sobre a importância das tradições e das memórias Guarani ao explicar que:

[...] os Guarani não são uma simples justaposição de sincronias distribuídas por diversos espaços geográficos, com denominações e modo de ser dialetalmente diferenciados. A etnia se articula também em torno de tradições e memórias que lhe dão profundidade e sentido histórico.

Ao afirmar que a etnia se articula também em torno de tradições e de memórias que lhe dão profundo sentido histórico, é possível observar a dinâmica do repasse dessas tradições, ocorrida de geração em geração. Floriano, em uma conversa, conta que seu pai, Iginio Romeu, falecido em 1998 e sepultado no município do Salto do Jacuí, teve papel determinante na sua vida.

Na tarde de onze de fevereiro de 2015, enquanto conversávamos sobre os anos vividos em São Miguel das Missões, Floriano pediu que eu aguardasse. Ele foi até a pequena peça de madeira, localizada nos fundos da casa de Anildo e trouxe duas fotos. Entre elas, havia um retrato dele com sua filha Miguelina quando ainda era criança de colo, sentados na arquibancada de cimento, no sítio arqueológico São Miguel Arcanjo. A outra fotografia, que, de fato, foi o motivo da saída do espaço onde estávamos, representava um objeto de grande valor sentimental. Floriano carregava uma das raras imagens impressas que tem de seu pai Iginio.

Ao mostrar a imagem de Iginio Romeu, feita anos atrás e entregue recentemente por Tadeu Vilani (fotógrafo *freelancer* da área de jornalismo para o Jornal Zero Hora na Sucursal de Santo Ângelo), a emoção tomou conta do momento.



Figura 12 - Iginio Romeu.

Foto: Tadeu Vilani. Acervo pessoal de Floriano Romeu, s.d.

Ao manusear a foto, as lágrimas escorreram pelo rosto de Floriano e eu fiquei sem jeito não sabendo o que dizer ou manifestar. Calada, ouvi suas palavras:

[...] minha preocupação sempre está em manter a cultura tradicional, quando era criança meus pais se mudaram para o Paraguai, meu pai sempre foi um Karaí e assim ele me ensinou e passou a tradição, hoje me preocupo com as crianças porque não estão mais desenvolvendo a espiritualidade como deveriam fazer. Então assim é importante para nós o papel do líder religioso, o Karaí porque ele ensina a cultura tradicional. Meu pai me ensinou tudo o que sei, me levava para o meio da mata fechada e lá me ensinava como viver a verdadeira tradição. [...] essa foi atitude diferente, porque Anildo recebeu ser cacique de herança de pai para filho, assim meu pai fez quando foi ser só karaí, então Anildo tem responsabilidade e também sei que ele tem responsabilidade, ele quer luta pelo nosso povo, ele já bem desenvolvendo com atitude seu novo lugar, já vai conversa com os juruá, recebe quem chega aqui e já sai para otros lugar para conhece e conversa (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

As palavras de Floriano expressam sentimentos e demonstram a forte ligação com o pai. Os ensinamentos recebidos servem de base para prosseguir o repasse da tradição aos seus filhos. As memórias, trazidas a partir da figura paterna, revelam a importância de manter o modo de ser Guaraní. A partir das situações de convívio cotidiano com o pai, Floriano teve a oportunidade de receber e repassar a tradição, passando a liderança política que já foi desempenhada por ele ao seu filho Anildo.

A inquietação de Floriano, como pai e avô, em não deixar as crianças perderem a espiritualidade, é uma das principais preocupações no momento, porque, à medida que se afrouxam as tradições, corre-se o risco de perder o sistema denominado por eles como o “nosso sistema tradicional”. Pensando no repasse das tradições, em que os pais e os avós atuam de modo conjunto, Silva (2007, p.182-183) explica:

[...] os tamõi e jari (avós) gozando de um status mais elevado. São exatamente estas duas figuras as principais responsáveis pela educação moral, religiosa e prática das crianças, transmitindo-lhes valores, conceitos e crenças. Neste sentido, são elas as maiores responsáveis, no seio do grupo doméstico, pelo cultivo do teko porã, isto é, o correto modo de ser assentado este de modo muito forte no apaziguamento, na busca do entendimento mútuo entre as pessoas.

As informações a respeito do papel dos avós, trazidas pela antropóloga Silva (2007), são passíveis de comparação com a importância que os Mbyá atribuem aos avós. Quando a comunidade da *Tekoa Pyaú* recebe os ensinamentos de Floriano, Norma e Edina (pessoas com mais idade) significa dizer que eles também receberam de seu pai e de seus avós o repasse dos costumes e assim prosseguem.

Anildo foi escolhido para assumir a liderança política da comunidade,

seguindo uma tradição já relatada por Floriano, que, ao relembrar das situações do passado, comenta sobre seu pai ter sido um *Karaí* (líder espiritual) e ter passado a liderança política a ele quando ainda viviam na Argentina. Quando Floriano decide preparar seu filho para assumir novo papel na comunidade, ele evidencia que deseja transmitir aos seus filhos as mesmas tradições herdadas de seus pais.

A imagem do pai também fez Floriano referir-se a situações de conflitos internos vividos no espaço territorial da *Tekoa Koenju*, quando lá viveu e foi cacique. Ele relata ter se deixado tomar demais pelo mundo dos brancos (*juruá*) e, por isso, enfrentou problemas que acabaram gerando uma situação negativa na comunidade.

Esses conflitos internos, entre duas famílias extensas na *Tekoa Koenju*, foram relatados por Moraes (2010). As disputas internas entre Osvaldo Paredes e Floriano Romeu começaram a ocorrer quando eles já haviam mudado para a nova *tekoa*. A família Paredes chegou a São Miguel das Missões antes da família Romeu. Segundo Arndt (2010), o coral *Jerojy* Guarani teria sido criado no período de acampamento no Parque da Fonte Missioneira e, somente mais tarde, Floriano passou a assumir sua coordenação.

De acordo com as informações trazidas por Moraes (2010), depois de exercer liderança política por determinado período, Osvaldo passou o cargo para Floriano. Situações relatadas dão conta de que os conflitos surgiram em função de questões econômicas (divisão de valores recebidos pelas apresentações do coral) e de centralização de poder nas mãos de Floriano, que não permitia a participação dos demais membros da comunidade nas discussões internas da aldeia sobre a elaboração de projetos.

Ocorriam problemas na definição das famílias, as quais se revezavam até a cidade de São Miguel das Missões para a venda do artesanato em torno do Museu das Missões, gerando mal estar na comunidade. Sobre a localização das casas na *Tekoa Koenju*, Moraes (2010) apresenta um mapa para demonstrar que a família Romeu vivia na entrada principal da *tekoa*, e a família Paredes vivia nos fundos. Em razão dos aspectos citados, é possível perceber uma disputa política interna entre duas famílias extensas, que não dispunham de espaço suficiente ao dividir a mesma área de terra.

Comentando sobre os conflitos internos entre as lideranças, ocasionados por situações que envolvem as relações religiosas, políticas e de parentesco estabelecidas nas *tekoa*, Garlet (1997) os coloca como causa geradora da

mobilidade espacial das comunidades Mbyá. Tal fato pode ser comprovado pelas escritas dos profissionais que circularam pela Região das Missões, entre os anos de 2000 e 2010, quando realizavam levantamento de dados que, posteriormente, compuseram o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do patrimônio material e imaterial dos Mbyá.

No ano de 2006, Osvaldo Paredes mudou-se com sua esposa e seus filhos para o Petim, acampamento Mbyá situado às margens da BR-116. Floriano seguia como cacique e, quando as situações de conflito interno estavam muito acirradas, ele optava por passar a liderança política a alguém que pertencia a sua família. Convivendo na comunidade, mas sem a aprovação de suas atitudes por todos que a constituíam, Floriano foi deposto do cargo de cacique ainda no mesmo ano (MORAES, 2010; PIRES, 2007).

Após sua deposição do cargo político da *Tekoa Koenju*, em meados de 2008, é chegada a hora de partir. Floriano precisava refazer sua vida, buscando reencontrar-se com os antigos costumes, o verdadeiro modo de ser Mbyá. Ao refletir sobre a necessidade de mudar a situação que enfrentava, ele explica por que decidiu retornar para a Argentina com sua família (esposa e filhos) e em que condições saíram:

[...] tinha tudo que o homem branco tem, e isso não trouxe boas coisas. Tinha carro, televisão, parabólica, telefone, não tinha mais o sistema tradicional. Saímos só com umas peça de roupa numa sacola (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

O interlocutor, ao rememorar histórias por meio das imagens, fala de um tempo difícil, em que os filhos mais velhos não entendiam a razão de estarem saindo de um lugar com boas condições para viver as adversidades nos novos espaços (no retorno à Argentina). Os filhos, possivelmente, não conseguiram entender a atitude do pai em partir; os mais velhos, talvez, tivessem uma noção maior das coisas materiais que deixavam para trás; os menores, porém, não tinham a clareza do que estavam vivendo ao lado dos pais.

Quando fala da não aceitação dos filhos em ter de viver em dificuldades, retornando à situação de acampamento, Floriano diz lamentar; entretanto, para ele, seria preciso mostrar aos filhos (e a ele mesmo) a necessidade de resgatar os valores e os costumes tradicionais que, de certa maneira, estavam se perdendo,

tendo em vista o contato direto com os *juruá* (homem branco). A mudança, para o pai, parecia ideal no momento da partida do Brasil para a Argentina em mais uma caminhada; porém, os filhos não a perceberam da mesma maneira.

Esses deslocamentos foram entendidos pelos filhos mais velhos como uma perda de certas facilidades, ocasionando um conflito de gerações. Entretanto, sabiam que deveriam seguir com os pais nessa caminhada. A ênfase dada às trajetórias históricas das comunidades Mbyá, expondo, nesse caso, os deslocamentos dos moradores da *Tekoa Pyaú*, permitem refletir sobre o conceito de ação simbólica trazida por Sahlins (2003).

As narrativas indicadas pelo interlocutor Floriano pressupõem, portanto, situações de ação simbólica, assim descrita por Sahlins (2003, p.189),

[...] a ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irredutível. Um passado inescapável porque os conceitos através dos quais a experiência é organizada e comunicada procedem do esquema cultural preexistente. E um presente irredutível por causa da singularidade do mundo de cada ação: a diferença heraclitiana entre a experiência única do rio (ou *fleúve*) e seu nome. A diferença reside na irredutibilidade dos atores específicos e de seus conceitos empíricos que nunca são precisamente iguais a outros autores ou a outras situações – nunca é possível entrar no mesmo rio duas vezes. As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua própria cultura possa ter feito com elas.

A ação simbólica é entendida nessas situações que são apresentadas, tanto na perspectiva da diacronia quanto da sincronia como uma composição de memórias que Floriano evidencia ao longo das conversas. Nesse sentido, as informações trazidas por Floriano, a partir das suas reflexões acerca do *ñande reko*, ou seja, aquilo que ele denomina como “nosso modo de ser” e “nosso sistema tradicional”, representam a preservação das tradições que mantêm a coesão das comunidades Mbyá.

Melià (1991, p.13), ao comentar sobre os Paĩ Tavyterã e seus sentimentos em relação ao modo de ser, afirma que “Los Guaraní se manifiestan hoy como un “modo de ser”. Con un claro sentimiento de singularidad hallan ellos del ñande reko, nuestro modo de ser, como la expresión mas cabal de su identidad y su diferencia”. O *ñande reko* relaciona-se com a identificação e as diferenças constituidoras do modo ser, que evidenciam o sentimento de pertencimento àqueles que o praticam.

O *ñande reko*, ou o nosso sistema tradicional é tratado por Darella (2004) como um conceito êmico dos Guarani que integra um conjunto de princípios e valores, conhecimentos, crenças e práticas, repassado de geração em geração.

Volto a refletir sobre a ideia de Heráclito citado por Sahlins (2003) de que nunca é possível entrar no mesmo rio duas vezes. Desta maneira é possível perceber que a cada “caminhada” (*oguata*) por mais que as motivações sejam semelhantes, o passado e o presente mesclam-se e trazem novos cenários históricos, com atores diferentes. Eremites de Oliveira (2006, p.41) discute a noção de *oguata* para os Kaiowá, explicando que:

[...] noção de *oguata*, palavra que em guarani se refere a um *modus vivendi* caracterizado por grande mobilidade espacial, no sentido de andar, caminhar, circular, viajar e transitar, conforme é amplamente conhecido na literatura etnológica e etnohistórica. A noção de *oguata* não deve ser vista como algum tipo de nomadismo ou perambulação errante, sem direção certa e ausente de estratégias de territorialidade. Pelo contrário, tem a ver com mobilidade espacial em uma área reconhecida como território tradicional para os próprios Kaiowá.

Assim como para os Kaiowá o *oguata* permite a circularidade e a mobilidade. Para os Mbyá a mobilidade espacial também se estabelece a partir das caminhadas que eles denominam como *jeguata* ou *guatá*. Estes deslocamentos constituem o modo de ser dos Mbyá, as caminhadas geradoras da mobilidade espacial entre as *tekoa*, acontecem em espaços reconhecidos como de pertencimento aos seus antepassados. Assim, para Floriano, as caminhadas empreendidas com seus familiares são parte constituidora de um modo de ser que compõe as historicidades desta etnia.

Sobre os Mbyá e suas caminhadas, Martins Machado (2015, p.102), assim se refere,

[...] portanto o Mbyá é livre para andar, caminhar, conhecer, visitar, explorar os cantos da terra. O Mbyá guarani têm se mostrado fiel e irredutível em se tratando de sua ecologia tradicional; caminhar é a marca de sua liberdade, é a procura por lugares adequados para plantar, floresta com boa biodiversidade, boa reserva de água, rios piscosos, nascentes com boa vertência e de preferência longe de centros urbanos.

Em busca desta liberdade e das condições adequadas para viver, os Mbyá se lançaram por diferentes motivos, sejam eles, de ordem espiritual, de subsistência, ou

por outras razões, em mais uma caminhada. Os espaços percorridos estão ligados aos antigos territórios ocupados por seus ancestrais.

Tomando por base a história do passado missioneiro ocorrida em territórios que “hoje” são terras pertencentes à Argentina, Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai, pode-se afirmar que passados mais de séculos, os Mbyá seguem circulando e habitando “antigos territórios”, que paulatinamente foram sendo reconfigurados por novos limites e fronteiras (GARLET, 1997).

Embora as caminhadas e os processos de territorialização dos Mbyá estejam vinculados às regras de cada país por onde circulam em termos de adequação às legislações, eles seguem seus deslocamentos em determinados espaços territoriais contidos em suas categorias êmicas. Consideram que a terra não deveria ser delimitada, cercada e sim de livre circulação. De acordo com as palavras de Souza Pradella (2009, p.13),

[...] *jeguatá*, ou somente *guatá*, são os termos guarani que designam a ação de se mover no espaço, geralmente em referência ao ato de caminhar, mas também se refere a deslocamentos de outra ordem no xamanismo e na política.

Os termos *jeguatá* ou *guatá*, referidos por Souza Pradella (2009), são os mesmos referidos pelos Mbyá quando falam de suas caminhadas ou dos diversos espaços percorridos, quando estão praticando o seu modo de ser e efetivando os contatos políticos para se estabelecerem em novos lugares.

Os fatos narrados a seguir, dão conta de expor fragmentos da historicidade da comunidade Mbyá, que vive na *Tekoa Pyaú*, explorando um pouco mais sobre o transitar desta família entre o Brasil e a Argentina, até o período em que chegaram e se estabeleceram no município de Santo Ângelo. A seguir, os registros trazem discussões em relação aos deslocamentos, aos conceitos relativos ao que se entende por *tekoa*, por aldeia e por acampamento, evidenciando o nascimento da *Tekoa Pyaú*.

2.4 Dos fatos que antecedem a chegada em Santo Ângelo e o nascimento da Tekoa Pyaú

Antes de adentrar especificamente no tema que trata sobre os acontecimentos que antecedem a chegada em Santo Ângelo e sobre o “nascer” da *Tekoa Pyaú*, se faz necessário retroceder e atentar para alguns aspectos que dizem respeito ao modo de ser guarani com o objetivo de evidenciar a relação que os Mbyá estabelecem entre o caminhar e o encontro dos novos espaços de viver.

Considerando as informações a respeito dos deslocamentos dos Guarani, verificam-se os seguintes apontamentos: Schaden (1974) usa os termos correntes migratórias e jornadas para referir-se à história desse povo em território paulista; Nimuendaju (1987), ao falar dos *Apapocúva* e das demais tribos que estavam próximas, emprega o vocábulo migrações; Melià (1988) traz a palavra migração para abordar a questão da espacialidade Guarani; Ladeira (2007) faz distinção entre o conceito de mobilidade e de migração; Garlet (1997) emprega a expressão mobilidade espacial por entender que esta abarca todos os movimentos (inclusive as migrações); e Mello (2001) usa os termos mobilidade ou circularidade interaldeias, migração por expropriação e migração tradicional.

Retomar esses conceitos, que envolvem efetivamente o ato de caminhar entre os Mbyá, conduz a uma posterior compreensão do que é uma *tekoa*. Geralmente após as “caminhadas”, que ocorrem por diversos motivos já elencados no texto anteriormente, os Mbyá acabam por localizar-se em determinado espaço territorial formando novas *tekoa* ou acampamentos em beira de estrada.

O conceito de *tekoa*⁶ é abrangente por explicitar o modo como os Guarani se referem aos seus espaços para concretização de seu modo de ser. Melià (1991) descreve como os Guarani se referem à *tekoa*:

[...] con una expresión que le es muy característica, el Guaraní se refiere a su territorio como *tekoha*; ahora bien, si el *teko* es el modo de ser, el sistema, la cultura, la ley y las costumbres, el *tekoha* es el lugar y el medio donde se dan las condiciones de posibilidad del modo de ser guaraní. “El *tekoha* significa e produce al mismo tiempo relaciones económicas, relaciones sociales y organización político-religiosa, esenciales para la vida guaraní (MELIÀ, 1991, p.64-65).

⁶ A grafia da palavra *tekoa* pode variar entre os Mbyá, que usam as escritas *teko’a*, *tekoa* ou *tekoá*. Durante toda a dissertação, será usada a grafia *tekoa* porque é a forma redigida e indicada pelos moradores da *Tekoa Pyaú* em Santo Ângelo. Também ocorre a utilização de outras grafias como por exemplo *tekoha*.

Pissolato (2006) compartilha da concepção trazida por Melià, assinalando a *tekoa* como o lugar de realização do modo de ser, com conotação espacial à noção de tradicional. Ladeira (1986, p.23) afirma: “*tekoa* lugar onde é possível manifestar nossa maneira de ser”.

Eremites de Oliveira e Pereira (2009, p.34) trazem o conceito de *tekoha* entendido pelos Kaiowa,

[...] *tekoha* é a maneira como as comunidades Kaiowa se referem, em guarani, ao espaço ocupado por uma determinada comunidade. Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko* + *ha*. *Teko* é o sistema de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder kaiowa. *Ha*, por sua vez, é o sufixo nominador que indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha* pode ser entendido como o lugar (território) onde uma comunidade Kaiowa (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural, isto é, segundo seus usos, costumes e tradições.

Observando as ideias expressas pelos autores referenciados, é possível perceber que o conceito de *tekoa* converge para o local onde os Guarani vivem de acordo com o seu modo de ser. Apesar das assimetrias destacadas entre alguns aspectos de estar ou retomar os seus espaços tradicionais, de um modo geral, os Guarani percebem e expressam sentidos análogos em relação ao local onde vivem e ontem mantêm a sua cultura tradicional.

O espaço territorial ocupado pelos Guarani, de acordo com Garlet (1997), também é nominado depois de um ritual. O autor constatou, entretanto, certa resistência para denominar os locais ocupados, já que existem critérios de ordem ecológica e simbólica para a escolha desses lugares.

A opção pelo nome leva certo tempo, assim como as crianças, as quais só recebem o nome depois de um ano de vida: “[...] também o local não é definitivamente estabelecido como *tekoa* e nem recebe um nome específico imediatamente após as pessoas se estabelecerem no local” (GARLET, 1997, p.159).

Garlet (1997) propõe uma analogia entre o nascimento e o ritual que nomeia as crianças e o ritual que nomeia uma *tekoa* ao utilizar a expressão *mboery* ou *mboera* (nominar, pôr o nome). A nomeação das crianças acontece mediante um ritual tradicional; para nomear a aldeia ele não observou um ritual específico, mas a construção da *opy* é o fato que demarca a apropriação concreta e simbólica do local.

A *opy* foi construída no mês de novembro de 2013 na *Tekoa Pyaú*, feita de taquara e de barro ao lado da casa de Edina. Esse também é o local onde o *karaí* Floriano transmite os costumes e as tradições mostrados nas danças e nos ensaios do coral.



Figura 13 - *Opy*.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 14 - Floriano e os ensinamentos dos passos das danças.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 15 - O repasse das tradições.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

Considerando os aspectos apontados por Garlet (1997) é possível afirmar que, para os Mbyá que vivem em Santo Ângelo, a *Tekoa Pyaú* já está fundada e nominada. Esse fato leva a inferir que o espaço territorial, neste caso, é o de pertencimento simbólico das famílias que moram ali, embora elas saibam que precisam buscar outro local para estabelecer definitivamente a aldeia.

Em relação às explicações sobre *tekoa* e aldeia, que demonstram a ligação com o local onde é possível realizar e manter “nossos costumes”, Floriano em diferentes momentos cita o termo *tekoa*; ao mesmo tempo, ele nomeia o espaço em que vivem como aldeia e por vezes como acampamento. Além disso, afirma: “o verdadeiro *tekoa* é o modo de ser, onde podemos fazer as casas de taquara e barro, com chão batido”. As nomenclaturas usadas pelo interlocutor não parecem ser o que determina o sentimento de pertencimento ao lugar onde estão vivendo, deixa claro que os termos aldeia e acampamento são aqueles usados para tratar com os *juruá* (brancos).

O que de fato é determinante e explica a categoria êmica *tekoa* para os Mbyá é o significado detalhado em outra fala de Floriano Romeu:

[...] a *tekoa* verdadeira é aquela que está dentro do mato fechado, onde realmente viveram os nossos antepassados em liberdade e aproveitavam as matas protegidas, rios limpos, de lá tiravam os alimentos, faziam as casas tradicionais cobertas de coqueiro (*pindó*), os mais velhos ensinavam a ouvir

os animais e caçar, ouvir e pedir licença para as plantas. Lá o branco não chegava e só tinha o nosso sistema tradicional (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Através das palavras do interlocutor Floriano percebe-se que atualmente esta realidade de habitar o lugar, como ele menciona sendo a verdadeira *tekoa*, parece não estar mais ao alcance dos Mbyá em sua plenitude. As transformações ocorridas, em termos de condições climáticas, políticas e da própria ação dos contatos interétnicos, acabaram por alterar significativamente a realidade destas comunidades indígenas.

Martins Machado (2015) discute o significado do lugar denominado *tekoa* e traz novas percepções sobre este espaço habitado pelos Mbyá, quando afirma que,

[...] muito se tem falado a respeito do modo de vida guarani, o *nhandereko*, mas para que o mesmo seja exercitado é preciso um lugar que ofereça condições para que seja possível viver de acordo com as regras prescritas, esse lugar é o *tekoá*, literalmente é o lugar onde a vida cai. Congrega em si um conceito cultural sincrético, que extrapola a simples posse de uma área de terra, significando o lugar, o meio, as condições ideais para o modo de ser guarani. Viver, estar no *tekoá* é o lugar no qual se vive o *teko* (filosofia de vida). É o ponto onde se imbricam as dimensões do social, político, econômico e cosmológico. No passado o *tekoá* não tinha limites fixos, poderia ser extenso ou não. [...] E desta forma se a reterritorialização ou guaranização de um novo espaço que se está ocupando, ainda que não corresponda ao ideal, desejado, como de outrora. Os significados de *Guára*, *tekoá*, *tava* e *te"yi* passaram por ressignificações, reinterpretações, sofreram e sofrem transformações nas suas dimensões espaciais, arranjos internos, formatação. Há um *nhandereko* (modo de vida), contextualizado, pensado na pós-modernidade, em razão dos tempos serem outros assim como as condições atuais de vida (MARTINS MACHADO, 2015, p.147-148).

Se não é possível estar nos espaços, que em outros tempos eram considerados ideais para instalar uma *tekoa*, hoje os Mbyá absorvem as mudanças e fazem os ajustes necessários para estar nos lugares e efetivar o seu modo de ser.

A situação de acampamento é considerada transitória, uma solução paliativa encontrada pelos Mbyá enquanto lutam por seus espaços. Os locais onde se colocam são geralmente em vias públicas, entre estradas, rodovias e propriedades particulares (GARLET, 1997). Por mais que seja evidenciada uma situação de acampamento em Santo Ângelo, efetivamente há apropriação e ressignificação do espaço no qual os Mbyá estão vivendo.

Uma das falas de Floriano está repleta de simbologias e pode ser considerada como um dos aspectos que estabelece o vínculo de pertencimento com os locais por onde passam,

[...] aqui nasceu e morreu um Mbyá (filho de Mariano e Janaína), então nesse chão, terra, temos nossos direitos que precisam ser assegurados, duas crianças nasceram na *Tekoa Pyaú* filho de Anildo – (Darlan) e filho de Mariano (Igor). O parto de Igor foi feito pela minha irmã e eu ajudei porque o *karaí* auxilia espiritualmente e com aplicação de remédios de ervas (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

As condições ecológicas em que vivem os Mbyá não são as mais viáveis para caracterizar uma *tekoa* no sentido em que a descreviam em tempos pretéritos. Neste espaço improvisado fica evidenciada a falta de terra para o plantio das roças e a pouca mata como espaço de coleta de ervas medicinais, material para a produção dos objetos artesanais, possibilidade para a caça e a pesca. Além disso, faltam o mel, o milho e o cipó guaimbê (*Philodendron bipinnatifidum Schott ex Endll*), elementos utilizados nos rituais de batismo. Apesar de todos esses fatores, a construção da *opy*, no espaço em que vivem e o ato de nascer e/ou morrer estabelece o vínculo com a terra. A *Tekoa Pyaú* foi fundada nesse pequeno pedaço de chão e, assim, aos poucos, foi sendo concebida e organizada de acordo com as possibilidades que surgiam.

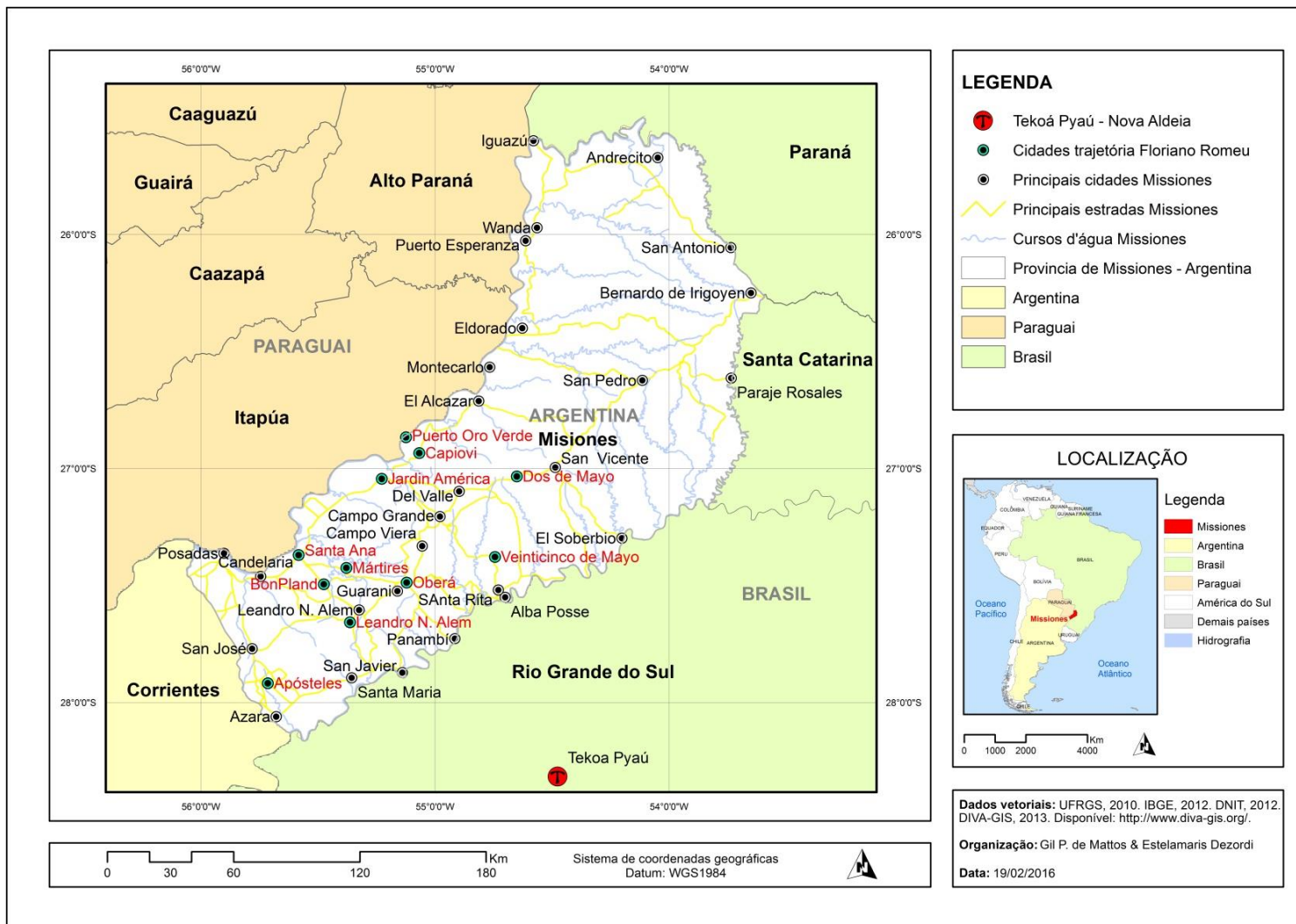
A chegada da família Romeu a Santo Ângelo ocorreu em 29 de julho de 2013. Saíram de Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul, local em que estiveram acampados por mais ou menos quatro meses após o retorno da Argentina. Anildo inicia a fala, contando sobre o retorno de sua família ao Brasil; em poucas palavras, ele expõe brevemente os locais percorridos e os fatos que aconteceram enquanto estavam na Argentina.

Eles estiveram na Província de Misiones (nas aldeias de Jaboti, 25 de Maio, Capióvi, Ouro Verde), após o falecimento da avó materna, que está sepultada na aldeia Capióvi, moraram em San Ignacio, em Mártires e Oberá. Esses deslocamentos ocorreram depois da saída da família de São Miguel das Missões. Após a chegada na Argentina, abrigaram-se na casa de familiares ou nos locais que encontravam para ficar acampados por um tempo.

A piora na saúde de Doria (mãe de Anildo) fez com que a família procurasse um *Karaí* na localidade de Bonpland – Departamento de Candelaria. Apesar do tratamento para a cura ter sido realizado, Doria faleceu e foi sepultada nessa localidade. Em conversas com Paulo Leal (amigo da família Romeu desde os

tempos que moravam em São Miguel das Missões) a provável causa da morte de Doria foi câncer.

A morte da esposa de Floriano desestabilizou emocionalmente a família que, logo depois do fato, partiu para Santa Ana. Antes de voltar para o Brasil, o último local de moradia foi San Ignacio. Considerando as informações de Anildo, o mapa 4 apresenta os locais percorridos pela família quando viveu na Argentina, em diferentes períodos.



Mapa 4 - Locais percorridos pela família Romeu na Província de Misiones.

Enquanto Floriano e sua família estavam vivendo na Argentina, seu filho mais velho Marcelo, morava em um acampamento na beira da estrada no município de Barra do Ribeiro – Rio Grande do Sul visitou o pai e os irmãos duas vezes. Nestes encontros, insistiu para que sua família retornasse para o Brasil.

A situação da família na Argentina estava complicada, trabalhavam no corte de erva-mate e vendiam artesanato; porém as condições de assistência do governo (saúde, alimentação, terra) deixavam a desejar e eram insuficientes. Além disso, Floriano pretendia retornar para o Brasil.

Motivados por Marcelo, Erica e Miguelina voltam primeiro ao Brasil. O terceiro filho a voltar foi Anildo, dizendo não se adaptar na Argentina: “[...] já não me acostumo mais lá”. Ele relatou que sentia saudade do tempo em que viveu na *Tekoa Koenju*. Anildo retornou de San Ignacio com a esposa e a filha Kelly Nadia e foi ao encontro do irmão Marcelo. As irmãs de Floriano, Edina e Norma, continuaram na *Tekoa Koenju* quando ele partiu com a família para a Argentina. Edina viveu durante um tempo com o irmão na Argentina.

No ano de 2012, Floriano veio ao Brasil com os filhos menores. Eles passaram uma semana visitando Norma em São Miguel das Missões e depois rumaram para o mesmo local onde já estavam os filhos mais velhos e a irmã Edina. Nesse intervalo, entre os anos 2012 e 2013, Floriano morou com a família em acampamentos Mbyá em beira de estrada no município de Nova Santa Rita e de Barra do Ribeiro.

Durante o tempo em que viveu na Argentina, Floriano por telefone mantinha contato com o advogado Paulo Joel Bender Leal que está envolvido com a causa indígena atuando voluntariamente desde a década de 1990. Após a saída de Floriano Romeu da *Tekoa Koenju*, eles seguiram mantendo contato e foi Paulo quem marcou as primeiras reuniões com o prefeito Valdir Luiz Andres e o secretário do Meio Ambiente José Ricardo Martins Ferreira em busca de um espaço para estabelecer a família em Santo Ângelo.

Para compreender as trajetórias dos Guaraní e, nesse caso específico, da família Romeu, acompanhar as discussões etnológicas sobre os motivos para suas migrações passa a ser relevante. Melià (1988) discorre sobre o assunto:

[...] sigue siendo objeto de discusión etnológica el motivo o motivo de la migración guaraní en general y la que dio origen a la nación chiriguano, en particular. [...] Los Guaraní se han caracterizado tradicionalmente por sus

fuertes tendencias migratorias. El tipo de cultivo practicado, que requería suelos bastante específicos, así como las estructuras sociales y culturales que correspondían a estas bases económicas serían la razón suficiente de su movilidad expansiva (MELIÀ, 1988, p.19)

Ainda tratando sobre as motivações para os movimentos migratórios dos Guaraní, Melià (1988, p.22-23) segue explicitando:

[...] la respuesta no es unívoca y probablemente obedece a varios niveles de comprensión y ha estado y está sujeta a las mismas vicisitudes históricas del Pueblo guaraní. En la búsqueda de la tierra-sin-mal y en la consiguiente migración convergen varios factores: una crisis de carácter económico provocada por reducción y agotamiento de los campos de cultivo, un aumento considerable en la demografía, tensiones sociales y políticas en el seno de una comunidad. [...] La tierra-sin-mal es ante todo la tierra buena, fácil para ser cultivada, productiva, suficiente y amena, tranquila y apacible, donde los Guaraní puedan vivir en plenitud su modo de ser auténtico. Esto es lo que siempre han buscado, donde se han establecido, y lo que procuran guardar celosamente una vez conseguido.

Conforme explicado por Melià (1988), pode-se perceber que a motivação das migrações está relacionada a questões socioambientais, tensões sociais e políticas nas comunidades, aumento de demografia e, ainda, a um contexto cosmológico ligado à espiritualidade dos Guaraní.

Garlet (1997) também compartilha, em seu estudo sobre a mobilidade espacial dos Mbyá, uma série de fatores ligados aos já citados por Melià (1988). O autor afirma que, geralmente, mais de um fator desencadeia as caminhadas dessas famílias. Logo, o que precisa ser analisado é se realmente existe uma única motivação ou um conjunto de motivos que impulsionou a família Romeu a percorrer diferentes locais entre o Brasil e a Argentina e, posteriormente, retornar à Região das Missões.

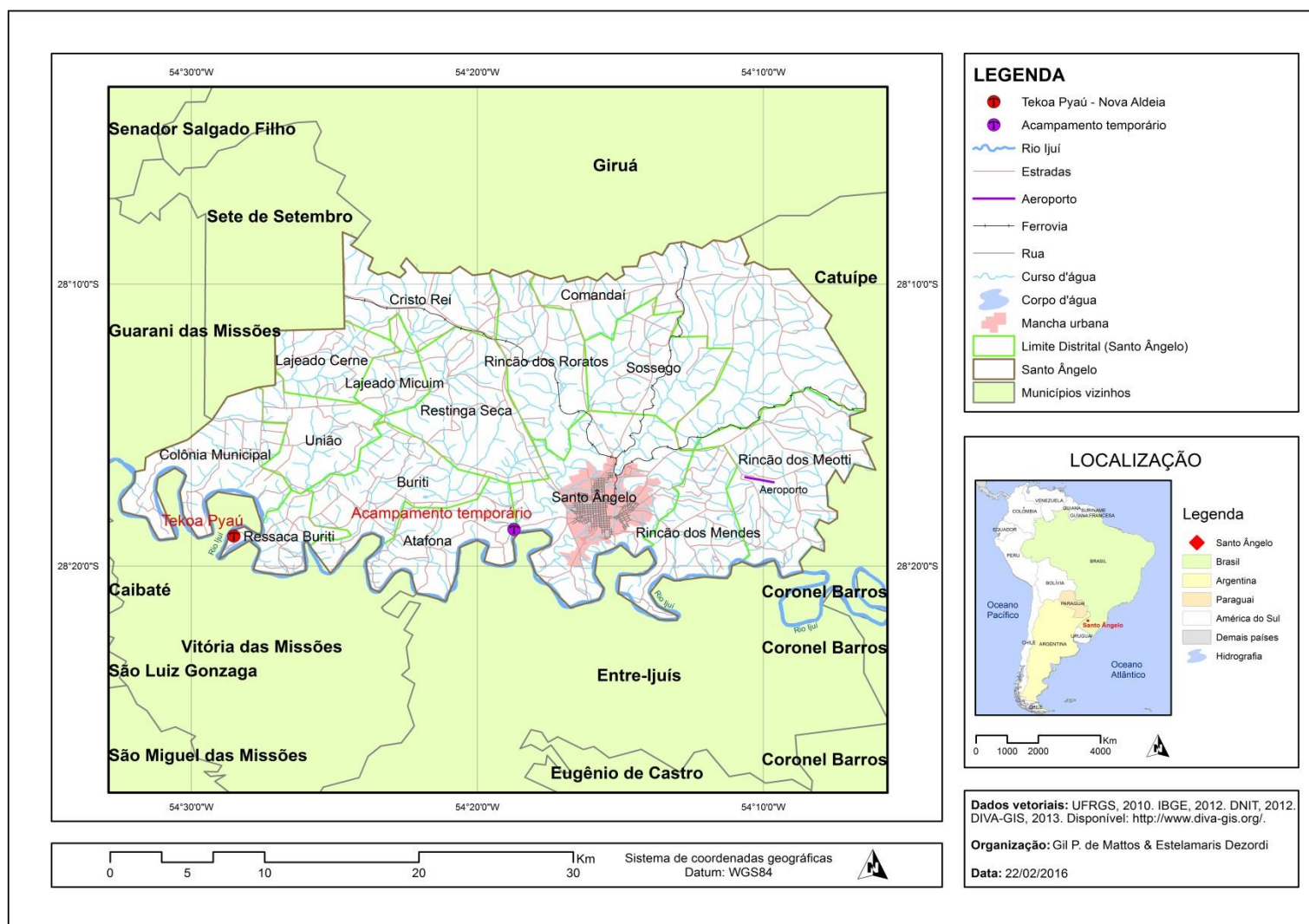
Após diversas tratativas com a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, representada pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania e a Secretaria do Meio Ambiente, finalmente chegava a confirmação de que a família seria recebida em um pequeno terreno pertencente ao município, no distrito de Atafona – Barra do São João, que fica localizado a 5 km da zona urbana.

A família Romeu partiu em direção a Santo Ângelo em um micro-ônibus, fretado com o auxílio financeiro de Norma Romeu (irmã de Floriano). Para a viagem, levaram consigo apenas poucos pertences, roupas, instrumentos musicais (violão, violino, *mbaraká* ou *mbaepu* [chocalho globular]), utensílios de uso doméstico

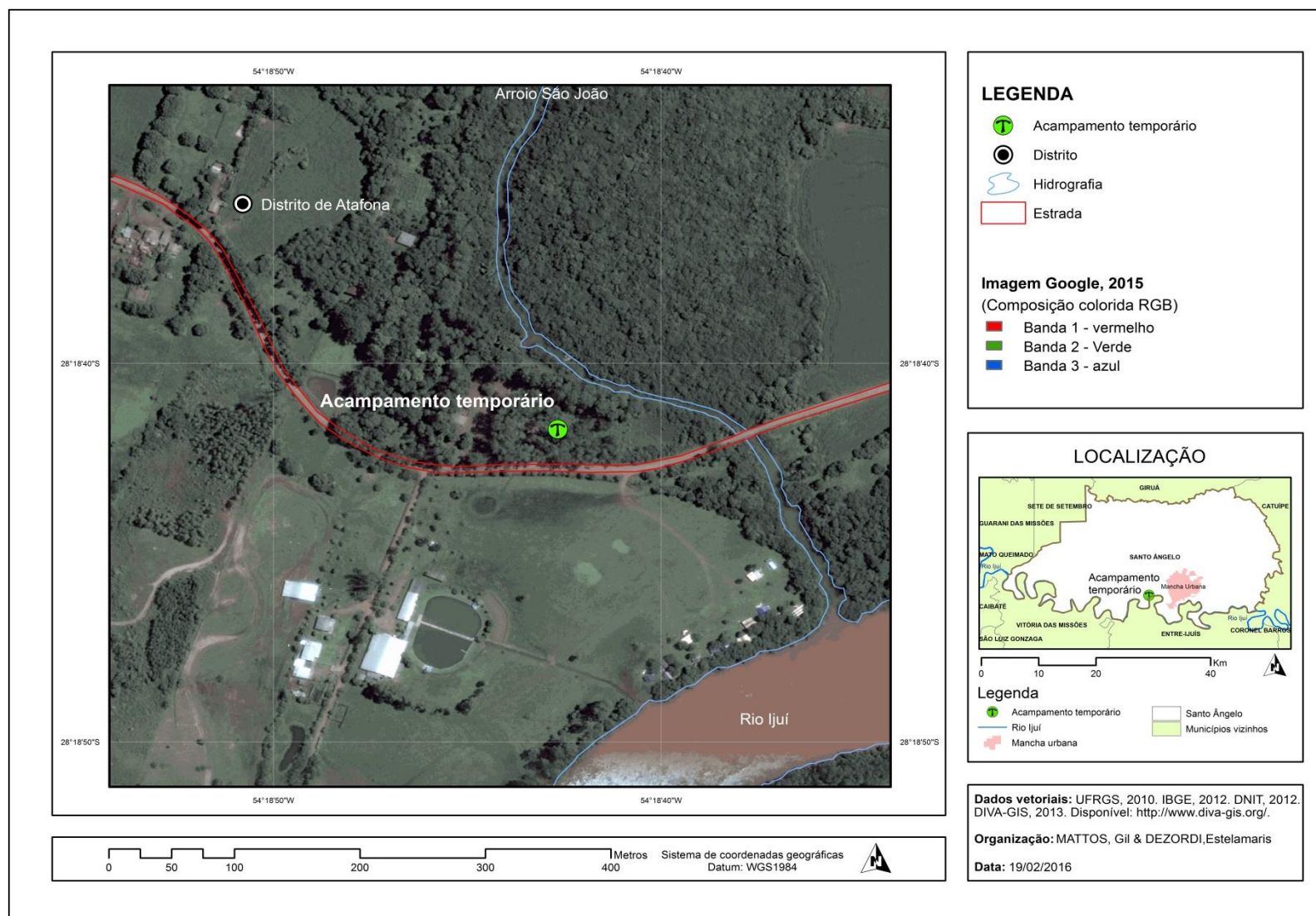
(painéis), colchões e cobertas, além de documentos pessoais e objetos de valor afetivo como algumas fotografias.

Entre as muitas conversas e anotações nos dias em que estive em campo, um momento em especial se destaca, quando Floriano diz: “aqui iniciamos uma semente, temos que buscar nossos caminhos pela paz, sem brigas, não é com armas que vamos conquistar nosso espaço”. Sua fala traduz exatamente a vontade dos Mbyá em estabelecer-se em Santo Ângelo e a forma como buscam seus direitos.

O espaço onde foram alocados constitui-se de um pequeno terreno de aproximadamente 2,5 hectares, que faz divisa com propriedades particulares nas laterais, à frente com a estrada geral Santo Ângelo-Atafona e, ao fundo, com o Arroio São João. A localização do terreno pode ser observada nos mapas 5 e 6.



Mapa 5 - Localização da Tekoa Pyaú.



Mapa 6 - Imagem do Google. Acampamento temporário Tekoa Pyaú.

O terreno, no qual a família se encontra assentada, possui algumas árvores frutíferas (bergamoteira, ameixeira-do-inverno, limoeiro), árvores de eucaliptos e taquaras, água encanada e energia elétrica disponível. Também há uma casa de alvenaria, que abrigava uma senhora a qual recolhia e cuidava de animais abandonados, e um galpão de alvenaria em que ficavam os animais. Neste local, segundo o relato de Floriano, todos ficaram abrigados nos primeiros quinze dias, após a chegada a Santo Ângelo, até receberem os materiais necessários para a construção das barracas de lona preta que até hoje os abrigam.

Em uma tarde do mês de novembro do ano de 2013, em uma visita que fiz, com colegas guias de turismo, no acampamento que sediou a *tekoa* para entregar as doações de alimentos e roupas arrecadadas, foram feitas algumas fotografias. Eu ainda não tinha noção de que estas fotos seriam os primeiros registros do nascimento da *Tekoa Pyaú*.



Figura 16 - Primeiras instalações e objetos recebidos de doações.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2013.



Figura 17 - Floriano, Edina e Cesar.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2013.



Figura 18 - Entrega de doações.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2013.



Figura 19 - O fogo.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2013.

É importante salientar que as imagens em questão não mostram a situação do local no momento exato da chegada da família Romeu ao espaço em que atualmente vive. No entanto, ilustram os primeiros meses de trabalho para a construção das casas improvisadas, construídas com materiais cedidos pela Secretaria do Meio Ambiente (lona preta), madeiras e taquaras.

As imagens chamam atenção quanto a alguns detalhes que podem ser percebidos agora, mas num olhar inicial passaram despercebidos. Alguns elementos se fazem notar: o fogo sempre aceso no entorno das casas, a bergamoteira (*Citrus nobilis*), citada várias vezes nesta escrita, cujo entorno estava sendo moldado como futuro espaço de convivência das famílias e depois serviria de abrigo durante as rodas de conversas e chimarrão. As casas improvisadas ainda estavam sendo construídas.

Os objetos, recebidos das doações, se acumulavam em uma espécie de depósito. Algumas extensões de rede de luz em uso, bancos, cadeiras e mesas espalhavam-se pelo cenário. A impressão que tinha, quando observava esse espaço, era de que havia um plano vazio, a *opy* (casa de ritual) ainda não existia. A sensação era de que algo ainda estava sendo construído.

A presença do fogo, descrito pela expressão *che ypyky kuera* para os Kaiowá, representa um grupo de parentes reunidos em torno de um fogo familiar, a partir disso, explicita-se o sentimento de convivência familiar íntima e continuada. Pereira

(1999) explica que, para os antropólogos, essa expressão pode ser identificada como conceito próximo ao de família nuclear, o que, para o etnólogo, pode ser chamado também como “fogo familiar”, traduzido como uma,

[...] unidade sociológica no interior do grupo familiar extenso ou parentela [...], composto por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política. [...] O fogo prepara os alimentos, protege contra o frio e em torno dele as pessoas se reúnem para tomar mate ao amanhecer e ao anoitecer (PEREIRA, 1999, p.81).

Pelo que pude vivenciar na *Tekoa Pyaú*, a presença do fogo possui simbologia semelhante, pois, em volta dele estabelece-se o momento privilegiado de encontro entre os membros da comunidade para que entre eles ocorram troca de experiências e debates sobre as rotinas diárias da aldeia. Esse momento representa um espaço privilegiado para o fortalecimento e a manutenção da cultura Mbyá.

A constituição do grupo de canto e dança, coordenado por Floriano Romeu, está vinculada à espiritualidade e à manutenção dos costumes tradicionais. As práticas da dança e do canto também acontecem em torno do fogo de chão, em frente ao pátio da *opy*. Internamente, o coral tem um significado de manutenção do modo de ser Mbyá; para a comunidade externa a principal função do coral é mostrar a cultura e buscar a sua valorização.

A criação do coral *Tape Porã* (Caminho Bonito) foi primordial para concretizar a visibilidade do grupo na sociedade local e regional. As danças e os cantos sagrados fazem parte das tradições espirituais que ocorrem na *opy* (casa de ritual), e as músicas apresentadas ao público, em geral, são compostas para esse fim (ARNDT, 2010). Alguns cantos são musicalizados e entoados para os visitantes que chegam na *tekoa*.

O coral *Tape Porã* aparece em apresentação na URI – *Campus Santo Ângelo* durante a abertura do ano letivo, no primeiro semestre de 2015.



Figura 20 - Apresentação Coral *Tape Porã*.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 21 - Apresentação Coral *Tape Porã* na cidade de Ijuí.
Foto: Arquivo digital disponibilizado na página virtual Expoljuí Fenadi, 2015.

Com movimentos ainda incipientes, percebe-se que aos poucos as pessoas da comunidade local se mostram disponíveis ao reconhecimento e à valorização da cultura indígena. Embora ainda haja muito preconceito enraizado e desconhecimento sobre o modo de ser dos Mbyá, essa inserção e a visibilidade devem ser conquistadas aos poucos, na medida em que a convivência dos Mbyá

com a comunidade local seja ampliada. Quando eles saem para a apresentação do coral, Floriano faz a saudação inicial ao público, e após o encerramento das músicas, Anildo traduz os cantos e explica o porquê de estarem seguindo suas tradições e levando aos brancos um pouco da sua cultura.

Numa de suas falas, no dia em que se apresentaram na URI – *Campus* de Santo Ângelo, explicou o que as letras das três músicas significam,

[...] os rios já é um pouco mais poluído, a água..nós não temos mais terra, já vivemos isolados como os bicho, como um cão abandonado. E nós guarani levamos muito preconceito, racismo, nós chamaram de macaco o índio. Então pra nós é, essa é que é a infelicidade para nós. Mas mesmo assim a gente vive, a gente mostra costumes que nós temos, realizando a vida que nos temos com as crianças cantando. O deus é único porque nós confiamos em deus, como nós confiamos em deus, os brancos confiam em deus. Quem mais nesta terra nós não confiaria. Então as crianças estão cantando assim e a segunda parte diz as crianças são feliz no mesmo lugar quando lá da cidade cantam a música mas a natureza sempre continua. E no terceiro lugar diz obrigado por nos receber com alegria, com respeito a vida que nós levamos é muito bom para nós. [...] agradecemos aqueles que estão apoiando a nossa costume (Interlocutor Anildo Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Estas músicas mostram o modo como estão vivendo, a necessidade de melhorar as condições de vida, mas, em contrapartida, também enunciam a força que emana da espiritualidade, a crença no deus e afirmam que, apesar de tudo, vivem uma vida boa. Quando são evidenciadas as várias tentativas e os contatos com os órgãos e os agentes do Estado, na busca pela terra, percebe-se também a disposição de enfrentarem todos os preconceitos persistindo e mostrando que são capazes de lutar também pelo respeito mútuo nos locais em que vivem.

Luciano (2006) comenta sobre as imagens e conceituações que os não-índios fazem historicamente sobre os índios. Discute sobre os estereótipos que geram visões discriminatórias e limitadas em relação aos povos indígenas. Mudar esta realidade, que existe e é vivenciada cotidianamente por estes povos, significa romper barreiras e superar uma série de problemas que, de certa maneira, melhoraram, mas estão muito aquém do que é necessário.

As Secretarias Municipais de Assistência Social, Trabalho e Cidadania e do Meio Ambiente têm empenhado diversos esforços com o auxílio da Procuradoria da República no município de Santo Ângelo. O objetivo deste empenho é o de viabilizar verbas para a aquisição de uma fração de terras maior e possibilitar, à comunidade

Mbyá, condições para desenvolver o seu modo de ser tradicional e tentar superar a falta que foi relatada também no canto das crianças.

A ampliação da área de terra é de extrema importância, pois permitirá melhorias nas condições de moradia e sustentabilidade, incluindo o plantio de alimentos para subsistência, a coleta de materiais para produção de artesanato e uma melhor distribuição das casas. Também será possível a construção da *opy* em local apropriado, ou seja, em espaço reservado distante daqueles de convivência comum.

Enquanto aguardam a resolução das tratativas e as negociações para a compra da terra, que estão sendo encaminhadas pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Cidadania, a vida cotidiana segue no acampamento/*tekoa*. A seguir será apresentado um pouco deste dia a dia na *Tekoa Pyaú*.

2.5 Enquanto esperamos “nossa terra”: a vida cotidiana na Tekoa Pyaú

A realização das tarefas cotidianas dos Mbyá demonstra que, apesar da “aparente precariedade” material (moradias, utensílios, saneamento básico) e do espaço territorial diminuto, a comunidade se estrutura para buscar mais terras e vive em harmonia no espaço cedido pela prefeitura municipal.

Enquanto as notícias da possibilidade da compra da nova área de terra não chegam, a comunidade Mbyá segue na espera. O dia a dia, como o de costume em todos os locais em que as pessoas estão vivendo próximas umas das outras, começa logo cedo, momento em que os mais velhos despertam e já seguem rumo ao pátio para tomar lugar na volta do fogo de chão. As crianças despertam muito cedo e logo saem de suas barracas de lona para brincar, ou os de uma idade um pouco maior preparam o alimento que será consumido no café.

As meninas aprendem as tarefas domésticas e, a cada refeição, as mulheres adultas, jovens ou acima de mais ou menos uns cinco anos já preparam os alimentos. Aquilo que, para um olhar desavisado de quem não convive na comunidade, parece uma brincadeira de criança, para eles significa o prosseguimento das tradições. Elas executam as tarefas cotidianas que pertencem às mulheres. O aprendizado se dá a partir dos ensinamentos dados pelas mães, tias, irmãs mais velhas ou avós. O dia a dia das mulheres ocorre basicamente nos

espaços externos das suas casas, local onde se dedicam à produção dos alimentos, aos cuidados com as crianças e à produção de artesanato. Na volta do fogo de chão é que acontece a maior parte da sociabilização e do desenvolvimento do modo de ser guarani.

Produzir o alimento é uma tarefa natural, amassam a farinha de trigo com a água para depois dar a forma e assar o *mbojapé* nas brasas do fogão de chão. Ninguém discute se quer ou não preparar a comida. Quando estava junto delas percebi tranquilidade e agilidade no desempenho da tarefa.

Além de aprenderem a cozinhar, as meninas desde pequenas auxiliam nos cuidados com os bebês e crianças menores, aprendem a lavar roupas e os utensílios domésticos. Para os Mbyá não há compromisso com os horários das refeições, seja no café da manhã, almoço ou janta. Comem quando têm fome e durante o dia um e outro prepara e come o alimento sem a rigidez de fazer as refeições na hora marcada.

As concepções de horários e regras para a alimentação não estão embasadas nos costumes dos brancos, as panelas estão sempre no fogo e não há necessidade de fazerem as refeições em conjunto, geralmente elas são individualizadas, uns podem estar tomando o café e outros almoçando (TEMPASS, 2010).



Figura 22 - Sob o olhar da vó e tia Norma Romeu preparando o café.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015



Figura 23 - Graciela e Helena preparando a massa para fazer *Mbojapé*.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.

A partir dos seis ou sete anos de idade já iniciam os ensinamentos para que possam produzir as peças artesanais, geralmente colares, pulseiras e brincos. O material utilizado pode ser constituído por sementes ou missangas, que são unidas por linhas de *nylon*, utilizada nos carretéis para pescaria. O que produzem na aldeia é levado para o centro da cidade para ser comercializado ou vendido quando chegam grupos escolares (turistas) que aos poucos também começam a visitar a *Tekoa Pyaú*.

Estas tarefas cotidianas não impedem as brincadeiras, os banhos no rio e na piscina do balneário Corrente de Ouro, o qual fica localizado em frente à entrada da *tekoa* e onde também frequentam um campo de futebol improvisado, próximo a uma pequena área de mata. As brincadeiras com o quati e a capivara, criados como animais de estimação alegram os dias na aldeia.

Como pode ser percebido, há uma grande autonomia das crianças e uma liberdade de ir e vir, pois nem sempre são supervisionadas pelos adultos. Raro é ver alguma delas chorando e brigando por alguma coisa. Os meninos e meninas em idade escolar frequentam a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sargento Pedro Krinski, situada da Barra do São João, s/n, interior do distrito de Atafona. A escola não está habilitada para a educação indígena, as crianças da *Tekoa Pyaú* frequentam as aulas com os demais colegas e não têm o ensino na língua materna.

Mariano Benites é o adulto responsável por acompanhar as crianças menores que estão nas turmas da pré-escola, atuando como tradutor e auxiliando a professora.

A verdadeira escola dos Mbyá é quando se reúnem ao final da tarde na volta do fogo e os mais velhos ou o *Karaí* (líder espiritual) lhes contam sobre as histórias passadas, fortalecendo os costumes e não deixando que o modo de ser se enfraqueça, sob o risco de ser perdido completamente. Também nestes momentos são dados os conselhos aos mais jovens (TEMPASS, 2010).



Figura 24 - Conselhos e ensinamentos nos finais de tarde.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital autora, 2015.



Figura 25 - O cuidado com a capivara (Pincha).
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 26 - Gisele Benites.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 27 - No Balneário Corrente de Ouro.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 28 - Clarina e Ana Priscila. Em mais uma tarde de calor, Rio Ijuí.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.



Figura 29 - Mães e filhas. Angela e Helena. Erica e Tatiana.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2014.

Se as meninas têm as tarefas que pertencem a elas, os meninos (pequenos e jovens) também têm seus trabalhos a cumprir. A caça, a pesca, a coleta de lenha, o trabalho com a madeira, produzir o artesanato, construção e reformas em suas casas tradicionais e os cuidados com a roça são algumas das principais atividades que desenvolvem na *tekoa*. Os jovens, muitas vezes, acabam saindo para trabalhar nos arredores, carpem e ajudam em trabalhos braçais nas propriedades de vizinhos.

O relacionamento dos moradores da *Tekoa Pyaú* na localidade da Barra do São João é tranquilo. O dono do balneário Corrente de Ouro, senhor Roberto, diz ter um excelente convívio com os vizinhos Mbyá e afirma que são respeitosos e jamais tiveram alguma atitude que pudesse comprometer esta amizade. Permite que usem a piscina e o campo de futebol, localizados na sua propriedade, sem custos de entrada no balneário. A relação de reciprocidade também ocorre com pessoas que estão fora do espaço de viver com os moradores do entorno, ou seja, os vizinhos são tratados e tratam com respeito.



Figura 30 - Geovani Benites. A pesca no riacho São João.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

Assim como desempenham tarefas cotidianas na aldeia relacionadas ao trabalho e ao aprendizado para a subsistência econômica, também são os principais eleitos no que diz respeito à tradição espiritual ligada à música. A afinação dos instrumentos musicais é tarefa quase cotidiana, em que se preparam nos finais de tarde e início de noite para a realização dos ensaios do coral e as danças em frente ao pátio da *opy*. Claudio Duarte é o responsável pelo violino, e durante as atividades musicais às vezes também usa o violão. Todos os meninos aprendem a manusear os instrumentos musicais, porém alguns que não têm a habilidade ou não seguem. A música e a dança são partes constituintes do modo de ser Mbyá. A alegria, a

espiritualidade e os exercícios físicos são ordenados pelos movimentos das danças *Jeroky* e *Tangará*⁷.



Figura 31 - Ernesto - o cuidado com a lenha e o fogo.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 32 - As mãos que esculpem.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2015.

⁷ Maiores informações sobre as danças, ver Arnt, Mônica de Andrade (2010).



Figura 33 - Thiago e Guilherme.

Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 34 - Claudio Duarte.

Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

Para além das atividades cotidianas desenvolvidas na aldeia, entre os meses de agosto a novembro, as famílias ou parte delas se deslocam ao centro da cidade, para vender o artesanato na Praça Pinheiro Machado em frente à Catedral Angelopolitana e ao Museu Municipal Dr. José Olavo Machado. Espaços onde os turistas são recebidos na Região das Missões (em sua grande maioria estudantes do Ensino Fundamental, Médio e do Ensino Superior), os quais buscam, em São Miguel

das Missões e em Santo Ângelo, ampliar os conhecimentos e visualizar *in loco* as informações obtidas nas salas de aulas.

Os moradores da *Tekoa Pyaú* interagem com os turistas através da mediação encaminhada pela agência de turismo Caminho das Missões que formata roteiros e inclui a apresentação do coral *Tape Porã* ou a visitação na aldeia. Em Santo Ângelo, a experiência relacionada à atividade turística é recente, gera renda econômica para a comunidade. A ideia é ampliar e manter esta atividade, na medida em que os moradores da *Tekoa Pyaú* percebam ou não os seus benefícios. Em outros momentos, estas atividades já foram coordenadas por demais agências e órgãos públicos de diversas instâncias fomentadores de projetos ligados ao setor turístico, na *Tekoa Koenju* situada no município de São Miguel das Missões.

Os contatos com os turistas foram pensados por Anildo, como uma possibilidade de auxílio financeiro à comunidade e também de divulgação da cultura Mbyá. Assim que conseguirem a nova terra, onde tenha mata e espaço suficiente pretendem conseguir implantar atividades que possam estar relacionadas aos costumes e tradições da caça, pesca, uso de plantas medicinais e trilhas a serem percorridas na *tekoa* pelos visitantes.

Louise Prado Alfonso (2012) discorre sobre a relação entre os Mbyá e o turismo na Região das Missões, mostrando em parte a trajetória sobre a organização das rotas turísticas que envolvem a integração dos quatro países componentes do Circuito Internacional das Missões Jesuíticas (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). Bem como, trata das percepções dos indígenas a respeito da inserção do turismo em suas aldeias como uma atividade que possa gerar renda às suas comunidades.

A implantação de atividades turísticas nas aldeias indígenas já é algo comum em muitos lugares, cabe às pessoas que vão organizar e idealizar os projetos junto às comunidades terem a sensibilidade de pensar sobre as relações humanas a serem estabelecidas entre os que recebem e os que visitam (ALFONSO, 2012). Esta é uma das possibilidades para autossustentabilidade na *Tekoá Pyaú*, a ser pensada e organizada, se for de consenso e ao encontro dos anseios da comunidade indígena.

Outra situação, que ocorre com frequência, é a saída de Anildo quando é convidado para falar sobre a cultura Mbyá. Nas escolas municipais, estaduais ou privadas de Santo Ângelo e municípios vizinhos, geralmente cobra um valor em dinheiro e solicita a doação de alimentos, roupas, calçados etc. As fontes de renda,

que sustentam as famílias desta *tekoa* hoje, são: a bolsa família, aposentadoria de Norma Romeu, venda de artesanato, e saídas para trabalhar nas proximidades como ajudantes de serviços agrícolas – nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2015 alguns foram trabalhar na colheita da uva no município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. A situação econômica e de subsistência é um dos problemas gerados pelo espaço pequeno de terra na área em que estão temporariamente colocados, já que a prática da agricultura por ora está inviabilizada.

Sobre as questões de desenvolvimento sustentável das sociedades indígenas, Azanha (2002) comenta sobre a inserção destas no mercado e as alterações no modo de produção, sendo destinadas principalmente à comercialização, afetando o tempo das atividades cotidianas de subsistência e a prática dos rituais. Portanto, há que se ter cuidado quando se pensa em gerir projetos de etnodesenvolvimento e de sustentabilidade nas aldeias. O sair para trabalhar nas áreas externas da *tekoa* representa também menos tempo para se dedicar à plantação, à caça e a outras atividades tradicionais que ocorrem nos seus espaços de viver.

As situações cotidianas da *tekoa* que representam os movimentos e a interação entre a comunidade indígena e não-indígena, são extremamente relevantes para os Mbyá. Ao observar o cotidiano, percebe-se a constituição das crianças como indivíduos que compartilham valores e tradições passados de geração em geração. Elas aprendem desde muito cedo que, embora as adversidades aconteçam, no espaço da família extensa encontram a base para crescer e seguir o sistema tradicional. Desta forma, os adultos são responsáveis, através do exemplo e das ações concretas, pelo fortalecimento e prosseguimento da luta em favor da conquista de seus direitos na sociedade brasileira e da manutenção do modo de ser.

A seguir, no último capítulo, serão detalhadas informações referentes aos acontecimentos que desencadearam a concretização da compra da terra Mbyá. As ações dos órgãos do Estado e dos agentes externos que estiveram envolvidos no encaminhamento do processo junto ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Versará, ainda, sobre a organização da infraestrutura para a instalação da comunidade e o dia em que fizeram a mudança do Distrito de Atafona para o Distrito da Ressaca da Buriti.

3 A semente germinou, cresceu e deu fruto: a nova realidade da *Tekoa Pyaú*

Não procuro encontrar argumentos ou uma justificativa plausível que explique as caminhadas, elas continuam acontecendo, porém de um modo silencioso, considerando que inúmeros guarani se movimentam de um tekoá (lugar de morada) a outro, ou ainda buscando novos lugares para assentar um tataypy rupá (assento do fogo), em busca de melhores condições de vida, seja material ou espiritual. O guarani não para, pois mesmo as caminhadas individuais, por razões pessoais, é andar, ativar os mesmos princípios da filosofia do caminhar sobre a terra, que lhe foi dada por Nhanderu ete (Deus verdadeiro). Potencializa a sua humanidade quando a caminhada o situa entre o teko (modo de vida) divino e o humano. Por isso friso a importância do nhanderu (orientador espiritual) terreno, é ele quem percebe qual o tipo de humanidade de quem chega no tekoá, seu histórico de caminhada indicará se é bem vindo ou não (MACHADO, 2015, p.176-177)

No capítulo 3, exponho informações relativas aos trâmites que culminaram na compra de quinze hectares de terra para a comunidade Mbyá. Destarte, a narrativa que será apresentada, a seguir, engloba dados relativos aos caminhos legais que geraram a instauração do Inquérito Civil no MPF, negociações, organização da infraestrutura e, por fim, a mudança da família Romeu do “acampamento” situado na Barra São João para o distrito da Ressaca da Buriti, no município de Santo Ângelo.

Para organizar este capítulo, foram acessados os documentos disponibilizados pelo Ministério Público Federal (MPF) e analisados os seguintes materiais: Projeto de geração e renda, Estatuto de criação da Associação Guarani Tekoa Pyaú, procedimentos de negociação entre os compradores e os vendedores da área de terra, documento de transmissão da escritura pública da propriedade e demais informações constantes no IC (Inquérito Civil) relativas ao atendimento de saúde, educação e assistência social para os moradores da *tekoa*.

Os registros do dia da mudança, ocorrida no dia 13 de janeiro de 2016, estão disponibilizados em fotos e vídeos feitos por Anildo e Mariano. As narrativas dão conta de evidenciar o ponto central desta dissertação (a compra da terra e a mudança) e explicitam a conquista de um sonho pensado e projetado a muitas mãos e ideias.

Nos anexos, constam alguns dos principais documentos disponibilizados no Inquérito Civil 1.29.010.000035/2014-60, com o objetivo de facilitar, aos possíveis interessados, consultas posteriores sobre a fundação da *Tekoa Pyaú* (Nova Aldeia). As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pela organização do Projeto de

geração e renda, criação da Associação, negociação e compra da terra, construção da infraestrutura na terra adquirida e mudança das famílias.

Ao retomar parte dos acontecimentos já descritos, rememoro as palavras de Floriano Romeu, quando se referiu ao fato de estarem iniciando uma jornada que levaria à realização de um sonho, dizendo: “Aqui iniciamos uma semente” e deixou explícito aquilo que ele e seus familiares almejavam. Precisavam de uma quantidade de terra suficiente para construir suas moradias, a *Opy*, um lugar para o plantio dos alimentos de subsistência e um espaço para circularem livremente em meio a mata, próximo de um rio. Ou seja, o pequeno terreno, “emprestado” pela Prefeitura Municipal, foi um espaço provisório, até que a compra de uma fração de terra maior se tornou realidade e, finalmente, a *Tekoa Pyaú* foi estabelecida em um local escolhido por eles.

Retomei meu diário de campo inúmeras vezes. As leituras que fiz de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) serviram como uma espécie de “conselho”. Suas palavras sugerem a importância do rememorar,

[...] costumo dizer aos meus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p.34).

Ao reler meu diário e anotações escritas em pequenos bilhetes, capas de caderno, em meio aos livros e distribuídos dentro da minha casa, trago de volta ao presente memórias dos dias em que estive convivendo no acampamento da *Tekoa Pyaú*. Numa tarde em que cheguei na aldeia, acompanhada de um amigo que me deu carona e também é conhecido da família Romeu, Floriano convidou para sentarmos e tomar mate. Durante as nossas conversas, comentou sobre a minha disponibilidade de ficar na aldeia e conviver com eles,

Estela decidiu morar uns tempos por aqui como uma Mbyá, não vamos dizer todas as coisas para ela, como vai viver aqui, vai conhecer um pouco da nossa cultura olhando como se vive na *tekoa*. Ela é a primeira branca que veio aqui nesta *tekoa* para conhecer verdadeiramente nossa cultura, porque dorme aqui, come aqui, passa o dia aqui e já vai sabendo dos nossos costumes. É importante para nós, alguém querer viver com a gente porque aí sabe certo de como vivemos. Não adianta alguém só passar meia hora

aqui e sair dizendo que conhece como nós vivemos (Interlocutor Floriano Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

Embora tenha clareza de que não estou vivendo como uma Mbyá, as palavras de Floriano soaram fortes e fizeram repensar minha presença junto da comunidade e as minhas responsabilidades quanto ao papel de observação e análise, afinal este é o meu ofício como antropóloga num campo de pesquisa. Estas palavras, na época, não me possibilitaram ter a exata noção de seu significado, mas, passado algum tempo, percebi que neste dia tive uma aula de etnografia. Estar no campo de pesquisa pressupõe também ser observado. Refleti sobre a ideia de Gonçalves da Silva (2006, p.71) ao afirmar que,

[...] na observação participante é importante considerar, enfim, que o antropólogo também é observado pelo grupo, que geralmente procura “socializa-lo” ensinando-lhe os códigos de conduta e a forma mais adequada, do ponto de vista do grupo, de realização dessa participação e observação.

A impressão de que era observada pelo grupo, principalmente por Floriano Romeu ficou clara neste momento. Os ensinamentos trazidos pelas palavras que me colocavam na situação de aprendizado, com o tempo, foram sendo devidamente entendidas.

Ao observar e ouvir os movimentos na *Tekoa Pyaú*, percebi que, ao conviver neste espaço, precisava, por minhas próprias “pernas”, analisar e entender a “verdadeira cultura Mbyá” que se mantém e reafirma-se, independentemente do lugar e da maneira como estão estabelecidos. Martins Machado (2015) faz uma reflexão sobre o ter ou não ter um pedaço de terra; para ele, mesmo nos acampamentos em beira de estrada ou em terras de pouco espaço, a vida segue e vai sendo reinterpretada, ressignificada; desta forma, a manutenção cultural dos Mbyá está sempre assegurada.

Agora, resta pensar qual o significado deste momento em que Floriano salienta ao outro a minha presença na *tekoa*. Sei que conviver um tempo dentro da comunidade Mbyá representa o compromisso de repassar informações concretas e corretas sobre o que eu pude presenciar, creio que este seja um dos caminhos apontados por Floriano. Considero a simbologia que está posta na fala de Floriano, quando comunica ao outro a minha disposição em estar na aldeia como uma troca de expectativas entre sujeitos que interagem, um na qualidade de observador e

posteriormente “escritor” e o outro na posição de interlocutor que sabe que terá sua fala transposta para o papel e ela passará a ser a sua história. Augé (2006, p.51) afirma,

[...] la cuestión de la escritura no es ni accesorio ni periférica. Radica en el corazón de la disciplina antropológica. Al escribri, el antropólogo presenta ante otros la realidade que describe; la transforma em um objeto antropológico que expone para uma discusión y que propone para la comparación.

Creio que voltar no tempo e relembrar as palavras de Floriano Romeu, relacionando-as com as palavras de Augé (2006), se fez necessário na medida em que a pesquisa avançou e os acontecimentos foram tomando forma. A impressão é de que havia uma certeza da chegada do dia em que conseguiriam a nova fração de terras. Como vinha acompanhando estes movimentos desde o ano de 2013, quando a família chegou a Santo Ângelo, agora parece que minha responsabilidade em fazer este registro escrito de fato era real.

Os diálogos e detalhamentos das próximas informações dão conta de elucidar os passos dados pelos Mbyá e pelos representantes dos órgãos públicos e alguns integrantes da comunidade santo-angelense rumo à resolução da questão relativa à aquisição da terra destinada para a instalação da *Tekoa Pyaú*.

3.1 Diálogo com o Ministério Público Federal: Instauração de inquérito civil

As discussões em torno das questões de terras no estado, envolvendo os Mbyá, Kaingang e, mais recentemente, os Charrua, não é algo atual. Muito pelo contrário, as lutas em torno das expropriações, da busca de novos espaços e as discussões sobre negociações e demarcações são debatidas a longa data, (SIMONIAM, 1993; GARLET, 1997; SOUZA 1998; SOARES, 2012).

O papel do MPF é determinante no que diz respeito à defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, inclusive no que concerne aos locais adequados para que as pessoas possam se estabelecer e habitar diferentes espaços territoriais. Araújo e Leitão (2002) salientam que, a partir da Constituição de 1988, o Estado criou e delegou através do Ministério Público Federal (MPF) uma série de ações para atender as demandas jurídicas dos povos indígenas. No princípio, os Procuradores da República estavam mais centralizados nas capitais dos estados; posteriormente

as Varas da Justiça Federal foram sendo ampliadas e espalhadas para outras cidades do interior. Com o objetivo de assegurar e melhorar os atendimentos, o MPF agregou assessores técnicos de diversas áreas, incluindo também antropólogos, arqueólogos e demais profissionais habilitados para tratar das questões indígenas (ARAÚJO & LEITÃO, 2002).

Inserido neste contexto de ampliação das Varas da Justiça Federal, o MPF e o MPT, sediados em Santo Ângelo, atuam numa região de abrangência de mais de trinta municípios. O auxílio destas duas instituições foi determinante no caso da compra da terra e a mudança das famílias da *Tekoa Pyaú* para um local mais adequado.

Diante das informações, aos poucos explicitadas, retomar algumas ideias sobre as tratativas e as negociações com o governo municipal, durante a gestão do prefeito Eduardo Loureiro (2005-2012), parece ser importante. De acordo com informações fornecidas por Paulo Joel Bender Leal, em entrevista concedida no dia dezenove de fevereiro de 2015, relata que por sua iniciativa ajudou a criar uma comitiva (não especificando o ano que foi feita esta visita) para conhecer a Aldeia Alvorecer – *Tekoa Koenju* e a cultura Mbyá Guarani.

Fizeram parte desta: Eduardo Loureiro, Carlos Pipi, Tadeu Martins, Geovani Lima. Durante a visita, tiveram a oportunidade de conhecer e conversar com Floriano Romeu, que ainda era cacique nesta aldeia, encontro que marcou o contato do prefeito Eduardo Loureiro com os Mbyá. A seguir, Paulo J. B. Leal fala sobre a situação de desgosto vivenciada por Floriano durante o período em que exerceu a função e foi destituído do poder de cacique, decidindo assim, passado um tempo, partir para a Argentina. Rapidamente, Paulo também comenta que, após um período fora do Brasil, Floriano retornou para o estado do Rio Grande do Sul e solicitou ajuda para contatar com o prefeito Eduardo Loureiro e o MPF, em busca de um espaço para trazer sua família para a Região das Missões. Vários contatos foram feitos neste período em que Eduardo exerceu a função de prefeito, mas Floriano efetivamente não obteve o apoio necessário para vir morar em Santo Ângelo.

O que de fato interessa destas informações, repassadas por Paulo J.B. Leal, é que, independente da posição política no poder, Floriano buscou manter o diálogo para conseguir um espaço no município, evidenciando-se, assim, o seu transitar entre os espaços públicos federais e municipais.

Os contatos, com o MPF e com o poder público municipal, foram mantidos durante a gestão do prefeito Luis Valdir Andres (gestão: 2013-2016) e se intensificaram. Floriano, acompanhado por seu filho Anildo e o advogado Paulo J. B. Leal buscou junto ao prefeito, um espaço para que pudessem vir morar em Santo Ângelo e, conforme já explicitado no capítulo 2, o terreno foi cedido possibilitando, desta forma, a vinda da família Romeu. Paulo J. B. Leal comenta sobre a reunião que ele, Floriano e Anildo tiveram com o prefeito Luis Valdir Andres,

[...] Até que então agora depois que o Andres assumiu a prefeitura, então o Floriano mais uma vez fez contato, olha Paulo tem possibilidade de conseguir uma terrinha [...], aí então depois quando o Andres assumiu, veio o Floriano e o Anildo. Fizemos uma reunião e o prefeito nos recebeu e em trinta dias ele cedeu a área (Interlocutor Paulo Leal, entrevista concedida em 19/02/2015).

Para concretizar a busca por um espaço definitivo para a instalação da *Tekoa Pyaú*, Paulo, na rede externa de auxílio à comunidade Mbyá, foi o primeiro a agir ajudando nos contatos e nas negociações. Outras pessoas também foram de fundamental importância neste processo e serão citadas ao longo da escrita, de acordo com a exposição das etapas que culminaram com a compra da terra.

Após a chegada da família Romeu no terreno cedido pela prefeitura municipal, a decisão de Floriano Romeu e Paulo J.B. Leal de entrar em contato com o Ministério Público Federal, no dia dez de março de 2014, gerou um Procedimento Preparatório e instauração do Inquérito Civil, (PP) 1.29.010.000035/2014-60 (Anexo A).

Cinco meses após diligências e respostas das instituições que foram instadas a se manifestar sobre a comunidade indígena guarani, conforme Portaria IC 35/2014, folha 1 A, página 1, de 27 de agosto de 2014, foi instaurado o Inquérito Civil (IC), MPF – Procuradoria da República, no Município de Santo Ângelo/RS, Procurador da República Osmar Veronese, tendo como,

Objeto: acompanhar as medidas a serem tornadas pelos Órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer a área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, caso assim determinem os estudos antropológicos e os demais requisitos legais.

Câmara/PFDC: 6º Câmara de Coordenação e Revisão - 6º CCR.**Representantes:** Floriano Romeu e Paulo Joel Bender Leal.

Representados: FUNAI, Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, outros.

PP originário: 1.29.010.000035/2014-60

A partir deste, as instituições deram retorno das solicitações encaminhadas através do IC, as negociações foram iniciadas e, aos poucos, tomaram maiores proporções. A responsabilidade de pesquisar, organizar, fiscalizar, mediar os contatos com MPF e MPT e acompanhar a execução do projeto de geração de renda e trabalho até sua implantação final, ficou a cargo da senhora Genelucia Dalpiaz que se comprometeu assinando um termo junto ao MPF.

No Inquérito Civil (IC), consta uma série de documentos considerados importantes fontes e estão organizados e arquivados de acordo com a sequência de atos que foram requeridos junto ao MPF. A primeira etapa da negociação da terra está descrita na instauração de Procedimento Administrativo Cível e, logo a seguir, são apresentados ofícios expedidos pelo MPF, respostas de ofícios, diligências, relatórios, atas, certidões, despachos, projeto: terra guarani: Aldeia Tekoa Pyaú (Aldeia Nova), Estatuto da criação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, documentos comprovantes da negociação da terra e da verba financeira, escritura pública de compra e venda e outros que estão anexados no IC 35/2014.

O Inquérito Civil, até o presente momento, está constituído de duzentas e vinte e oito páginas e está disponibilizado para consulta pública mediante solicitação prévia no MPF – Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo/RS.

3.2 Elaboração do Projeto de geração de renda e trabalho

O projeto Terra Guarani: Aldeia Tekoa Pyaú (Aldeia Nova), constante no Anexo B foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania. Santo Ângelo – RS.

A responsável pela elaboração do documento foi a secretária Genelucia Dalpiaz, que contou com a colaboração e com instruções de ordem técnica do funcionário da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) – CTL (Coordenação Técnica Local) – Cruz Alta – Rio Grande do Sul, Paulo Sendeski. Esta CTL está subordinada à Coordenação Regional do Litoral Sul, sediada no município de São José – Santa Catarina.

No dia 20 de outubro de 2015, em entrevista gravada e autorizada para divulgação, pela Secretária de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, vários temas foram comentados. Sobre a elaboração do Projeto de geração de renda e

trabalho, explica que este foi o primeiro passo para dar início aos trâmites legais que originaram a compra da terra para a Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú.

Conforme relato de Genelucia Dalpiaz, após procurar o MPF e ser recebida pelo Procurador da República Osmar Veronese, debateram sobre as possibilidades de buscar as verbas para a compra das terras que seriam destinadas à comunidade Mbyá de Santo Ângelo. Após este primeiro contato, Osmar Veronese solicitou que fosse marcada uma reunião no MPT. Na ocasião, o Procurador do Trabalho em exercício, Roberto Portela Mildner, ponderou que só seria possível conseguir uma verba para a compra da terra mediante a elaboração de um Projeto de geração de renda e trabalho.

Após esta primeira reunião com o Procurador do MPT, a Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Cidadania deu início a elaboração do projeto, contando com o auxílio do Coordenador da CTL – Cruz Alta.

Genelucia Dalpiaz informou que o desenvolvimento do projeto ocorreu logo após o contato com o MPT, ou seja, ainda no ano de 2014 foram dados os passos iniciais para que o mesmo fosse concretizado e entregue no MPF e no MPT. Sobre o projeto, ela esclarece,

[...] o projeto tem que acontecer. No projeto foi escrito sobre plantar o que os guarani usam para manter os seus costumes, que é a erva mate, árvores frutíferas, alimentos, isso tudo tem que acontecer. Eu sou responsável para que o projeto aconteça, inclusive assinei um compromisso com a Procuradoria Federal, com as duas me comprometendo que o projeto vai acontecer. [...] O projeto da terra foi iniciado logo que eles chegaram aqui, o primeiro passo foi o projeto. Ai eu cheguei lá no Dr. Roberto, o Dr. Roberto disse assim, oh o Veronese já falou comigo, eu posso até achar um jeito isto nunca aconteceu, achar um jeito de comprar a terra para a aldeia indígena, só que assim secretária como é um dinheiro do Ministério do Trabalho a senhora vai ter que criar um projeto onde tenha geração de trabalho e renda porque senão não tem dinheiro para nada. Não pode ser um projeto para comprar a terra e deu. Então a senhora volta para a sua secretaria e crie um projeto de geração e renda. Aí como eu conheço o que é a cultura o que eles produzem, o que que é da cultura guarani eu fiz um projeto de geração e renda dentro da cultura deles. Eu levei o projeto e entreguei para os dois e ficou lá, quase dois anos e eu indo lá, incomodando e pedindo, quando é que sai? Quando é que sai? Aí depois quando conseguiram as verbas, o projeto só foi anexado (Interlocutora Genelucia Dalpiaz. Entrevista concedida em 20/10/2015).

De acordo com a fala da secretária Genelucia Dalpiaz, é possível perceber que a elaboração e a execução do projeto ocorreram em momentos distintos e foram de extrema importância para que a terra da Nova Aldeia pudesse ser adquirida. A ajuda da FUNAI – CTL – Cruz Alta, representada pelo funcionário Paulo Sendeski,

foi fundamental no que diz respeito às orientações de ordem técnica. O Procurador da República Osmar Veronese deixa bem claro qual foi o papel da FUNAI em relação à aquisição da terra, em entrevista concedida no dia dezesseis de outubro,

[...] a FUNAI na aquisição da terra, olha a FUNAI nos deu umas opiniões assim, nos deu uma direção de fazer, a ideia da associação nós conseguimos até. Não foi propriamente quanto Instituição, o servidor da FUNAI disse, olha tem uma experiência que deu, que andou em determinada região, então vocês podem trabalhar com isto. Foi importante neste encaminhamento e dizer assim. Oh a FUNAI não vai demarcar já, a FUNAI não tem condições do ponto de vista burocrático de resolver isto já se vocês passarem o dinheiro, ao menos foi franco, a gente não tem caminhos, não tem instrumentos na mão para resolver isto já. Então por isso a gente procurou este lado da associação privada para viabilizar rapidamente, até porque o recurso já estava nas mãos da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal que foi parceira também na liberação a partir do pedido dos membros do Ministério Público (Interlocutor Osmar Veronese, Entrevista concedida em 16/10/2015).

O Projeto está em execução e, após a compra e a posse da terra, deverá seguir cumprindo com os objetivos propostos. As atividades prioritárias estão vinculadas ao plantio para a produção de alimentos, criação de animais, plantio de árvores nativas, frutíferas e taquaras que serão destinadas à produção de material e confecção do artesanato.

3.3 Fundação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú

A fundação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, registrada oficialmente no dia seis de julho do ano de 2015, tendo como finalidade: apoiar seus associados e promover a defesa de seus direitos por meio de ações assistenciais de desenvolvimento educacionais e políticas nas áreas da saúde, educação, agricultura e meio ambiente, representou a real possibilidade de realizar a compra da terra. Foi o modo legal encontrado para encaminhar a destinação das verbas financeiras do MPF e do MPT.

As ideias e as possibilidades sobre como encontrar a forma ideal para agilizar o processo de compra da terra foram debatidas basicamente pela secretária da Assistência Social, Trabalho e Cidadania, pelo Procurador da República Osmar Veronese e o funcionário da FUNAI - CTL – Cruz Alta. Paulo Sendeski aconselhou a criação da Associação, baseada no exemplo de outra situação ocorrida na Terra Indígena de Mato Preto – *Tekoa Ka'a ty*, situada na região Norte do estado, nos

municípios de Erebango, Getúlio Vargas e Erechim. No Anexo C constam Ata de fundação, Estatuto da Associação e Ofício de Registro de Pessoa Jurídica.

Assim que as verbas foram disponibilizadas pelo MPF e MPT, tornou-se urgente achar uma forma legal para a compra da terra. A iniciativa de reunir os moradores da *Tekoa Pyaú* e explicar a situação sobre a fundação da Associação também coube à secretária da Assistência Social, Trabalho e Cidadania. Sobre a importância da Associação e os detalhes da sua fundação, Genelucia Dalpiaz comenta,

[...] para gente comprar a terra, depois de ter enviado para o MPF para solicitar a verba para comprar a terra, a gente ficou esperando quase dois anos para que o Procurador – Dr. Veronese conseguisse a verba. Quando conseguiu o dinheiro tinha duas coisas, primeiro era escolher a terra, o local onde seria comprado, com o valor que nós tínhamos que não era muito dinheiro e a terra do município é cara. [...] Veio a tal da questão como vamos fazer para comprar esta terra para a aldeia guarani, já que na verdade a aldeia tem o reconhecimento da FUNAI mas como acampamento ainda. E como pela FUNAI os trâmites legais que a gente se informou demoram muito e nós tínhamos pressa, tinha que se criar outra maneira de se fazer essa compra da terra para os Guarani. Pela prefeitura não pode, não poderia também, aí descobrimos pela FUNAI de Cruz Alta que na aldeia de Mato Preto, onde foi alagada pela hidrelétrica quando comprou-se terra para repor a terra que foi alagada pros Guarani de lá se criou a Associação e foi comprada no nome desta associação. Aí, a partir daí se pensou em criar a associação, a documentação eu me responsabilizei de fazer que era criar a associação, criar o estatuto, criar toda esta parte de documentação, mas tudo com eles. [...] O Anildo e o Floriano foram escolhendo os membros, o Anildo ficou presidente por ser cacique, aí ele escolheu o Mariano de secretário que é o que assina junto, e os demais membros todos da aldeia que participam todos juntos, a gente faz as atas e todos eles assinam. [...] A associação foi criada porque a gente não tinha como comprar a terra, não podia comprar a terra no nome do Anildo, tinha que ter uma garantia para o Estado, porque por exemplo assim se eles dissolverem a aldeia um dia esta terra volta para a União. [...] a terra não é deles, é da Associação Indígena, se a Associação dissolver a terra volta para a União, porque é dinheiro público. [...] depois que o Dr. Veronese, os dois o Itaboraí e o Veronese conseguiram a verba, aí tinha pressa, tinha pressa de criar a Associação, vocês não imaginam a associação foi criada e registrada em uma semana (Interlocutora Genelucia Dalpiaz. Entrevista concedida em 20/10/2015).

A entrevistada comenta enfaticamente sobre o auxílio prestado por Paulo Sendeski (servidor da FUNAI), que sempre lia e dava seu parecer a respeito da elaboração dos documentos necessários para dar prosseguimento ao Projeto da compra da terra para a comunidade Mbyá, em Santo Ângelo, bem como da constituição da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú. É possível perceber o empenho da secretária Genelucia Dalpiaz no que diz respeito à assessoria a

comunidade Mbyá. Ao buscar o apoio do MPF e assinar o termo de compromisso junto ao MPF e MPT, acabou “abraçando” a causa da compra da terra. O auxílio buscado junto a FUNAI – CTL de Cruz Alta também foi fundamental para que a documentação fosse organizada de acordo com a necessidade.

Embora a ação da FUNAI, representada por seus servidores, seja morosa e esteja atrelada aos entraves burocráticos da política governamental, nem sempre atuando em tempo ágil e hábil na defesa e auxílio dos povos indígenas do Brasil, convém salientar que, em certas situações, parece haver alternativas para minimizar estes efeitos. No caso específico deste registro da fundação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, pode-se afirmar que a Coordenação Técnica Local – Cruz Alta prestou relevante assessoramento ao dialogar com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, auxiliando conforme a competência local atribuída a esta CTL, o que na verdade não constitui “algo fantástico”, mas sim o desempenho das tarefas de competência dos órgãos públicos.

Sobre a fundação da Associação, Anildo salienta o quanto Genelucia Dalpiaz foi e é muito importante para ele e sua família. Ao tomar a frente para organizar os papéis e sentar com a comunidade para explicar a necessidade e a importância da criação da associação, auxiliou com importantes informações para que esta comunidade possa reivindicar outros direitos não diretamente relacionados à aquisição da terra.

As conversas e negociações sobre as necessidades (saúde, educação, assistência social, transporte, etc) sempre são solicitadas pelo cacique Anildo. Como líder político, ele tem o papel de estabelecer o contato com os *juruá* e manter o diálogo com os agentes externos após discussões internas na aldeia. Assim também acontece nas demais aldeias Mbyá, os líderes políticos precisam dar conta das reivindicações e anseios das famílias que vivem em uma mesma *tekoa* (SOARES, 2012).

As ações em conjunto com MPF e MPT concretizaram em pouco menos de dois anos a compra dos quinze hectares de terra para a instalação definitiva da Nova Aldeia. De fato, é possível observar que o respaldo desta ação conjunta constituiu uma rede de alianças externas que os Mbyá percebem como fundamental na busca de seus direitos. A agilidade da compra da terra está fundamentada no empenho não só da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Cidadania, mas sim

de uma equipe que se dedicou pessoalmente na busca de soluções práticas para melhorar as condições de vida das famílias residentes no acampamento.

A criação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú está inserida num contexto de mudanças, nas quais os povos indígenas passam a ser inseridos dentro das formalidades do Estado. Luciano (2006, p.67), discorre sobre o surgimento destas organizações ou associações,

Organização ou Associação Indígena é uma modalidade formal e institucionalizada de organização que os povos indígenas têm adotado nos últimos 30 anos – uma forma de organizar, mobilizar e articular a luta dos povos indígenas do Brasil. Atualmente, existem no Brasil mais de 700 organizações indígenas formais de diferentes níveis (comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais e etc.). Essas associações foram criadas para atender a determinadas demandas e necessidades das comunidades. As primeiras Associações Indígenas foram quase todas elas fundadas com o objetivo específico de articular a luta das comunidades e dos povos indígenas pela defesa dos seus direitos, principalmente o direito à terra, à educação, à saúde e às alternativas econômicas.

A Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú foi constituída prioritariamente para agilizar a compra da terra, mas, dentre as suas atribuições, também se constitui como um meio para seguir implementando o Projeto de geração de renda e trabalho, além de facilitar a busca de outros subsídios e benefícios implantados por órgãos do governo ou até mesmo instituições privadas. Ainda é possível afirmar que a criação destas Associações, no estado do Rio Grande do Sul, serve para agilizar a compra da terra e viabilizar pequenas Reservas Indígenas, o que, no caso, também ocorreu na região das Missões.

3.4 Os passos definitivos rumo à concretização de um sonho

A sequência de fatos e dados descritos a seguir, objetivam explicitar as ações que foram pensadas e realizadas para dar uma resposta rápida a uma situação extremamente complicada. As condições precárias de saneamento básico, o espaço diminuto, que não possibilitava o desenvolvimento das tradições, o acesso muito próximo à estrada vicinal, que liga o distrito de Atafona ao centro da cidade de Santo

Ângelo, a dificuldade em produzir os alimentos, acabavam causando uma série de desequilíbrios no *ñande reko* (modo de ser) dos Mbyá residentes da *Tekoa Pyaú*.

Se, através de uma analogia, Floriano afirmou “aqui iniciamos uma semente”, pode-se dizer que agora a semente, depois de germinada, está em pleno crescimento. As iniciativas do poder público federal e do poder público municipal, representados pelo MPF, MPT e a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, foram cruciais ao unir esforços em prol da causa indígena na luta pela terra neste município. Mas o que de fato foi relevante para este acontecimento tomar forma está diretamente relacionado ao modo de ser Mbyá, a capacidade de diálogo e a persistência são as principais “armas” que, aliadas ao conhecimento de seus direitos, permitem que consigam os espaços para estabelecerem suas *tekoa*.

Definido e entregue o projeto de geração de trabalho e renda aos Órgãos Federais, posterior ao anúncio do recebimento da verba para a aquisição das terras, foram iniciadas as visitas para a escolha do local. Os contatos com as imobiliárias do município foram feitos pela secretária da Assistência Social, Trabalho e Cidadania. A secretária Genelucia Dalpiaz detalha as informações a respeito do que seria a terra ideal e as saídas a campo com os Mbyá para conhecer e avaliar os possíveis locais de compra,

[...] Quando conseguiu o dinheiro tinha duas coisas, primeiro era escolher a terra, o local onde seria comprado [...] O hectare de terra é muito caro e tinha esta coisa que tinha que ter uma área de planta, uma área de mata e tinha que ter rio, então isso dificultava muito o trabalho de escolher uma terra. A primeira coisa que foi feita, eu sai procurar terra, várias e levar os Guarani visitar e escolher a terra. Visitamos vários locais, vários dias, várias vezes, até que eles escolheram o local que é na Ressaca da Buriti. [...] Eu fui nas imobiliárias em Santo Ângelo, cheguei lá e falei que eu precisava de uma terra para fazer um projeto, porque até assim, olha todo mundo sabe não tem porque esconder, era segredo não podíamos falar por causa das tramitações legais que eram para os índios e não podia sair, então tinha mais este detalhe. Então cheguei nas imobiliárias e pedi terra que eu queria fazer um projeto da Secretaria de Assistência Social, que nós ia comprar a terra com o dinheiro federal e que a terra tinha que ter área de planta, mata e rio e tinha que ser barato. Aí as imobiliárias passaram a achar as terras e me levar para ver, daí ia eu e o pessoal da imobiliária e olhava e pedia a autorização para levar mais pessoas para olhar a hora que eu quisesse. Era no interior, então eu ia com eles aprendia o local, pegava os Guarani e ia só com eles depois para que ninguém saber que era para eles. Então daí nós íamos e visitamos uma média de dez lugares a gente visitou porque também não tem muitos lugares que se adequassem ao valor, porque até assim a gente foi avaliado entre vinte-vinte cinco o hectare onde a gente comprou, a gente pagou em torno de oito mil o hectare pelo valor que tinha em dinheiro, então saiu lá muito barato. [...] íamos visitando, não tinha dia e hora, com chuva e sem chuva. [...] Inclusive teve um caso de uma terra que eles gostaram muito, que tinha ficado entre esta terra e esta de agora, que

era lá no Entre-Ijuís na Serra de Baixo e quando a gente foi fazer o contrato de compra e venda e eles descobriram que era para índios, se negaram a vender. Os proprietários se esconderam de mim e não me atendiam mais. [...] Passamos juntos a discriminação, porque quando descobriam que era não queriam vender e eles muito legal, porque eles aguentam firme a coisa da discriminação e não revidam [...] eles aguentam e isso é bem triste. Depois quando não deu certo esta do Entre-Ijuís, o Anildo me disse é aquela lá que nós olhamos lá, lembra porque foi uma das primeiras que a gente olhou, e o dia que a gente chegou nesta terra, que a gente subiu onde eles querem fazer as casas, o Floriano parou no meio lá no local onde ele quer a casa dele e disse assim: “nossa eu senti uma coisa aqui”, e daí até eu fiquei arrepiada, a gente sentiu algo diferente lá e daí até ele tinha me dito, nós podemos olhar um monte de terra mas esta eu gostei, [...] eles escolheram o lugar (Interlocutora Genelucia Dalpiaz. Entrevista concedida em 20/10/2015).

O relato da secretária Genelucia Dalpiaz, uma das representantes legais no processo de compra da terra, permite compreender a dimensão das negociações estabelecidas entre as imobiliárias, os proprietários de terras e a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania. Sua fala expõe aqui duas situações, uma que diz respeito às qualidades e características que uma terra Mbyá deve conter e a segunda relativa ao preconceito.

Quanto ao local ideal de viver, a terra apropriada nem sempre é aquela sonhada, buscada de acordo com os preceitos tradicionais dos Mbyá. De acordo com Martins Machado, por meio dos rituais qualquer terra pode ser guaranizada, ressignificada, reterritorializada, curada, para proporcionar a vida boa almejada (2015, p.42).



Figura 35 - Visita e escolha de terras.
Foto: Arquivo pessoal Genelucia Dalpiaz, 2015.

A compra da fração de terra no Distrito da Ressaca da Buriti parece passar exatamente por este ritual de guaranização. Ao escolherem o seu espaço de viver, observaram as características que consensualmente são citadas por autores como Darella (2004), Ladeira (2007), Soares (2012) no que diz respeito às qualidades de uma terra boa. Quando os Mbyá tomam a decisão final da escolha da terra, que passaria a ser de propriedade da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, algumas prioridades foram evidenciadas, ou seja, a integração entre a terra, a mata e o rio eram necessárias. Assim, após sucessivas visitas dos Mbyá e da secretária Genelucia Dalpiaz em diferentes locais do município, finalmente a terra foi escolhida.

Posteriormente a escolha da terra, os trâmites legais encaminhados via MPF (Ministério Público Federal) e MPT (Ministério Público do Trabalho), determinaram a assinatura do TERMO DE DESTINAÇÃO DE VALORES COM ENCARGOS ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU (Anexo D), documento assinado no dia 21 de setembro do ano de 2015 pelos representantes legais: Procurador do Trabalho – Itaboray Bocchi da Silva, Procurador da República – Osmar Veronese, Secretária da Assistência Social, Trabalho e Cidadania – Genelucia Dalpiaz e os representantes da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú – Anildo Romeu e Mariano Benites.

O documento composto de seis cláusulas determina a destinação das verbas para a compra da terra, estabelece as resoluções sobre a impossibilidade de venda,

arrendamento, alienação e hipoteca, determina à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania e FUNAI o cumprimento total do Projeto de geração de renda e trabalho e o suporte para a mudança à nova terra. Também salienta as responsabilidades jurídicas, vedando qualquer espécie de propaganda política eleitoral, salvo os casos em que serão usadas informações e imagens de veiculação na imprensa que deverão sempre citar a origem dos recursos financeiros oriundos das ações públicas do MPF e MPT, passíveis de serem identificadas no documento de Escritura Pública de Compra e Venda, arquivada no 2º Tabelionato de Notas de Santo Ângelo. Os dois órgãos federais também exercerão o papel fiscalizador das etapas do projeto a serem implementadas futuramente.

Após os encaminhamentos ocorridos a partir da escolha da terra, a assinatura do Termo de Destinação de Valores com Encargos Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, o próximo passo foi, mediante o pagamento, transferir a terra com a Escritura Pública de Compra e Venda (Anexo E), dos antigos proprietários, Claudio Mauri Fenner e Marilene Fenner, para a Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú.



Figura 36 - Assinatura da Escritura Pública.
Foto: Arquivo pessoal Genelucia Dalpiaz, 2015.



Figura 37 - Escritura Pública em mãos, terra Mbyá.
Foto: Arquivo pessoal Genelucia Dalpiaz, 2015.

Na presença dos representantes dos órgãos do Estado, dos antigos proprietários, os Mbyá obtiveram a posse e a documentação de uma fração de quinze hectares de terra no Distrito da Ressaca da Buriti. No dia cinco de outubro do ano de 2015, a Escritura Pública foi lavrada, dando início à “outra” etapa na história da fundação da *Tekoa Pyaú*.

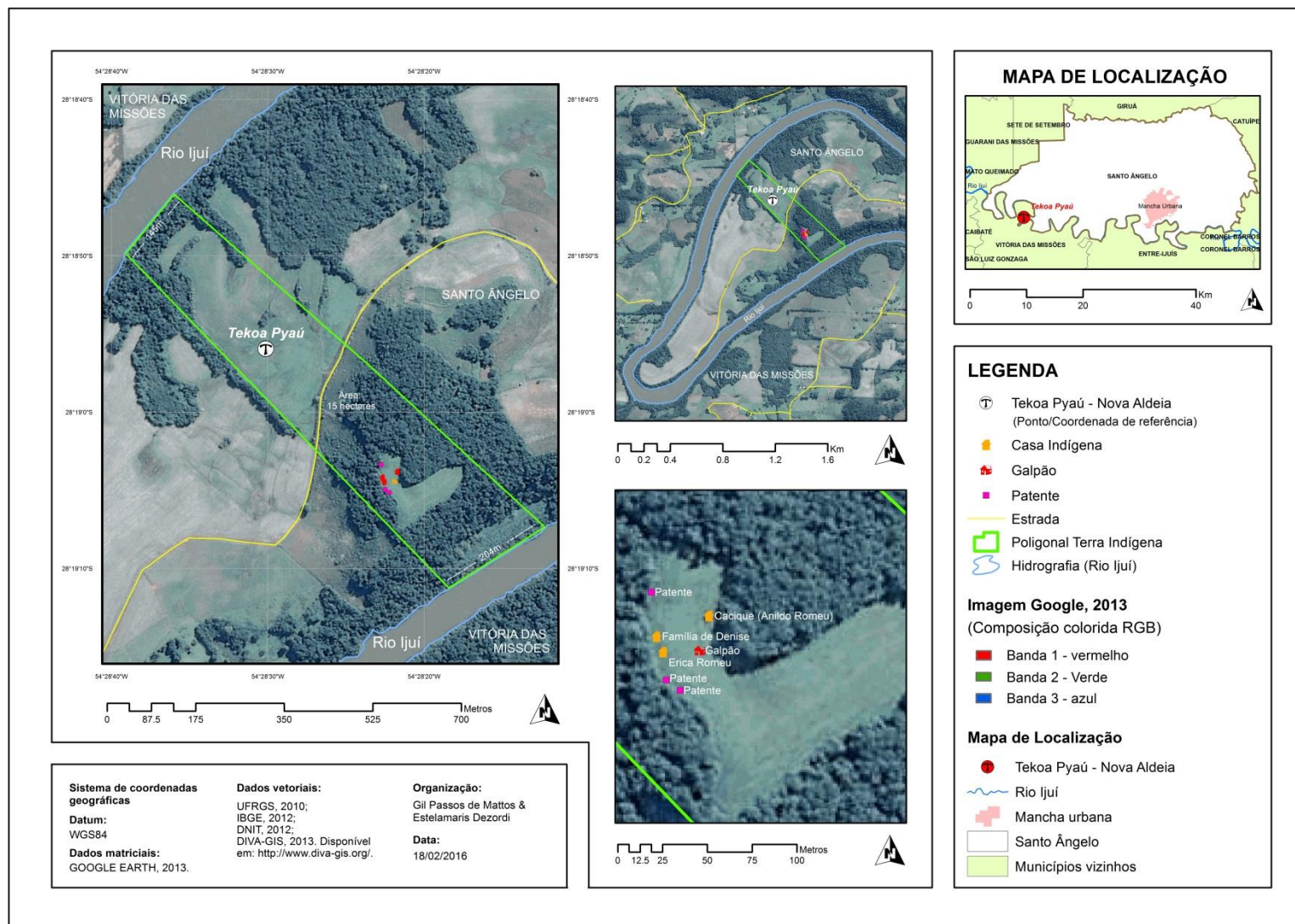
3.5 Preparando o novo lugar de viver

Conforme é possível perceber, um conjunto de ações tomadas por um grupo de pessoas ampliou e atingiu parte de seus objetivos. Encontros, reuniões, conversas rápidas, buscas de informações concretas e corretas para dar suporte legal à aquisição da terra aos Mbyá representaram a fase inicial desta trajetória. O MPF e o MPT cumpriram parte de suas funções, mas quem efetivamente seguiu envolvido neste cenário, que agora começa a ser desvelado e (re) apresentado, são os Mbyá e a Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Cidadania representada pela secretária Genelucia Dalpiaz e as pessoas que fazem parte da sua equipe para a organização da infraestrutura da *tekoa*.

O local escolhido para instalação da *Tekoa Pyaú* está situado no Distrito da Ressaca da Buriti, na margem direita do Rio Ijuí e tem parte das terras banhadas

pelas suas águas. O solo levemente ondulado é uma mescla de terras férteis com espaços impróprios para a prática de agricultura mecanizada por conter, em sua composição, uma grande quantidade de pedras (pedaços ou fragmentos de rochas). A *tekoa* está a uma distância aproximada de 30 Km do centro do município de Santo Ângelo, o acesso até o local se dá por estradas vicinais, com parte asfaltada e parte de chão batido ou encascalhadas, estreitas e, muitas vezes, intransitáveis em razão de chuva mais forte. A impressão que se tem quando se está a caminho é de que o lugar é “ruim”, porém, a aproximação da chegada mostra outro cenário.

O mapa, apresentado a seguir, permite um olhar mais amplo e claro sobre o local descrito como o novo espaço de viver dos Mbyá da comunidade *Tekoa Pyaú* e como ficou estruturada a organização espacial das famílias na nova morada. Mais adiante no texto serão descritas como ocorreram as ocupações de cada casa.



Mapa 7- Imagem do Google. Tekoa Pyaú - Ressaça da Buriti.

Com uma quantidade razoável de mata, os quinze hectares de terra, de propriedade da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú, está dividida por uma estrada de terra vermelha que dá acesso às propriedades vizinhas. Após fechado o contrato de compra e venda entre as partes interessadas, a secretária da Assistência Social, Trabalho e Cidadania, acompanhou Anildo e alguns familiares até a nova terra para definirem o local em que seriam construídas as casas e, a partir destas escolhas, marcar os pontos onde seriam feitas a instalação da rede de energia elétrica e a canalização da água.

Após estarem de posse da Escritura pública da terra, o MPF concedeu um prazo de trinta dias para que a infraestrutura básica fosse montada e as famílias pudessem fazer a mudança. As casas foram construídas seguindo um modelo implantado pela FUNAI em outras aldeias: são pequenas casas de madeira medindo em torno de 3 x 4 m, com uma divisória interna, que, supostamente, separa um quarto da área comum, uma janela em cada peça e a porta de entrada. A cobertura é de telhas de amianto, com assoalho de madeira. Também foram construídas três latrinas de madeira e cobertas com a mesma telha. Além destas edificações, foi construído um galpão maior, sem paredes laterais, com cobertura de telha amianto, que não está totalmente concluído, pois falta o piso interno, o qual é um espaço de uso comum, tanto para receber os visitantes que chegam na *Tekoa Pyaú*, como para as reuniões da comunidade Mbyá e ou atividades diversas. A verba para a compra dos materiais de construção ainda é o saldo dos valores designados pelo MPF e MPT para a aquisição da área.

A instalação da rede de energia elétrica foi realizada pela Rio Grande Energia S. A. (RGE), sem custos para a comunidade, já que foram incluídos no Programa Luz para Todos – um projeto do Governo Federal coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

Em razão do período intenso de chuvas, ocorrido na região, a instalação da rede de água e as demais instalações e construções precisaram ser prorrogadas, já que o acesso pelas estradas de interior não permitiam a chegada de caminhões e máquinas pesadas para a entrega do material. O prazo de posse da terra foi prorrogado também pelo MPF. Cheios de expectativas, víamos os dias passar e a mudança era adiada.

Norma, Edina, Floriano, Denise, Miguel, Anildo e Mariano, enfim, os mais “velhos”, responsáveis pelas famílias, ansiavam mudar rapidamente. Esses dias que ainda restaram, no acampamento na Barra do São João, foram vividos com muita euforia e vontade de iniciar mais uma “caminhada” até o novo lugar onde a *Tekoa Pyaú* foi instalada.

Numa tarde de calor insuportável do mês de dezembro de 2015, muito sol, com alguns litros de água nos deslocamos até a nova aldeia e fui convidada a ir conhecer a terra. Seguimos com uma Van conduzida pelo senhor Marino Theobald, levamos sementes de abóbora, milho, morangas e algumas mudas de mandioca que foram plantadas na chegada ao local.

Confesso que a sensação de lá chegar, junto com Silvio, Alison, Ernesto, Miguelina, Miguel, Norma, Denise, Erica, Anildo, Ana Priscila, Clarina, Tatiane, Sabrina, Helena, Thiago, Mariano, Janaina, Igor, me deixou envolvida a tal ponto que, outra vez, senti como se estivesse adentrando o primeiro dia no meu campo de pesquisa.

Neste momento, precisava voltar meu olhar para o meu ofício de antropóloga, mas também estava absorvida pelos sorrisos, pelos olhares, as corridas pequenas e mais longas, o passo apressado para chegar até o topo onde já estavam demarcados os lugares das casas, a coleta de pés de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), descascados com um pequeno canivete e os gomos divididos entre crianças, jovens e adultos. Outra vez, retomo e analiso a perspectiva da ação simbólica descrita por Sahlins (2003) sobre a ideia eraclitiana de que é impossível entrar no mesmo rio por duas vezes: percebi que vivia empiricamente esta sensação, porque neste instante de fato entendi que a cada entrada em campo, não importando o local em que estava, “jamais seria possível entrar no mesmo rio por duas vezes”.



Figura 38 - Casas em construção
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 39 - Conhecendo nossa terra.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.



Figura 40 - Organizando para instalar a rede de água.
Foto: Anildo Romeu. Acervo digital da autora, 2015.

A alegria de chegar neste lugar era expressa pelas mulheres que jogavam as sementes na terra, e pelas crianças que corriam de um lado para o outro. Olhares atentos aos construtores que edificavam as casas e, provavelmente, os pensamentos vagavam numa mistura de memórias passadas aos fatos reais que por ora aconteciam. As poucas palavras pronunciadas por Norma Romeu em Guarani, e traduzidas por Miguelina, diziam que: esta terra tinha sido sonhada e escolhida por *Ñanderu*, motivo que reafirmava e mostrava claramente a sensação de bem estar e ânimo dos Mbyá que naquele dia visitaram a terra.

Na sequência desta visita, outros tantos dias foram passados no acampamento na Barra do São João. As chuvas seguiram e, somente no início do mês de janeiro de 2016, começou a ser pensada a possibilidade da mudança. Anildo foi avisado, pela secretária Genelucia Dalpiaz, que no dia 13 de janeiro, caso não chovesse no dia anterior ou naquela manhã, por volta das onze horas, o caminhão da prefeitura municipal e uma Kombi para o transporte das famílias chegaria e finalmente a *Tekoa Pyaú* seria transferida de local.



Figura 41 - Caminhão de mudança chegando na *Tekoa Pyaú*.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.



Figura 42 - Dionisio e Erica.
Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.

3.6 Da Barra do São João à Ressaca da Buriti: 13 de janeiro de 2016

O relato, a seguir, dá conta de explicitar o momento real da transferência da sede da *Tekoa Pyaú*. Os olhares de quem chegou na aldeia para fazer o carregamento não foram suficientes para entender o que eu fazia ali. Os motoristas do caminhão e da Kombi me indagaram rapidamente para saber quem eu era e o que fazia ali. Acompanhei de perto cada passo, movimento, sorriso ou expressão de preocupação quando olhávamos para o céu e parecia que a chuva, que havia caído na noite anterior, pudesse voltar a qualquer momento.

Por este motivo, posso afirmar que no dia treze de janeiro do ano de 2016, literalmente “mudamos” nossos pertences. Anildo, ao receber o recado da data e do horário que a Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Cidadania enviaria o transporte para efetivar a transferência das famílias e carregar os objetos de uso pessoal, animais e o que mais fosse de uso no acampamento, me avisou. Um dia antes, eu estava no centro da cidade de Santo Ângelo, quando recebi um telefonema que comunicava a ocasião tão esperada.

De acordo com o combinado entre o MPF, MPT e a representante do poder público municipal, a mudança da *Tekoa Pyaú* para o Distrito da Ressaca da Buriti fecharia definitivamente a primeira etapa do Projeto de geração de renda e trabalho, elaborado com o estrito objetivo de auxiliar e possibilitar a melhoria das condições de moradia e de desenvolvimento do modo de ser guarani para as famílias acampadas provisoriamente em terras pertencentes ao município de Santo Ângelo.

Na manhã do dia doze de janeiro, andava nas ruas que permeiam o centro histórico (museu, prefeitura, catedral, praça), e, ao atravessar a Praça Pinheiro Machado, encontrei Floriano, Clarina e Ana Priscila. Há muitos dias eu não os via, tinham ido à Argentina visitar os parentes. Logo que as meninas me viram, correram ao meu encontro e anunciaram que iam mudar de lugar. Fui me aproximando de Floriano, que estava vendendo peças de artesanato na praça, nos cumprimentamos e começamos a conversar. Rapidamente me falou sobre seu passeio, relatou que decidiu ir com as meninas passear uns dias, reestabelecer suas forças espirituais e produzir algumas peças em madeira que neste momento estavam para serem vendidas.

Por volta das 14 horas, Floriano decidiu que já estava na hora de irmos para a aldeia, conseguimos uma carona e fomos para a *tekoa*. No trajeto de quatro quilômetros, percorrido lentamente, fomos conversando sobre o dia da mudança. Floriano, sempre mais reservado, ouvindo mais do que falando, comentou: “muitas pessoas não acreditavam que este dia ia chegar para nós, mas o nosso deus mostrou o caminho”. Esta fala sustenta uma série de acontecimentos que ao longo da pesquisa foram reafirmados pelo líder da família Romeu, a persistência e a habilidade em contatar com a sociedade envolvente.

A luta familiar esteve centrada pelo equilíbrio e pela união das lideranças (pai e filho). Luciano (2006) comenta sobre a coexistência das lideranças tradicionais e das lideranças políticas, das tarefas que cabem ao líder tradicional e que dizem respeito à parte interna da comunidade e ao político responsável pelos contatos externos.

Até o final da tarde, fiquei na aldeia e combinamos como seria o dia seguinte. Na manhã do dia 13 de janeiro do ano de 2016, às oito horas, estávamos reunidos na *Tekoa Pyaú*. A primeira casa na entrada é de Norma Romeu, ela estava sentada na beira do fogo de chão, mexendo as panelas e tomando o mate. Suas coisas pessoais estavam colocadas dentro de sacolas de supermercado, caixas e sacos plásticos maiores com capacidade de 50 Kg. O papagaio estava preso na gaiola, algumas aves amarradas com pequenos pedaços de pano cortados em tiras. As panelas pretas, usadas no fogo de chão, alguns utensílios e restos de comida nas embalagens também estavam separados.

Passamos a manhã na volta das casas, ora as crianças corriam atrás das galinhas, dos gatos, dos filhotes dos cães, dos patos. Todos os bichos foram levados, a capivara foi transportada no segundo dia da mudança. Anildo tinha determinado que cada família organizasse suas coisas; ele e eu fomos até o centro da cidade para comprar alguns mantimentos que estavam faltando. Conseguimos doações do supermercado e ainda uma carona de volta para a aldeia na camioneta da entrega da compra.

Neste dia, nenhuma família se organizou para fazer as refeições; foram comendo alguns alimentos que ainda restavam, biscoitos e bananas. As crianças comem constantemente quando tem o alimento disponível, os que têm idade suficiente servem-se sozinhos e ajudam os menores. Por volta das onze e trinta da manhã, chegou o caminhão caçamba da prefeitura e uma Kombi que auxiliou no

transporte das famílias. Ainda no final da tarde, veio ajuda de mais um caminhão pequeno de propriedade de Lauro Belinasso (pequeno empresário do ramo alimentício que ajudou a comunidade Mbyá desde que chegaram em Santo Ângelo).

Aos poucos, carregaram os objetos de uso pessoal de cada família, as bicicletas, bancos de madeira, enxadas e ferramentas, pequenas mesas e cadeiras. Norma, ao me receber no início da manhã, esboçava alegria; Edina, Denise, Erica, os meninos e meninas, todos estavam eufóricos. As camas e os colchões foram colocados em frente das casas de lona para serem carregados, cada um ajudava naquilo que era possível. Floriano pela manhã foi para o centro de Santo Ângelo tratar de coisas pessoais, retornou no início da tarde, quando já haviam iniciado o carregamento. Sai do local na primeira viagem de Kombi acompanhando as crianças pequenas que não podiam ajudar na mudança, Erica e Helena também nos acompanharam.



Figura 43 - Tempo de ser criança.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.

A viagem foi longa, na minha percepção, durou aproximadamente 40 minutos, mas as crianças conversavam, riam e cantavam durante todo o trajeto, com certeza, felizes, porque estavam num passeio no mínimo diferente daquelas pequenas viagens que faziam no transporte escolar. Chegamos na terra nova e os funcionários da RGE ainda faziam a instalação da rede elétrica; o motorista nos deixou no meio

da subida de acesso ao espaço central da *tekoa*. Foram feitas mais três viagens de Kombi, os caminhões demoraram a chegar, pois a distância de um local para o outro é significativa; as estradas de chão do interior de difícil acesso e o peso da carga também não permitiu que o deslocamento fosse mais rápido.

A secretária Genelucia Dalpiaz acompanhou o início da mudança na Barra do São João, retornou para a cidade em busca de lona e, em seguida, foi até o Distrito da Ressaca da Buriti para verificar o andamento da instalação da rede de energia elétrica, a luz foi ligada somente dois dias após a mudança. A rede de água potável já estava disponível. O acompanhamento da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania é frequente até porque cabe lembrar o compromisso assumido pela representante legal mediante o MPF; no desempenho desta função é que Genelucia Dalpiaz tem contato quase cotidiano com os moradores da *Tekoa Pyaú*.

A máquina fotográfica foi deixada com Anildo, que se revezou com Mariano, fazendo os registros do momento. Esta foi uma solicitação do cacique já que a ideia é produzir um material de vídeo para contar e mostrar o dia em que definitivamente se instalaram no município de Santo Ângelo. Assim, estes registros também evidenciam este momento de transição.

Enquanto estávamos à espera da chegada das outras pessoas e dos caminhões que traziam a mudança, as crianças tomaram a rápida iniciativa de acender uma pequena fogueira, com improviso de um fogo de chão no qual aqueceram água para cozinhar massa em pequena panela de ferro. Quando percebemos, eles já preparavam o alimento e buscavam água na torneira em garrafas plásticas para saciar a sede. Torno a repetir: o dia foi de extremo calor, o Sol iluminou e aqueceu.

Os homens estavam visivelmente cansados, as crianças e as mulheres mais tranquilas, mas, nem por isso, menos cansadas, queixavam-se da tarde de trabalho mais intenso ao mesmo tempo em que caminhavam pela terra e nas bordas da mata como se estivessem num ritual de conhecimento ou reconhecimento do seu novo lugar de viver. Helena, que havia chegado comigo na primeira viagem, sentou-se num banco improvisado com tijolos e pedaços de tábuas da construção e disse estar muito cansada e não conseguir se mexer dali. Denise, Edina, Erica, Norma, Janaina chegaram mais tarde, na última viagem da Kombi.

Num cenário novo, que descortinava ao nosso olhar, os objetos, os animais foram sendo descarregados no entorno do galpão sede da *tekoa*, e, aos poucos,

cada um levava os seus pertences para dentro das suas moradias. Como no momento estavam completamente prontas três casas, Anildo e seus irmãos meninos ficaram com a casa na beira da mata que segue a linha de construção do galpão; Erica e suas irmãs meninas ficaram no lado oposto do galpão; a família de Norma Romeu vizinhos com Erica; e a família de Edina ficou instalada provisoriamente no galpão. A distribuição espacial das famílias ficou estruturada mais ou menos de acordo como estavam distribuídos no antigo espaço territorial. Ainda serão feitos ajustes, pois serão construídas mais três casas de madeira na parte mais baixa da terra, local que será ocupado pela família do Mariano, Norma, Denise e Silvio.



Figura 44 - Primeiro dia na nova terra.

Foto: Estelamaris Dezordi. Acervo digital da autora, 2016.

Anildo, Ernesto, Guilherme e Thiago caminhavam e fotografavam o local, ao mesmo tempo em que falavam alto e em bom som que estavam muito felizes com este momento, pois agora tinham de fato a terra verdadeira para plantar e viver. As crianças agiam como de costume: andavam livremente com os pés descalços na terra vermelha coberta por pequenos pés de capim, gramíneas verdes e flores que nascem em meio ao chão. As mulheres sentadas, com os pequenos a sua volta, conversavam e descansavam.

Fiquei na aldeia até o final da tarde, quando, por volta de 18 horas, consegui uma carona na Kombi da prefeitura municipal para retorno ao centro da cidade. Tinha a consciência de que este era o momento final desta pesquisa e meu tempo de imersão em campo havia acabado. De Floriano fiquei com a sua última imagem, sentado debaixo do pé de bergamoteira, com os olhos cheios d'água, observando a movimentação de sua família que concretizava o grande sonho anunciado “aqui iniciamos uma semente”. Agora ela era transplantada para crescer e render belas flores e frutos.

Conclusão

A proposta inicial do estudo era dar conta de analisar e registrar o nascimento da *Tekoa Pyaú*, sediada no município de Santo Ângelo; objetivo que foi alcançado. As perguntas que deram origem à construção desta etnografia foram, em parte, respondidas. Ao acompanhar o trajeto de Floriano Romeu e sua família, posso afirmar que esta comunidade Mbyá, mais uma vez, protagoniza a história indígena na região das Missões.

Os dados analisados deram conta de entender os processos de mobilidade espacial, a trajetória sócio-histórica, os motivos que levam os Mbyá a saírem dos locais em busca de terra apropriada para se territorializarem e fundar novas *tekoa*. Assim, esta etnografia deu conta de realizar o “primeiro” registro do nascimento da “primeira” aldeia Mbyá neste município.

A entrada no campo da antropologia me reservou muitas surpresas, situações e momentos em que tudo pareceu ser de difícil compreensão e entendimento. O trabalhar com “pessoas vivas”, que apresentam características culturais próprias e estão vivendo imersas no mesmo mundo cultural daquela sociedade a que eu também pertenço, me levou muitas vezes a refletir sobre o porquê a antropologia nos coloca na situação de observador e observado ao mesmo tempo. As trocas entre o antropólogo e seus interlocutores ou com as demais pessoas que compõem a comunidade indígena permitem inferir que, ao adentrar um espaço o qual não me pertencia, acabei de certa maneira me tornando parte dele.

Minhas atitudes, responsabilidades e sensações se entrelaçaram; em algumas situações, precisei me distanciar, repensar sobre o que me trouxe até este ponto. Ao longo deste estudo, muitas informações se repetiram, principalmente naquilo que diz respeito aos costumes e ao modo de ser Mbyá.

A oportunidade de acompanhar o movimento e o cotidiano dos moradores da *Tekoa Pyaú* permite inferir que, os indígenas precisam estar em permanente ajuste e ressignificação dos seus modos de ser e de viver para garantirem seus direitos. Como protagonistas de suas histórias, buscam seus direitos perante o Estado e, cada vez mais, buscam o respeito e a valorização de suas culturas. Sem negar ou abandonar os seus saberes tradicionais, repassados de geração em geração, lutam para a desmistificação de estereótipos negativos que lhes são atribuídos, ensinando aos seus filhos a necessidade de persistir sempre para alcançar aquilo que é

prioritário para o seu sustento. A terra como propriedade privada em si não lhes interessa, sua importância está relacionada à espiritualidade e aos ensinamentos ancestrais que garantem o prosseguimento de suas tradições.

Ao fazer um balanço sobre o período de estudos em que observei, analisei e registrei os deslocamentos das famílias Mbyá que fundaram a *Tekoa Pyaú*, neste caso citando a família extensa liderada por Floriano Romeu e suas irmãs Norma e Edina Romeu, percebi uma série de fatos que contribuem para reforçar os estudos anteriores sobre a formação das *tekoa*.

O surgimento de novas *tekoa* está vinculado a fatores de ordem espiritual (cosmológicas), político e de ajustamento de espaço territorial para dar conta do sustento econômico das famílias Mbyá. Questões de administração e política interna também ocasionam os processos de mobilidade espacial e deslocamentos. As informações que apresentam a situação atual dos Mbyá no município deixam transparecer que, apesar de terem conquistado a sua terra, considerando certa facilidade e agilidade nas negociações ocorridas num período aproximado de dois anos, eles ainda precisam enfrentar uma série de situações que agora estão para serem resolvidas, a terra em si não é garantia de sustentabilidade.

A área de quinze hectares por ora é suficiente para a produção de alimentos, a reorganização dos espaços das famílias, a instalação da *opy*. Entretanto, há necessidade de ter claro que é o início de um projeto que foi pensado e executado a várias mãos e ainda tem muito a ser implementado. Até que chegue o tempo em que as plantações comecem a produzir, em que ocorram as definições sobre quais outras atividades irão auxiliar na sustentabilidade da *Tekoa Pyaú* e as acomodações necessárias aconteçam, o auxílio dos órgãos oficiais do Estado e da comunidade externa, serão de extrema importância.

Ao dialogar com a sociedade envolvente, principalmente com a comunidade local e seus entornos, os Mbyá construíram uma rede permanente de contatos externos, o que permitiu amenizar um pouco as faltas observadas no antigo espaço de moradia, situado no acampamento localizado no Distrito de Atafona. Essas redes também se espalham entre “parentes” quando os Mbyá realizam visitas mais ou menos estendidas em diferentes aldeias e realizam o seu modo de ser tradicional.

As famílias que transitam entre os territórios do Brasil, da Argentina, do Paraguai e, por vezes, do Uruguai seguem os movimentos de “mobilidade espacial” ou de “circulação” e confirmam uma continuidade histórica ao retornar aos antigos

espaços em busca de novas territorializações. A circularidade dos Mbyá permite reagregar as famílias extensas que, muitas vezes, dispersam-se por falta de espaço. Esse movimento demonstra a resistência das comunidades indígenas e a reciprocidade posta no modo de ser guarani. Anildo diz: “se recebemos, devemos retribuir”.

O empenho dos Mbyá esteve e está balizado na união e na perseverança em busca de seus direitos. Nota-se, por meio das ações cotidianas, o papel que cada um tem em manter a coesão e a estabilidade para fortalecer a *tekoa*. Por mais que os contatos interétnicos tenham modificado e desestruturado as relações dos diferentes grupos, os indígenas estão conseguindo ressignificar os momentos de diversidade e as dificuldades na tentativa de minimizar os impactos externos sobre suas tradições e seus costumes.

Em relação à ação do Estado, representado pelos órgãos públicos federais MPF, MPT, FUNAI e os órgãos públicos municipais que estiveram e seguem envolvidos no processo da aquisição da terra para a implantação da *Tekoa Pyaú* e para a execução do Projeto de geração de renda e trabalho, constata-se que houve grande empenho de um grupo de pessoas organizadas e unidas para achar os caminhos e as soluções legais que permitissem a rápida resolução dos problemas enfrentados pelas famílias Mbyá. Esta situação não é comum quando se trata de falar sobre as questões de terra que envolvem as comunidades indígenas em diferentes regiões do país.

A circularidade e a mobilidade espacial dos Mbyá - efetivada nos territórios dos quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e, por vezes, Uruguai) - suscita uma série de debates relativos às legislações adotadas em cada um para tratar das questões indígenas. Embora no Brasil a situação atual, em termos políticos, sociais e de garantias sobre a manutenção dos costumes tradicionais, muitas vezes se apresenta como um grande problema de ordem social a ser sanado pelo Estado, a situação observada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul foge deste contexto de intensos e sangrentos conflitos resultantes de disputas pelas terras dos índios e não índios. A intervenção do Governo do Estado e do Estado representado pelo MPF e MPT nos casos de compra de terra para os Mbyá que vivem na região das Missões, caracteriza uma situação diferenciada. No início dessa etnografia fica explícita a diferença de terra indígena e reserva indígena. Neste caso, fica claro que a região acomoda duas *tekoa* Mbyá que estão elencadas na categoria de Reserva

Indígena, ou seja, conforme previsto em lei, estas terras não necessitaram provar a ocupação tradicional das comunidades indígenas. Este tema, relativo à forma como os governos estadual e federal agiram para acomodar as famílias Mbyá na região das Missões, é assunto a ser aprofundado e entendido em discussões futuras, já que nos demais Estados brasileiros as comunidades indígenas vivem realidades extremamente diferentes no que diz respeito aos seus direitos, principalmente quando se tratam das questões territoriais.

Quanto ao papel da FUNAI, o MPF já acionou os representantes legais para que, mediante o desfecho dos fatos que possibilitaram a compra da terra e a mudança das famílias para o Distrito da Ressaca da Buriti, o órgão passe a atuar no sentido de reconhecer este espaço. Apesar dos trâmites legais agilizarem a compra da terra, o reconhecimento efetivo pode demorar tempo ainda para ocorrer.

A luta da comunidade Mbyá segue e o empenho de todos, com a mesma força e intensidade, é primordial. Após este tempo de convivência na *Tekoa Pyaú* sinto a necessidade de prosseguir de maneira responsável e comprometida auxiliando, dentro das minhas possibilidades, esta e demais comunidades indígenas, afinal tenho um papel social e devo exercê-lo. Deve ficar evidente que o espaço atual dos quinze hectares de terra foi uma solução encontrada para melhorar as condições de vida das pessoas que estavam vivendo na situação de acampamento, porém esta quantidade de terras, sem sombra de dúvidas é insuficiente para atender a todos os elementos previstos no Art. 231 da Constituição Federal. Esta etnografia evidencia parte de uma história, fragmentos e historicidades de cidadãos brasileiros que buscam seus espaços na sua própria sociedade.

Este trabalho não está concluso, pois entendo que uma etnografia pode e deve ser constantemente revisitada e aperfeiçoada. Se a família Romeu veio para Santo Ângelo porque teve respaldo político e auxílio de algumas pessoas da comunidade externa, também aqui chegaram porque tinham a clareza de que estas terras lhe pertenciam desde tempos pretéritos. Aqui cada um deles tem parte de uma história que aos poucos se amplia e ganha sua devida importância. E como disse Anildo,

Sem terras não podemos viver, agora aqui é nosso chão, aqui ficaremos e vamos conseguir superar a distância e os problemas porque temos o nosso deus e acreditamos no nosso deus e assim nossas crianças cantam. Agora vou compor novas músicas para agradecer a *Ñanderu* tudo aquilo que conseguimos e a todas as pessoas que nos ajudaram. Para nós é muito

importante que conheçam nossa cultura e nos respeitem, assim como respeitamos os brancos (Interlocutor Anildo Romeu. In DEZORDI, diário de campo, 2015).

As palavras de Anildo expressam os sentimentos dos moradores da *Tekoa Pyaú* e, outra vez, deixam transparecer a capacidade de buscar um local apropriado para viver e, desta maneira, poder seguir o seu modo de ser.

A terra, a valorização da cultura, o reconhecimento da diversidade étnica em que ocorra o respeito mútuo é o que o Mbyá almeja. O pouco é o muito, a forma de ser e estar desta comunidade se revela a cada contato estabelecido entre os Mbyá e os não Mbyá. Creio que a chegada da família Romeu em Santo Ângelo e o pioneirismo que lhes coube para a fundação de uma comunidade indígena no município será um marco antropológico – histórico a ser observado e analisado em tempos futuros a partir de novos olhares e interpretações.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO E DA ANTROPÓLOGA**. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em:

<<http://www.portal.abant.org.br/index.php/institucional/codigo-de-etica>> Acesso em: mar. 2015.

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fabio. Historia y territorio entre los guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Índias**, v. LXIV, n. 230, p. 35-54, 2004. Disponível em:

<<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/409/477>> Acesso em: nov. 2015.

ARAÚJO, Ana Valéria. LEITÃO, Sergio. Direitos Indígenas: avanços e impasses pós-1988. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

ARNT, Monica de Andrade. **Mediações musicais e direitos autorais entre grupos Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AUGÉ, Marc. **El oficio de antropólogo – Sentido y Libertad**. Traducción Iñaki Ogallar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, LACED, 2002.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. Revisão de Paula Monteiro. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 3, p. 107-131, 1993. Disponível em: <http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605/54721>> Acesso em: nov. 2014.

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. - Fredrik Barth. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras: In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, p.188-227, 2011.

BARROS, Alfredo. ECKERT, Cornelia. GASTALDO, Édison. GUTERRES, Liliane. RODOLPHO, Adriane. **Inventariando a grafia da luz nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 5, p. n. 1, 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9193/5287>> Acesso em: nov. 2014.

BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: PPGAS, UFRJ, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. p. 11-27, 2007.

BOOT, Wayne C. COLOMB, Gregory G. WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CADOGAN, Leon. **Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá del Guairá**. Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **Os diários e suas margens**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 346p., 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História), Assis, SP: UNESP, PPGH, 2013.

CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra**. São Leopoldo, RS: IEPG: Sinodal, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Campinas: Papirus, 1990.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica– antropologia e literatura no século XX**. Organização e Revisão Técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CHRISTIDIS, Danilo; POTY, VHERÁ. **Os Guarani- Mbyá**. Porto Alegre: Wences Design criativo, 2015.

DARELLA, Maria Dorothea Post. **Ore Roipota Yvy Porã. Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DEZORDI, Estelamaris. **Mudou Nosso Ñande Reko?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de História, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Santo Ângelo, 2007.

_____. **Ñande Reko - Modo de Ser Guarani - Papel do líder político na manutenção da identidade cultural do grupo Mbyá Guarani em São Miguel das Missões - RS**. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Santo Ângelo, 2012.

_____. **Diário de Campo Digitalizado**. Santo Ângelo, 2015.

ECKERT, Cornelia. Antropologia visual e o campo dos conceitos. In: RUBIM, Cristina de Rezende. **Iluminando a face escura da lua: homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ilumninando_ebook.pdf Acesso em: jul. 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. LEITE, Eudes Fernando. “Faço parte da história desse jeito!”: componentes da memória e da identidade de uma indígena Guató. **Tellus**, ano 12, n. 23, jul./dez. 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia**, v. 19, p. 29-49, 2006.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. **Ñande Ru Marangatu**: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. **Terra Indígena Buriti**: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju. Mato Grosso do Sul: Ed. UFGD, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>> Acesso em: 20 jul. 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **O Brasil Indígena**. 2010. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>> Acesso em: mar. de 2015.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: História e Significação**. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana), PUC – RS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Editora LTC: Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro - RJ. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Resultados**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: mar. de 2015.

KERN, Arno Alvarez. **Utopia e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território mbya à beira do oceano**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. Mbya Tekoa o nosso lugar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 3, n. 4, p. 56-61, out./dez., 1989.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Almiros Martins. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marê'y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní: experiencia religiosa**. Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. XIII. Assunción: CEADUC- CEPAG, 1991.

_____. **Ñande Reko nuestro modo de ser y bibliografía general comentada**. Cuadernos de Investigación, 30, Centro de Investigación y Promoción del Campesinato. La Paz – Bolívia, 1988.

_____. **El Guaraní -conquistado y reducido**. v. 5. Biblioteca Paraguaya de Antropología, Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica. Asunción, Paraguay. 1986.

_____; SAUL, Marcos Vinícios de Almeida; MURARO, Valmir Francisco. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aatá Tapé Rupy– seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá e Chiripá Guarani no Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. **Aetchá Nhanderukuery Karai Retarã: Entre Deuses e Animais: xamanismo, parentesco e transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS. Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2006.

MERELES, Hugo Centurión. Apuntes para el conocimiento de los Avá-Guarani o Ñandeva. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 53-180, jan./jun. 2014.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de. **A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá nas Missões/RS, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORAES, Tobias Vilhena de. **Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2014.

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: HUCITEC; Ed. Universidade de São Paulo, 1987.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**.v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

_____. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

_____. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, LACED, 2002.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez., 2014.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social kaiowa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

PERASSO, José A. **La cultura guarani en el Paraguay contemporaneo**: (etnografia ava-kue-Chiripa). Asunción, Paraguay. 1987.

PIRES, Daniele de Menezes. **Alegorias Etnográficas do Mbya Rekó em cenários interétnicos no Rio Grande do Sul (2003-2007):discurso, prática e holismo Mbya frente às políticas públicas diferenciadas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A duração da pessoa mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Museu Nacional. Rio de Janeiro - RJ. 2006.

POENITZ, Alfredo J. Erich. La ocupación del espacio y la consolidación de las fronteras em la alta cuenca del río Uruguay (1801-1840). In: GADELHA, Regina Maria A. F. **Missões Guarani**: impacto na sociedade contemporânea. São Paulo: EDUC, p. 22-40, 1999.

RAMOS, Antonio Dari *et al.* **Diálogos interculturais: identidades indígenas na escola não indígena**. Campinas, São Paulo: Curt Nimuendajú, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 11-43, jul./dez. 2014.

SAEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia**. 1. Ed. Florianópolis: Edição do Autor, v. 1. 229 p., 2013.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de história**. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SEEGGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros. **Terras e territórios indígenas no Brasil**. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guaraní**. 3. ed. São Paulo: EPU, Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, Alexandra Barbosa da. **Mais além da “aldeia”**: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras**/ Vagner Gonçalves da Silva: . – Ed: 1ª, 1ª reimpressão. – São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMONIAN, Ligia T.L. Salto Grande: A.I. Salto Grande. In: **Expropriação e Luta: As terras indígenas no Rio Grande do Sul**. PETI - Museu Nacional; ANAÍ-RS. Rio de Janeiro/Porto Alegre, mimeografado, p.183-189, 1993.

SOARES, Mariana de Andrade. **Caminhos para viver o mbya reko: Estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos guarani no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **“Aos Fantasmas das Brenhas”**: Etnografia, Invisibilidade e Etnicidade de Alteridades Originárias no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul).Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____; ASSIS, Valéria S. de. **Relatório Antropológico Circunstanciado sobre as Áreas contíguas à Coxilha da Cruz, à Água Grande e ao rio Inhacapedum, RS**. Porto Alegre, 2001.

SOUZA PRADELLA, Luiz Gustavo. **Entre os seus e os outros Horizonte, Mobilidade e Cosmopolítica Guarani**. Dissertação (Mestrado em Antropologia em

Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TEMPASS, Martín César. **“Quanto mais doce, melhor”**: um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TURRA MAGNI, Claudia. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995.

Fontes Documentais

CHAGAS, Miriam de Fátima. Inquérito civil 1.29.010.000067/2013-84apud Ministério Público Federal (MPF). **Inquérito civil 1.29.010.000035/2014-60**. Santo Ângelo- RS, 2015.

Ministério Público Federal (MPF). **Inquérito civil 1.29.010.000035/2014-60**. Santo Ângelo- RS, 2015.

SANTO ÂNGELO. **Lei nº 1.103 de 09/08/1988**. Criação do Distrito Atafona. Arquivo Histórico de Santo Ângelo, 2015.

_____. **Lei nº 1.402 de 25/07/1991**. Criação do Distrito de Ressaca da Buriti. Arquivo Histórico de Santo Ângelo, 2015.

_____. **Lei provincial de nº 835 22/03/1873**. Eleva à categoria de vila de Santo Ângelo. Arquivo Histórico de Santo Ângelo, 2015.

_____. **Lei Estadual nº 8554, de 29/04/1988**, alterada pela lei estadual nº 8979, de 09/01/1990. Criação do município de São Miguel das Missões. Arquivo Histórico de Santo Ângelo, 2015.

Anexos

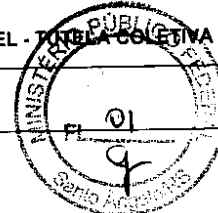
Anexo A – Procedimento Preparatório e instauração do Inquérito Civil, (PP)
1.29.010.000035/2014-60



PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE SANTO ANGELO-RS

Data de 10/03/2014

CÍVEL - JUIZ DE DIREITO

Inquérito Civil - IC**1.29.010.000035/2014-60**

Capa:

Visa acompanhar as medidas a serem tomadas pelos órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer a área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, caso assim determinem os estudos antropológicos e os demais requisitos legais.

Resumo:

Diligência para levantamento de informações de caráter geral a respeito da comunidade guarani estabelecida no interior do município de Santo Ângelo, sob o nome de Aldeia Tekoa Pyau.

Volumes: 1

Distribuição:

PRM-S.ANGELO - 10/03/2014 - 1º OFÍCIO DE SANTO ANGELO

Câmara:

6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

Tema:

Terras Indígenas,

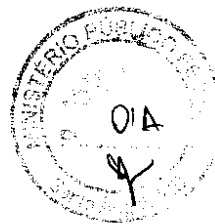
Observação:

Município(s):

SANTO ANGELO - RS

Movimentado para:

10/03/2014 - PRM-S.ANGELO/GABPRM2-OV - OSMAR VERONESE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS

PRM-SAN-RS-00002565/2014

Portaria IC 35/2014, de 27 de agosto de 2014

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

Objeto: *acompanhar as medidas a serem tomadas pelos órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer a área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, caso assim determinem os estudos antropológicos e os demais requisitos legais.*

Câmara/PFDC: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – 6ª CCR.

Representantes: Floriano Romeu e Paulo Joel Bender Leal.

Representados: FUNAI, Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, outros.

PP originário: 1.29.010.000035/2014-60

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seu Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, e:

CONSIDERANDO que, de acordo com a dicção do art. 6º, VII, “c”, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público da União a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos às **comunidades indígenas**, dentre outros;

CONSIDERANDO que, consoante o disposto no art. 6º, XI, da LC nº 75/93, compete ao Ministério Público da União defender judicialmente os direitos e interesses das **populações indígenas**, propondo as ações cabíveis;

CONSIDERANDO a atribuição do Ministério Público para a atuação judicial em favor de **comunidades indígenas**, consoante o disposto no art. 129, V, da

Rua Barão de Santo Ângelo, nº 1101 - Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
Fone/Fax: (55) 3313 2011 / e-mail: prm-sa@prrs.mpf.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS



Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO as competências atribuídas pela legislação nacional à FUNAI, especialmente a competência para promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, bem como seu papel na promoção de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI (fl. 12), de que não consta no banco de dados da Autarquia qualquer reivindicação fundiária Guarani ou de outro grupo indígena no município de Santo Ângelo/RS, acionando, por consequência, a Coordenação Regional Litoral Sul para verificar a possibilidade de iniciar a qualificação da reivindicação Guarani, estágio em que a FUNAI está aberta a receber documentos e informações preliminares de natureza etno-histórica, ambiental, sociológica, fundiária e cartográfica, que serão analisados e sistematizados pelo setor competente, com objetivo de motivar, oportunamente, a constituição de Grupo Técnico (GT) multidisciplinar, responsável por realizar os estudos necessários à demarcação da área com base na legislação vigente;

CONSIDERANDO Ofício recebido do Poder Legislativo de Santo Ângelo/RS (fl. 15), dando conta do corte do fornecimento de energia elétrica junto à Aldeia Guarani, localizada na Barra São João, causando transtornos à comunidade, especialmente crianças e idosos que vivem no local;

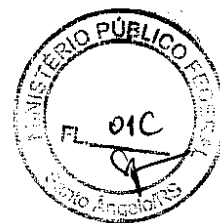
CONSIDERANDO informação prestada pelo Ministério Público do Trabalho – MPT (fl. 17), de reunião realizada entre o Órgão Ministerial, o vereador Gilberto Corazza e a Secretaria de Assistência Social do município, além de tratativas telefônicas com este subscritor, em que foram discutidas questões específicas à inserção social dos indígenas, com alusões à possibilidade de aquisição de área própria para alocação dos integrantes da aldeia;

CONSIDERANDO informação relatada pela Secretaria de Assistência Social, a qual registra que o projeto de geração de trabalho e renda para os indígenas está em fase final de elaboração;

Rua Barão de Santo Ângelo, nº 1101 - Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
Fone/Fax: (55) 3313 2011 / e-mail: prm-sa@prrs.mpf.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS



CONSIDERANDO, também, ser atribuição do Ministério Público instaurar Inquérito Civil ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, com o objetivo de esclarecer, solucionar ou aclarar fatos a respeito de interesse, direito ou bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 129 da CF e art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

CONSIDERANDO, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que vencido o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, o membro do Ministério Público promoverá o arquivamento do procedimento administrativo, ajuizará respectiva ação civil pública ou **o converterá em inquérito civil**;

RESOLVE converter o presente Procedimento Preparatório em **INQUÉRITO CIVIL** tendo por objetivo *acompanhar as medidas a serem tomadas pelos órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer a área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, caso assim determinem os estudos antropológicos e os demais requisitos legais.*

Em continuidade às diligências até agora efetivadas,
DETERMINO:

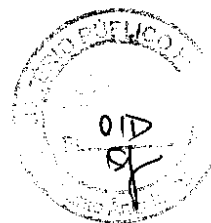
- a) a autuação do Procedimento Preparatório, juntamente com esta Portaria, e o registro no próprio sistema;
- b) a remessa de cópia desta Portaria à Câmara correspondente, via Sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;
- c) a designação dos servidores e estagiários lotados na SOTC desta Procuradoria para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;

Na sequência, oficie-se ao Município de Santo Ângelo – Prefeitura Municipal - para esclarecimentos quanto à informação prestada pelo Poder Legislativo, dando conta da suspensão do fornecimento de energia elétrica na comunidade indígena, já que o terreno em que estão alocadas às famílias pertence ao Ente Municipal.

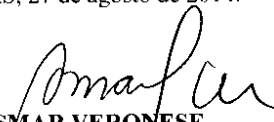
Rua Barão de Santo Ângelo, nº 1101 - Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
 Fone/Fax: (55) 3313 2011 / e-mail: prm-sa@prrs.mpf.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS



Santo Ângelo/RS, 27 de agosto de 2014.


OSMAR VERONESE,
Procurador da República.

Rua Barão de Santo Ângelo, nº 1101 - Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
Fone/Fax: (55) 3313 2011 / e-mail: prm-sa@prrs.mpf.gov.br

Anexo B – Projeto terra Guarani: Aldeia Tekoa Pyaú (Aldeia Nova)



Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Santo Ângelo - RS

**PROJETO: TERRA GUARANI: ALDEIA TEKOA PYAU
(ALDEIA NOVA)**

JULHO /2014

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br

Prefeito Municipal: Luis Valdir Andres

Rua Antunes Ribas s/nº

Santo Ângelo/RS

CEP: 98801-630

Fone: (55) 3312-0100

Fax: (55) 3313-3636

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Secretária Municipal: Genelucia Dalpiaz (responsável pelo Projeto)

Avenida Venâncio Aires s/nº

Santo Ângelo-RS

CEP: 98803-010

Fone: (55) 3312-2392

E-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Santo Ângelo, RS

Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br



As margens do rio São João, interior do Município de Santo Ângelo, em 2,5 há cedidas provisoriamente pela Prefeitura Municipal, vivem hoje em média 28 Guaranis, dos quais 13 são crianças. A Aldeia Guarani provisória foi denominada TEKOA PYAU que revela em seu nome um desejo: na tradução do guarani significa ALDEIA NOVA. O Povo Guarani necessita com urgência de Terras para que possa buscar pelo reconhecimento de sua identidade cultural e, também, pela maior autonomia política e financeira de sua comunidade e associação representativa.

A Terra Indígena oportunizará o registro da existência da Aldeia Tekoa Pyau e seu reconhecimento histórico, social e cultural e assim oportunizando a todos os seus membros a efetivação de seus direitos e deveres perante a Legislação Indigenista e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973.

Entendemos que ao adquirirmos a Terra para o Povo Guarani elas estarão enquadradas na seguinte definição da FUNAI: “**Reservas Indígenas:** São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos povos indígenas, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais, garantindo-se as condições de sua reprodução física e cultural. Nesse caso para constituição da Reserva Indígena, adotam-se as seguintes etapas do processo de regularização fundiária: **Encaminhadas com Reserva Indígena (RI):** Áreas que se encontram em procedimento administrativo visando sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação).

JUSTIFICATIVA:

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br

O projeto foi elaborado pela Secretária de Assistência Social Trabalho e Cidadania, Genelucia Dalpiaz a partir da necessidade da comunidade Indígena que encontra-se alocada provisoriamente em 2,5 ha cedida pela Prefeitura Municipal de Santo Ângelo e, especialmente visando o resgate da cultura, tradição e perpetuação das tradições do Povo Guarani, pois o local não oferece condições para desenvolvimento de atividades que possam manter socialmente, culturalmente e economicamente a população indígena.

As ações do projeto envolvem: A aquisição de 30/40 hectares de terra que possua mata, área para plantio, e um rio para implantação:

- a) De planos de gestão ambiental e bases de monitoramento;
- b) Desenvolvimento de projeto de agricultura familiar sustentável;
- c) Desenvolvimento de atividades de pesca para subsistência,
- d) Desenvolvimento do artesanato indígena com a construção de centros de produção e armazenamento na aldeia e centros de comercialização em áreas urbanas;
- e) Capacitação dos indígenas nos temas relacionados ao projeto e a dotação da FUNAI com infraestrutura para apoio de pessoal especializado à execução das ações do projeto.

As estruturas de produção a serem implantadas e os bens adquiridos pelo projeto terão o uso definido de forma participativa junto à comunidade beneficiária, seguindo a experiência do sistema associativo típico da cultura Guarani.

OBJETIVO GERAL:

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br



Adquirir uma porção de terra para melhorar a qualidade de vida e salvaguardar a cultura e a tradição da população indígena Guarani instalada no Município de Santo Ângelo, transformando a população indígena hoje ociosa em produtores auto-sustentáveis, propiciando condições para aumentar a capacidade alimentícia da aldeia e gerando oportunidades de ocupação e de renda.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- * Geração, organização e disponibilização de informações sobre agricultura familiar sustentável no âmbito dos Guaranis
- * Incentivo e apoio ao Povo Indígena na implementação e gestão de hortas e pomares em forma de associativismo, visando auto-sustentabilidade e a geração de renda na aldeia.
- *Desenvolvimento da produção e do comércio de artesanato indígena
- * Capacitação de indígenas com a realização de cursos para a implantação de agricultura familiar sustentável, atividades de manejo florestal, pesca e agricultura, produção agroextrativista e beneficiamento de produtos agro florestais.
- *Apoio ao fortalecimento institucional da FUNAI
- *Elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial das terras indígenas de e fortalecimento do controle de seu território.

AREAS RESPONSÁVEIS:

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO:

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br

Secretaria de Assistência Social Trabalho E Cidadania Santo Ângelo e FUNAI

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO:

Para a implantação do Projeto estão previstas as seguintes atividades:

- 1) Compra da Terra para alocar a Aldeia Guarani
- 2) Articulação, mobilização do povo Guarani, incluindo definição conceitual para desenvolvimento do projeto e critérios para participação; levantamento e cadastramento das famílias; realização de trabalho de sensibilização;
- 3) Desenvolvimento e organização do processo de produção familiar indígena, incluindo a definição de grupos de produtores para a formação de associação com vista à comercialização dos produtos;
- 4) Melhoria das condições de produção e de gestão, incluindo a capacitação.

DESENVOLVIMENTO:

Serão plantadas mudas de erva-mate, corticeira, taquara, de pau-ferro (*Caesalpinia férrea*), urucum, guaraná. Por ser parte da tradição Guarani.

A horticultura será de: milho, feijão, mandioca, abóbora, bata doce, pimenta, pimentões, amendoim, morangos, tabaco.

Criação de animais domésticos tais como galinhas, porcos, vacas para consumo próprio.

Toda a produção estará destinada ao consumo do povo Guarani sendo o excedente comercializado na cidade para geração de renda.

RECURSOS:

HUMANOS

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br



Secretária da Assistência Social

Coordenador da FUNAI

Povo Guarani

Outros

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

- 30/40 hec. Terra
- 50 Enxadas
- 20 Regadores
- 300m Canos para irrigação 25mm
- 02 Caixa d'água para irrigação- 5000 lt
- Sementes e mudas variadas
- Pequenos animais domésticos
- 300m Lonas para estufas-
- 300m Madeiras para estrutura de estufas 10X5cm
- 300m Madeiras para estrutura de estufas 05X2,5cm
- 40 Rastelos
- 500 m som brito
- 50 caixas plásticas para colheita
- 10 carrinhos de pedreiro
- Matérias para construção de casas
- Instalação de água
- Instalação de rede elétrica
- Infraestrutura necessária a instalação do Povo Guarani na terra adquirida.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do projeto será realizado de duas maneiras: sistemática e assistematicamente.

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br

A avaliação sistemática será realizada trimestralmente, através dos seguintes procedimentos: encontros, reuniões técnicas e entrevistas, ampliando-se a participação para incluir a comunidade indígena envolvida nas ações além do levantamento de dados para cálculo do indicador de acompanhamento.

Os dados coletados e analisados servirão para a retroalimentação da tomada de decisões, correção de rumos e aperfeiçoamento das ações propostas para o Projeto.

A avaliação assistemática ocorrerá mensalmente, quando os envolvidos no projeto e o povo indígena deverão avaliar o desenvolvimento das ações com os vários eixos trabalhados, objetivando o fortalecimento da autoconfiança individual do povo como um todo.

O acompanhamento será feito através de observação participativa com a utilização de visitas, reuniões técnicas, encontros de integração para relatos, troca de experiências e construção de novos caminhos de auto-gestão. A observação participativa constitui-se numa forma mais efetiva de revisão e correção imediata de possíveis desvios de rota do planejamento do Projeto.

A avaliação de impacto será utilizada como forma de aferir a ocorrência de mudanças decorrentes da atuação do Projeto no que se refere ao seu público e a região a que se destina, com base nos seguintes indicadores;

- Até que ponto o público beneficiário está sendo atingido pelo projeto e até que ponto a área de atuação está sendo coberta;
- Se os instrumentos planejados para a implementação são necessários, suficientes, idôneos, potentes e eficazes;
- Se a organização, em seus aspectos internos, favorece ou dificulta o andamento do projeto;
- Se os profissionais envolvidos na implantação possuem habilidades e atitudes que favoreçam o desempenho das tarefas; se são capazes de aplicar seus conhecimentos e de sistematizar a própria experiência, assim como de organizar o trabalho e solucionar problemas concretos;
- Até que ponto os resultados previstos estão sendo alcançados e se estes são pertinentes.

Santo Ângelo, RS
Avenida Venâncio Aires, SN, CEP 98803-010 Fone: (55) 3312-2392 Fax (55) 3312-2392
e-mail: assistenciasocial@santoangelo.rs.gov.br / www.santoangelo.rs.gov.br



Convém registrar como principais resultados a promoção da atividade agrícola e produção artesanal como uma importante fonte de renda (e de alimentos) para o povo indígena a que se destina o Projeto, visto que esta iniciativa promove a produção agro alimentar e artesanal possibilitando enfrentar, em simultâneo, tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda a essas famílias, como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito local.

O associativismo, prática natural do povo Guarani em suas distintas formas, cumprirá um papel vital neste projeto, envolvendo os produtores. A experiência pretende fortalecer os laços comunitários entre os participantes e a valorização das redes de economia solidária, sobretudo na gestão do crédito e na comercialização da produção, ao mesmo tempo em que promoverá quatro favoráveis impactos sobre a segurança alimentar, valorização da cultura, preservação dos costumes:

- É uma importante política de geração de trabalho e renda, aumentando a possibilidade de acesso aos alimentos que são adquiridos para consumo;
- Cria as condições para que as famílias indígenas possam produzir os próprios alimentos que vão consumir;
- Fortalece a chamada “segurança alimentar da comunidade indígena” através da garantia de produção de alimentos para as áreas próximas;
- As opções produtivas que serão adotadas tenderão ao cultivo de alimentos básicos integrantes da tradição Guarani.
- Preservação da cultura, usos, costumes através da produção e comercialização do artesanato Guarani.

**Anexo C – Termo de destinação de valores com encargos. Associação
indígena Guaraní Tekoa Pyau**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO



PRM-SAN-RS-00003294/2015

TERMO DE DESTINAÇÃO DE VALORES COM ENCARGOS

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU

IC nº 1.29.010.000035/2014-60

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, pela sua Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo, neste ato representado pelo Procurador do Trabalho signatário (doravante denominado MPT), o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela sua Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo/RS, neste ato representado pelo Procurador da República signatário (doravante denominado MPF), a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DE SANTO ÂNGELO/RS**, neste ato representada pela Secretária Genelucia Dalpiaz, a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU** (CNPJ: 22.824.081/0001-87), representada pelo seu presidente Anildo Romeu e Secretário Mariano Reis Benites, **considerando:**

a) a instauração do Inquérito Civil nº 1.29.010.000035/2014-60, no MPF, com o objetivo de acompanhar as medidas a serem adotadas pelos órgãos e instituições competentes no sentido de reconhecer a área da comunidade guarani estabelecida no município de Santo Ângelo como terra indígena, caso assim determinassem os estudos antropológicos e os demais requisitos legais;

b) que no curso do procedimento constatou-se que a área na qual os indígenas

Rua Barão de Santo Ângelo, 1101 – Centro – Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
(55) 3313-2011 - (55) 3313-2462 (fax) - www.prrs.mpf.mp.br
prrs-prm-sa@mpf.mp.br

MPF
Ministério Público Federal


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO


da aldeia Tekoá Pyau estão instalados provisoriamente, situada na localidade da Barra do São João, no município de Santo Ângelo, não é apropriada para sua permanência definitiva, por sua extensão limitada e escassez de recursos naturais para subsistência daquela comunidade;

c) o projeto encaminhado pela Secretaria de Assistência Social ao MPT e ao MPF postulando, como objetivo geral, a aquisição de uma área de terra maior, para melhorar a qualidade de vida, salvaguardar a cultura e a tradição da população indígena Guarani que vive em Santo Ângelo, permitindo aos indígenas o plantio de culturas e o desenvolvimento de atividades que os tornem autossustentáveis, qualificando-se o acesso à alimentação e gerando oportunidades de ocupação e de renda;

d) que uma das estratégias de ação do referido projeto é a localização e compra de terra para alocar a Aldeia Guarani Tekoá Pyau;

e) que por meio do Ofício nº 190/2015/SMASTC, a Secretaria de Assistência Social encaminhou cópia do Estatuto Social da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyau, elaborado com orientação da FUNAI, bem como cópia de Contrato de Promessa de Compra e Venda firmado entre a referida Associação e os Promitentes Vendedores, tendo como objeto uma fração de terra de clturas, sem benfeitorias, com a área de 15 hectares, dentro de uma área maior com 204.489,90 metros quadrados, situada na colônia Buriti, neste município, conforme descrição detalhada constante da matrícula número 18.897, no livro 2 Registro Geral, do Serviço de Imóveis de Santo Ângelo;

f) que o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para aquisição da terra está dentro do valor de mercado conforme declarações de corretores de imóveis desta cidade juntadas no inquérito civil em tela;

g) que a área descrita foi escolhida pelos indígenas, entre várias visitadas, por possuir condições naturais que facilitam a preservação da cultura própria, com mata, água, facilidade de acesso à energia, transporte regular, o que viabiliza o deslocamento para venda do

Amilcar Pereira Marisone Reis Benito

Rua Barão de Santo Ângelo, 1101 – Centro – Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
(55) 3313-2011 - (55) 3313-2462 (fax) - www.prrs.mpf.mp.br
prrs-prm-sa@mpf.mp.br

MPF
Ministério Público Federal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO



artesanato produzido pela comunidade;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE DESTINAÇÃO DE VERBAS COM ENCARGOS**, nos termos das cláusulas a seguir ajustadas:

Cláusula Primeira

O presente *Termo de Destinação de Valores com Encargos* tem por objetivo regular:

a) o repasse, por parte do MPT, de valores depositados nas Ações Civil Públicas nº 0000749-04.2014.5.04.0741 e nº 0001210-73.2014.5.04.0741, bem como o repasse, pelo MPF, de parte dos valores depositados na Ação Civil Pública nº 2002.71.05.008760-6, para serem utilizados na compra de uma fração de terra de culturas, sem benfeitorias, com a área de 15 hectares dentro de uma área maior com 204.489,90 metros quadrados, situada na colônia Buriti, neste município, que está em condomínio e nesta condição permanecerá dentro do imóvel que confronta: ao Norte, com o lote nº 55 e o rio Ijuí-Grande; ao Sul com o lote nº 57 e o Rio Ijuí-Grande, INCRA- 866 059 008 133, área total 20,4 hectares, tudo conforme descrição detalhada constante da matrícula número 18.897, no livro 2 Registro Geral, do Serviço de Imóveis de Santo Ângelo, destinada à instalação da Aldeia Indígena Tekoa Pyau, consoante contrato de Promessa de Compra e Venda pactuado entre os Proprietários do referido imóvel e a Associação Indígena Guarani Tekoa Pyau, anexado a este instrumento;

b) A fiscalização da correta observância dos ditames do presente Termo será exercida pelo MPF e, subsidiariamente, pelo MPT.

Cláusula Segunda

O MPT repassará a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o MPF repassará a quantia de 30.000,00 (trinta mil reais) totalizando o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

Amilcar Benedito Maximiano Reis Benedito
 Rua Barão de Santo Ângelo, 1101 – Centro – Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
 (55) 3313-2011 - (55) 3313-2462 (fax) - www.prrs.mpf.mp.br
 prrs-prm-sa@mpf.mp.br

MPF
 Ministério Público Federal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS



à Associação Indígena Tekoa Pyau (CNPJ: 22.824.081/0001-87) por meio de transferência ou depósito na conta corrente nº 00000657-9, Agência: 3058 da Caixa Econômica Federal, conta fornecida em nome de: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKÓ. Os valores serão repassados à Associação, por petição nos autos das Ações Cíveis mencionadas.

§ 1º - A quantia deverá ser aplicada, exclusivamente, na compra da área de terras firmada no Contrato de Promessa de compra e venda, cláusula primeira, sendo vedada sua utilização para qualquer outra finalidade.

§ 2º - Deverá a donatária comprovar no prazo de 30 (trinta) dias contados da transferência dos valores, a averbação na matrícula de registro do imóvel da aquisição do bem descrito na cláusula primeira, fazendo constar na matrícula, necessariamente, cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e impossibilidade de cessão a qualquer título, sob pena de restituição ou indenização do montante global destinado, devidamente corrigido.

§ 3º - O pagamento da terra será realizado com a transferência da quantia de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) aos promitentes vendedores, pelo presidente da Associação Indígena Tekoa Pyau, devendo tal ato ser acompanhado por um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e um representante do MPF.

Cláusula Terceira

A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio necessário à Associação Indígena no que se refere aos trâmites e procedimentos cartorários para realização do negócio jurídico e assinatura de escritura pública de transferência do imóvel objeto do contrato.

Cláusula Quarta

Em até 30 (trinta) dias após a realização do negócio será feita a mudança da Comunidade Tekoa Pyau da Barra do São João para a área de terras objeto deste instrumento.

Amilton Ruan - Marianne Reis Benites

Rua Barão de Santo Ângelo, 1101 - Centro - Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
 (55) 3313-2011 - (55) 3313-2462 (fax) - www.prrs.mpf.mp.br
prrs-prm-sa@mpf.mp.br

MPF
 Ministério Público Federal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO



Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Assistência Social dará o suporte necessário à Comunidade Guarani, no que tange ao transporte de materiais e objetos, para realização da mudança.

Cláusula Quinta

Por este instrumento **fica expressamente vedada a venda e/ou arrendamento, total ou parcial, da área de terras objeto deste Termo**, devendo a comunidade indígena, com a coordenação da Secretaria de Assistência Social do Município e da FUNAI, implantar as seguintes ações descritas no Projeto em anexo, envolvendo, no mínimo:

- a) planos de gestão ambiental e bases de monitoramento;
- b) projeto de agricultura familiar sustentável;
- c) desenvolvimento de atividades de pesca para subsistência;
- d) desenvolvimento do artesanato indígena com a construção de centros de produção e armazenamento na aldeia e centros de comercialização em áreas urbanas.

Cláusula Sexta

Declaram-se os entes, neste ato representados pelos signatários, cientes de que é vedada qualquer espécie de divulgação pública da presente destinação para fins políticos eleitorais, salvo para efeito de veiculação na imprensa, caso em que deverá a notícia aludir expressamente à origem dos recursos como exclusivamente decorrente da atuação do MPT e MPF, sob pena de ser a falsa divulgação publicamente desmentida pelos respectivos ramos do MPU com alusão expressa ao nome do administrador envolvido.

* Anexo: Projeto **Terra Guarani**, subscrito pelos suso signatários.

Amilcar Rener Máximo Reis Benites

Rua Barão de Santo Ângelo, 1101 – Centro – Santo Ângelo/RS - CEP 98801-763
 (55) 3313-2011 - (55) 3313-2462 (fax) - www.prrs.mpf.mp.br
 prrs-prm-sa@mpf.mp.br

MPF
 Ministério Público Federal


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO


E, por estarem de acordo com as condições ora estipuladas, subscrevem os fimatários.

Santo Ângelo/RS, 21 de setembro de 2015.

Itaboray Bocchi da Silva
ITABORAY BOCCHI DA SILVA,
 Procurador do Trabalho

Osamar Veronese
OSMAR VERONESE,
 Procurador da República

Genelucia Dalpiaz
GENELUCIA DALPIAZ,
 Secretária Municipal de Assistência Social,
 Trabalho e Cidadania de Santo Ângelo – RS

Anildo Romeu
ANILDO ROMEU,
 Presidente da Associação Indígena
 Guarani Tekoa Pyau

Mariano Reis Benites
MARIANO REIS BENITES,
 Secretário da Associação Indígena
 Guarani Tekoa Pyau

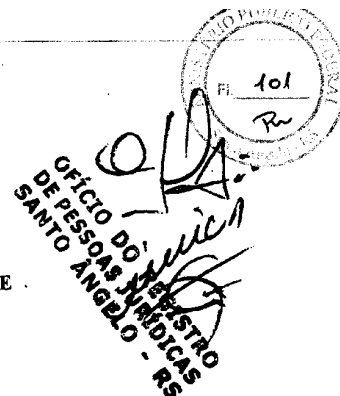
Testemunha(s):

Edilson Soudzikiewicz
Analista do MPU
Mat. 25202-6

**Anexo D – Estatuto da criação da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú;
Ata nº 1 e Certidão do Registro da Associação.**



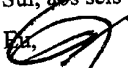
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS DE SANTO ANGELO-RS
Adão Lago Pinto - Titular



CERTIDÃO

Eu, JOÃO CARLOS LAGO PINTO, Registrador Substituto do Registro Especial (Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas), na sede e município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, CERTIFICO para os devidos e legais efeitos que REGISTREI hoje sob nº de ordem: 2864; às Fls: 014, do Livro A - 13, de Registro de Pessoas Jurídicas, desta Comarca de Santo Ângelo - RS, o ato constitutivo da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyau, com sede na Barra do São João, s/n, interior, nesta cidade. A associação tem como finalidade apoiar seus associados e promover a defesa de seus direitos por meio de ações assistenciais de desenvolvimento educacionais e políticas nas áreas de saúde, educação, agricultura e meio ambiente. O referido é verdade e dou fé.

Dada e passada nesta cidade e Comarca de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, aos seis dias do mês de julho de 2015.

Eu, , JOÃO CARLOS LAGO PINTO, Registrador Substituto, digitei, assino e dou fé.

Santo Ângelo, 6 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS LAGO PINTO
Registrador Substituto

Emolumentos:

Total: R\$ 3,60 + R\$ 0,30 = R\$ 3,90
Processamento eletrônico: R\$ 3,60
(0554.01.1200003.19289 = R\$ 0,30)

SERVIÇO DE NOTAS LAGO PINTO Santo Ângelo - RS	Del. Adão Lago Pinto
	Tabelião
	João Carlos Lago Pinto
	1º Substituto
	Joceli Suzatto Seli
	2º Substituto
	Claudia Cristina Camargo Zaltren
	3º Substituto
	Nadir Fulber Garcia
	4º Substituto
	Isabel Cristina Seixas Franco
	5º Substituto
	Paula Regina da Rosa Biceira
	6º Substituto

ILUSTRÍSSIMO SENHOR OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE SANTO ÂNGELO/RS



OFÍCIO DE REGISTRO
DE PESSOAS JURÍDICAS
SANTO ÂNGELO - RS

Anildo Romeu, brasileiro, solteiro, maior de idade, nascida em 19/12/1990, agricultor, RG nº 4101489922 e CPF nº 04141160032, residente e domiciliada na Barra do São João, s/nº, Interior em Santo Ângelo/RS, na condição de presidente da ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU, com sede também na Barra do São João, s/nº, Interior em Santo Ângelo/RS, vem perante Vossa Senhoria requerer o registro dos atos constitutivos da referida Associação, apresentando, para tanto, em anexo:

- a) livro de registro de atas;
- b) duas vias da ata de fundação;
- c) duas vias do estatuto social;
- d) relação dos componentes da diretoria executiva e conselho

fiscal;

e) relação de associados fundadores.

Nesses termos, pede deferimento.

Santo Ângelo, 01 de Julho de 2015.

Anildo Romeu
Anildo Romeu
Presidente

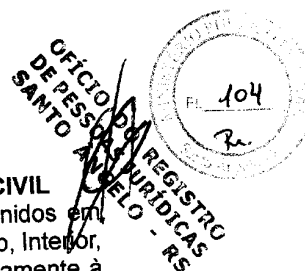
 SERVIÇO DE NOTAS LAGO PINTO Santo Ângelo - RS	Del. Adão Lago Pinto Tabelião
	João Carlos Lago Pinto 1º Substituto
	Joceli Ruzatto Seli 2º Substituto
	Claudia Cristina Camargo Zaltron 3º Substituto
	Nadir Fulber Garcia 4º Substituto
	Izabel Cristina Souza Franco 5º Substituto
	Paulo Rogério da Rosa Ribeiro 6º Substituto

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Registrador: ADÃO LAGO PINTO
M. Número do Oficial: 1111 - Santo Ângelo - RS - Ins. 001.154-0

Protocolado sob nº 53896 às fls. 91 do Livro A nº 9 e registrado sob nº 2004725
fls. 14 do Livro A nº 13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Santo Ângelo,
segunda-feira, 6 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS LAGO PINTO - Registrador Substituto

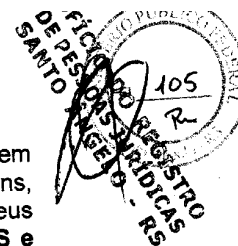
EMOLUMENTOS: Total: R\$ 89,50 + R\$ 3,60 (R\$ 93,10) (R\$ 0,55)
Exame documentos: R\$ 31,10 (0654.03.10) (R\$ 0,02 a 19288 = R\$ 0,70)
Inscrição soc. e fins econômicos: R\$ 45,00 (0654.03.10) (R\$ 0,02 a 19288 = R\$ 0,90)
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 8,40 (0654.03.10) (R\$ 0,02 a 19288 = R\$ 0,16)
Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0654.03.10) (R\$ 0,02 a 19288 = R\$ 0,07)



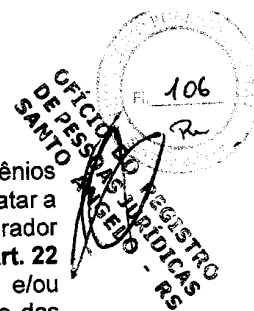
ATA Nº 1

ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CIVIL

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, reunidos em primeira convocação, no acampamento indígena da Barra do São João, Interior, em Santo Ângelo/RS, para deliberarem sobre a pauta do dia, relativamente à constituição de associação civil, discussão e aprovação do estatuto da associação, definição da sede, instituição dos órgãos internos e eleição e posse dos membros que irão compor o primeiro mandato nos órgãos internos, os presentes, ora signatários, na qualidade de associados fundadores, decidiram, por unanimidades, fundar a associação civil denominada ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU, definindo sua sede na Barra do São João, s/nº, Interior, no município de Santo Ângelo/RS. Assumiu a presidência da Assembleia Geral o fundador Miguel Duarte. Em seguida, o presidente determinou fosse procedida à leitura do projeto do estatuto, o qual, submetido à discussão, foi unanimemente aprovado nos seguintes termos: **"ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU. TÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO e FINALIDADES: Art. 1º** – Fica constituída, como pessoa jurídica de direito privado, a associação indígena de Santo Ângelo, denominada ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU, doravante referida como Associação, a qual será regida pelo presente Estatuto. **Art. 2º** – A Associação terá sede na Barra do São João, s/nº, Interior, no município de Santo Ângelo/RS. **Art. 3º** – O prazo de duração da Associação é indeterminado. **Art. 4º** – A Associação tem por finalidade apoiar seus associados e promover a defesa de seus direitos, por meio de ações assistenciais, de desenvolvimento, educacionais e políticas, nas áreas de saúde, educação, agricultura e meio ambiente. **Parágrafo Primeiro** – No cumprimento de sua finalidade, a Associação poderá, por si, ou em cooperação com terceiros, sem prejuízo de outras medidas relacionadas ao bem estar de seus associados: **a)** promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural; **b)** promover o desenvolvimento de alternativas econômicas autossustentáveis, respeitando a preservação da cultura do povo Guarani, de seu modo tradicional de produção e manejo dos recursos naturais; **c)** organizar cursos e programas de estágio, além de outras atividades voltadas à educação; **d)** desenvolver e apoiar as atividades que atendam às necessidades de transporte; **e)** preservar e difundir a cultura dos povos indígenas em suas várias manifestações; **f)** promover estudos, pesquisas e eventos, com a finalidade de resguardar a memória cultural do povo Guarani; **g)** promover o intercâmbio com outras organizações, entidades nacionais e internacionais que se dedicam a estudos étnicos, culturas indígenas e ambientais; **h)** promover estudos das tecnologias culturais indígenas, nos setores agrícolas, de saúde e de relações humanas, sob o enfoque ambientalista, com o objetivo de gerar insumos para o desenvolvimento humano; **i)** fomentar o processo de comercialização da produção cultural nos diversos mercados; **j)** fomentar a produção de peças audiovisuais sobre os diversos aspectos da vida indígena, em especial, referentes: ao trabalho, à comunidade, à recreação, à sua relação com o meio ambiente, à relação intertribal, à sociedade nacional; **l)** estabelecer convênios com órgãos, entidades e instituições que promovam os objetivos citados; **m)** realizar cursos, debates, seminários, congressos, encontros, com o propósito de promover a cultura dos povos indígenas e a temática ambiental em seus diversos aspectos; **n)** estabelecer programas e ações que visem à efetiva preservação das terras



indígenas. **Parágrafo segundo** – A Associação não possui fins lucrativos, nem vinculação político-partidária, tampouco fará, para o cumprimento de seus fins, distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual, ou gênero entre seus associados ou terceiros. **TÍTULO II – ADMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS e DEVERES DOS ASSOCIADOS.** **Art. 5º** – Serão associados da Associação os seus instituidores e outras pessoas que manifestem interesse em se associar, desde que aceitas pela Assembleia Geral. **Art. 6º** – A exclusão do associado é admissível, havendo justa causa, assim reconhecida por deliberação da Assembleia Geral, assegurado o prévio direito de defesa. **Art. 7º** – São direitos de todos os sócios receber relatórios de atividades, participar dos eventos da entidade, bem como apresentar propostas e sugestões que possam contribuir para o bom andamento das atividades, programas e projetos da Associação. **Art. 8º** – São deveres de todos os associados colaborar e zelar pelo nome e pela imagem da Associação, bem como se empenhar para que os seus objetivos sejam alcançados com êxito. **Art. 9º** – Os associados não respondem subsidiária e solidariamente pelas obrigações da Associação, as quais serão satisfeitas tão somente pelo patrimônio social, nem podem utilizar seus símbolos, ou falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Diretoria Executiva. **Art. 10º** – Somente os associados poderão ocupar cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. **TÍTULO III – FONTES DE RECURSOS.** **Art. 11** – A Associação será mantida por meio de contribuição de seus associados, de doações e subvenções recebidas de órgãos públicos e privados, da renda originária de seus bens e de seus projetos, bem como por importâncias provenientes da comercialização de seus produtos. **TÍTULO IV – DOS ORGÃOS E SUA CONSTITUIÇÃO.** **Art. 12** – São órgãos da Associação: I – a Assembleia Geral; II – a Diretoria Executiva; III – o Conselho fiscal; **CAPÍTULO I – ASSEMBLEIA GERAL.** **Art. 13** – A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade, devendo reunir-se, ordinariamente, uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Art. 14** – Compete à Assembleia Geral: I – estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da Associação; II – analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria Executiva; III – analisar e aprovar as contas da Associação; IV – eleger e, se for o caso, destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal; V – decidir pela inclusão ou exclusão de associados. **Art. 15** – As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas pela Diretoria Executiva, ou por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados, com antecedência mínima de (cinco) dias, utilizando-se, para tanto, dos meios usuais de comunicação do povo Guarani de Santo Ângelo. **Art. 16** – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados, ou, em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos do horário marcado, com, no mínimo, 1/2 (a metade) dos associados. **Art. 17** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes. **Art. 18** – Será lavrada, em livro próprio, ata contendo as principais discussões e deliberações da Assembleia Geral, a qual deverá ser assinada pelos presentes. **CAPÍTULO II - DIRETORIA EXECUTIVA.** **Art. 19** – A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão administrativa da Associação e será composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário. **Art. 20** – A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, a cada seis meses, ou, extraordinariamente, quando se fizer necessário. **Art. 21** – Compete ao presidente: I – representar a Associação judicial e extrajudicialmente; II – orientar as atividades da Assembleia Geral e da Associação; III – convocar as



reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral; IV – assinar convênios com entidades públicas para realizar os objetivos da Associação; V – contratar a prestação de serviços especializados e de consultoria; VI – nomear procurador para a Associação, com poderes específicos e por prazos determinados. **Art. 22** – Compete ao vice-presidente substituir o presidente na sua ausência e/ou impedimentos. **Art. 23** – Compete ao secretário: I – proceder ao registro das reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral; II – arquivar todos os documentos da Associação, além das correspondências expedidas e recebidas; III – proceder, conjuntamente com o presidente, à abertura de contas, à assinatura de cheques, à requisição de talões, bem como toda e qualquer providência necessária à realização de operações bancárias. **Art. 24** – O mandato dos membros da Diretoria será de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por igual período. **CAPÍTULO III - CONSELHO FISCAL. Art. 25** – O conselho Fiscal será composto por 04 (quatro) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por igual período. **Art. 26** – Compete ao Conselho Fiscal: I – acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Diretoria da Associação; II – informar à Assembleia Geral o resultado de seus trabalhos; III – auxiliar a Diretoria Executiva na convocação e organização da Assembleia geral. **TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS. Art. 27** – A Associação não distribuirá qualquer parcela do seu patrimônio, nem de suas rendas, a título de lucro ou de participação, a seus associados ou a terceiros. **Art. 28** – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo desempenho de suas funções. **Art. 29** – No caso da dissolução da Associação, seu patrimônio, após o pagamento dos débitos, será destinado, *pro rata*, a seus sócios, ou para entidade com fins semelhantes, conforme entender a Assembleia Geral. **Art. 30** – O presente Estatuto Social somente poderá ser alterado, por Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim. **Art. 31** – Os casos omissos não previstos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com a devida ratificação da Assembleia Geral. **Art. 32** – O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro”. Com isso o presidente declarou definitivamente constituída a ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU. Ato contínuo, em conformidade com o estatuto aprovado, realizou-se a eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva, sendo que ANILDO ROMEU ocupará o cargo de presidente da Associação, FLORIANO ROMEU, o cargo de vice-presidente e MARIANO REIS BENITES o cargo de secretário, bem como a eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, o qual será integrado por MIGUEL DUARTE, JANAINA NUNES FRANCO, CESAR ALISON REIS BENITES, SILVIO REIS. Por fim, após todos os associados fundadores ratificarem e aprovarem os trabalhos de constituição da Associação, foi lavrada a presente ata, que foi lida e achada conforme, seguindo, em 03 (três) vias, assinada por todos os associados fundadores. **Presidente da Associação:** Anildo Romeu (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 19/12/1990, agricultor, RG nº 4101489922 e CPF nº 04141160032); **Vice-presidente da Associação:** Floriano Romeu (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 18/12/1965, agricultor, RG nº 1090175702 e CPF nº 01144431069), **Secretário da Associação:** Mariano Reis Benites (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 30/11/1992, agricultor, RG nº 2101489918 CPF nº 04307609069), **Conselheiros da Associação:** Miguel Duarte (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 29/09/1977, agricultor, RG nº 1089471922), Janaina Nunes Franco (brasileira, solteira, maior de idade, nascido

em 22/06/1992, do lar, RG nº 2119376537 e CPF nº 03627091060), Cesar Alison Reis Benites (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 20/11/1994, agricultor, RG nº 8113584877), Silvio Reis (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascida em 08/12/1974, agricultor, RG nº 8093285041,; **Demais associados fundadores:** Claudio Duarte (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 18/02/1992, agricultor, RG nº 86613575004 e CPF nº 6104806093), Édina Romeu, (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 18/08/1960, do lar, RG nº 8122974093 e CPF nº 86613464015), Norma Romeu (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 01/09/1952, do lar, RG nº 1091696771 e CPF nº 01200010043), Denise Reis (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 23/12/1975, do lar, RG nº 9090504995), Flavio Reis Benites (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 03/12/1996, agricultor, RG nº 1113584922), Marcio Acosta Alves (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 02/10/1985, agricultor, RG nº 1123313171), Graziela Bogado (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 03/06/1990, do lar, RG nº 5111884754).

· Friberto Dornelles, Mariano Reis Benites, Fláudio Pombo
 · Miguel Duarte, Flávio Benites, César Abram Reis Benites
 · Gláucia Duarte, Gilvino Reis, GRAZIELA BOGADO
 · Márcio Marques, Agostinho Alves,
 JANAÍNA NUNES FRANCO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
 Registrador: ADÃO LAGO PINTO
 R. Marques de Melo, 1110 - (Santo Ângelo) - RS - Cep 98604-400 Fone/Fax: (51) 3312.1670

Protocolado sob nº 53696 às fls. 91 do Livro A nº 9 e registrado sob nº 22874 às fls. 14 do Livro A nº 13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Santo Ângelo, segunda-feira, 6 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS LAGE - Registrador Substituto

EMOLUMENTOS: Total: R\$ 89,50 + R\$ 3,10 (R\$ 92,60)
Exame documentos: R\$ 31,10 (0564.031) (R\$ 0,55)
Inscrição soc. s/ fins economicos: R\$ 4,40 (080002.03357 = R\$ 0,70)
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 8,40 (0564.031) (R\$ 282 = R\$ 2,10)
Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0564.031) (R\$ 30 = R\$ 0,30)

DE NOTAS
PINTO
RS
Santo Ângelo

Bel. Adão Lago Pinto
Tabelice

João Carlos Lago Pinto
1º Substituto

Joceli Suzatto Seli
2º Substituto

Claudia Cristina Camargo Zatron
3º Substituto

Nadir Fulber Garcia
4º Substituto

Isabel Cristina Souza Franco
5º Substituto

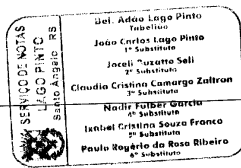
Paulo Rogério da Rosa Ribeiro
6º Substituto

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU

Conselho Fiscal

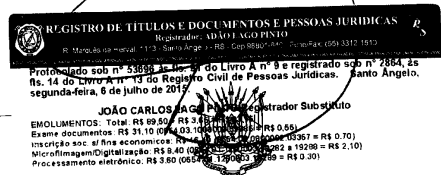
OFÍCIO DO REGISTRAR
DE PESSOAS JURÍDICAS
SANTO ÂNGELO - RS

Nome	Endereço	Identidade	CPF	Estado Civil	Profissão
MIGUEL DUARTE	Barra do São João, S/N, Interior, Santo Ângelo	1089471922		Solteiro	Agricultor
JANAINA NUNES FRANCO	Barra do São João, S/N, Interior, Santo Ângelo	2119376537	03627091060	Do lar	Agricultor
CESAR ALISON REIS BENITES	Barra do São João, S/N, Interior, Santo Ângelo	8113584877		Solteiro	Agricultor
SILVIO REIS	Barra do São João, S/N, Interior, Santo Ângelo	8093285041		Solteiro	Agricultor

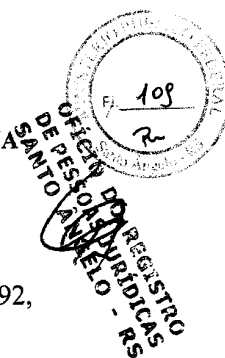


Anildo Romeu

Presidente
ANILDO ROMEU



**RELAÇÃO DE ASSOCIADOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA
GUARANI TEKOA PYAU**



Claudio Duarte (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 18/02/1992, agricultor, RG nº 86613575004 e CPF nº 6104806093),

Édina Romeu, (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 18/08/1960, do lar, RG nº 8122974093 e CPF nº 86613464015),

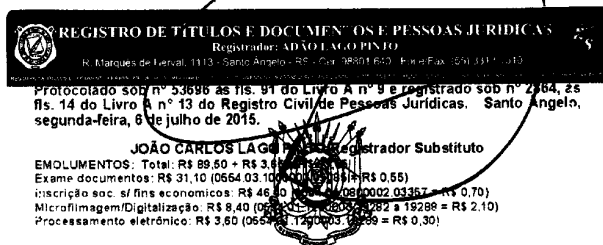
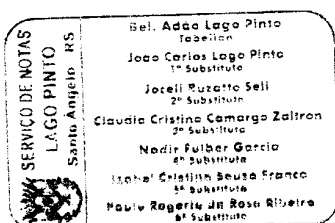
Norma Romeu (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 01/09/1952, do lar, RG nº 1091696771 e CPF nº 01200010043),

Denise Reis (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 23/12/1975, do lar, RG nº 9090504995),

Flavio Reis Benites (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 03/12/1996, agricultor, RG nº 1113584922),

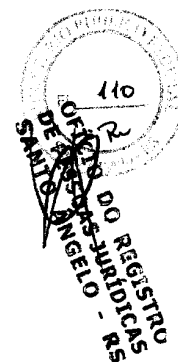
Marcio Acosta Alves (brasileiro, solteiro, maior de idade, nascido em 02/10/1985, agricultor, RG nº 1123313171),

Graziela Bogado (brasileira, solteira, maior de idade, nascida em 03/06/1990, do lar, RG nº 5111884754).



Anildo Romeu

**ANILDO ROMEU
PRESIDENTE**



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU

TÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO e FINALIDADES:

Art. 1º – Fica constituída, como pessoa jurídica de direito privado, a associação indígena de Santo Ângelo, denominada ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU, doravante referida como Associação, a qual será regida pelo presente Estatuto.

Art. 2º – A Associação terá sede na Barra do São João, s/nº, Interior, no município de Santo Ângelo/RS.

Art. 3º – O prazo de duração da Associação é indeterminado.

Art. 4º – A Associação tem por finalidade apoiar seus associados e promover a defesa de seus direitos, por meio de ações assistenciais, de desenvolvimento, educacionais e políticas, nas áreas de saúde, educação, agricultura e meio ambiente.

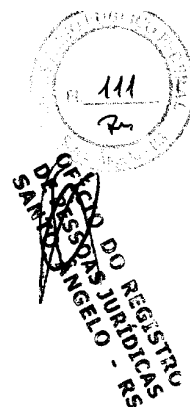
Parágrafo Primeiro – No cumprimento de sua finalidade, a Associação poderá, por si, ou em cooperação com terceiros, sem prejuízo de outras medidas relacionadas ao bem estar de seus associados:

- a) promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural;
- b) promover o desenvolvimento de alternativas econômicas autossustentáveis, respeitando a preservação da cultura do povo Guarani, de seu modo tradicional de produção e manejo dos recursos naturais;
- c) organizar cursos e programas de estágio, além de outras atividades voltadas à educação;
- d) desenvolver e apoiar as atividades que atendam às necessidades de transporte;
- e) preservar e difundir a cultura dos povos indígenas em suas várias manifestações;
- f) promover estudos, pesquisas e eventos, com a finalidade de resguardar a memória cultural do povo Guarani;
- g) promover o intercâmbio com outras organizações, entidades nacionais e internacionais que se dedicam a estudos étnicos, culturas indígenas e ambientais;
- h) promover estudos das tecnologias culturais indígenas, nos setores agrícolas, de saúde e de relações humanas, sob o enfoque ambientalista, com o objetivo de gerar insumos para o desenvolvimento humano;
- i) fomentar o processo de comercialização da produção cultural nos diversos mercados;
- j) fomentar a produção de peças audiovisuais sobre os diversos aspectos da vida indígena, em especial, referentes: ao trabalho, à comunidade, à recreação, à sua relação com o meio ambiente, à relação intertribal, à sociedade nacional;
- l) estabelecer convênios com órgãos, entidades e instituições que promovam os objetivos citados;

m) realizar cursos, debates, seminários, congressos, encontros, com o propósito de promover a cultura dos povos indígenas e a temática ambiental em seus diversos aspectos;

n) estabelecer programas e ações que visem à efetiva preservação das terras indígenas.

Parágrafo segundo – A Associação não possui fins lucrativos, nem vinculação político-partidária, tampouco fará, para o cumprimento de seus fins, distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual, ou gênero entre seus associados ou terceiros.



TÍTULO II – ADMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS e DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 5º – Serão associados da Associação os seus instituidores e outras pessoas que manifestem interesse em se associar, desde que aceitas pela Assembleia Geral.

Art. 6º – A exclusão do associado é admissível, havendo justa causa, assim reconhecida por deliberação da Assembleia Geral, assegurado o prévio direito de defesa.

Art. 7º – São direitos de todos os sócios receber relatórios de atividades, participar dos eventos da entidade, bem como apresentar propostas e sugestões que possam contribuir para o bom andamento das atividades, programas e projetos da Associação.

Art. 8º – São deveres de todos os associados colaborar e zelar pelo nome e pela imagem da Associação, bem como se empenhar para que os seus objetivos sejam alcançados com êxito.

Art. 9º – Os associados não respondem subsidiária e solidariamente pelas obrigações da Associação, as quais serão satisfeitas tão somente pelo patrimônio social, nem podem utilizar seus símbolos, ou falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Diretoria Executiva.

Art. 10º – Somente os associados poderão ocupar cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

TÍTULO III – FONTES DE RECURSOS

Art. 11 – A Associação será mantida por meio de contribuição de seus associados, de doações e subvenções recebidas de órgãos públicos e privados, da renda originária de seus bens e de seus projetos, bem como por importâncias provenientes da comercialização de seus produtos.

TÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS E SUA CONSTITUIÇÃO

Art. 12 – São órgãos da Associação:

I – a Assembleia Geral;

II – a Diretoria Executiva;

III – o Conselho fiscal;

CAPITULO I – ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13 – A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade, devendo reunir-se, ordinariamente, uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 14 – Compete à Assembleia Geral:

- I – estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da Associação;
- II – analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria Executiva;
- III – analisar e aprovar as contas da Associação;
- IV – eleger e, se for o caso, destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- V – decidir pela inclusão ou exclusão de associados.

Art. 15 – As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas pela Diretoria Executiva, ou por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados, com antecedência mínima de (cinco) dias, utilizando-se, para tanto, dos meios usuais de comunicação do povo Guarani de Santo Ângelo.

Art. 16 – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados, ou, em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos do horário marcado, com, no mínimo, 1/2 (a metade) dos associados.

Art. 17 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.

Art. 18 – Será lavrada, em livro próprio, ata contendo as principais discussões e deliberações da Assembleia Geral, a qual deverá ser assinada pelos presentes.

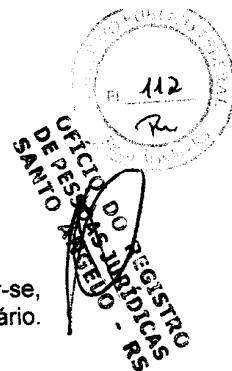
CAPITULO II - DIRETORIA EXECUTIVA

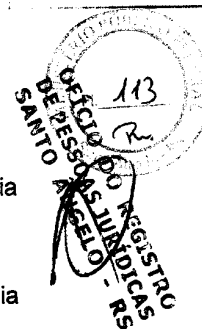
Art. 19 – A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão administrativa da Associação e será composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Art. 20 – A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, a cada seis meses, ou, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

Art. 21 – Compete ao presidente:

- I – representar a Associação judicial e extrajudicialmente;
- II – orientar as atividades da Assembleia Geral e da Associação;
- III – convocar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- IV – assinar convênios com entidades públicas para realizar os objetivos da Associação;
- V – contratar a prestação de serviços especializados e de consultoria;
- VI – nomear procurador para a Associação, com poderes específicos e por prazos determinados.





Art. 22 – Compete ao vice-presidente substituir o presidente na sua ausência e/ou impedimentos.

Art. 23 – Compete ao secretário:

I – proceder ao registro das reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

II – arquivar todos os documentos da Associação, além das correspondências expedidas e recebidas;

III – proceder, conjuntamente com o presidente, à abertura de contas, à assinatura de cheques, à requisição de talões, bem como toda e qualquer providência necessária à realização de operações bancárias.

Art. 24 – O mandato dos membros da Diretoria será de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por igual período.

CAPÍTULO III - CONSELHO FISCAL

Art. 25 – O conselho Fiscal será composto por 04 (quatro) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por igual período.

Art. 26 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Diretoria da Associação;

II – informar à Assembleia Geral o resultado de seus trabalhos;

III – auxiliar a Diretoria Executiva na convocação e organização da Assembleia geral.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 27 – A Associação não distribuirá qualquer parcela do seu patrimônio, nem de suas rendas, a título de lucro ou de participação, a seus associados ou a terceiros.

Art. 28 – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo desempenho de suas funções.

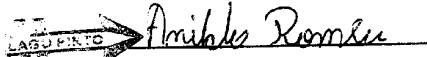
Art. 29 – No caso da dissolução da Associação, seu patrimônio, após o pagamento dos débitos, será destinado, *pro rata*, a seus sócios, ou para entidade com fins semelhantes, conforme entender a Assembleia Geral.

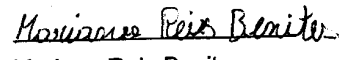
Art. 30 – O presente Estatuto Social somente poderá ser alterado, por Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim.

Art. 31 – Os casos omissos não previstos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com a devida ratificação da Assembleia Geral.

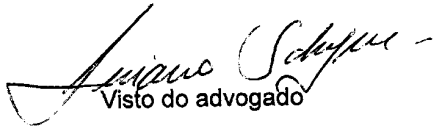
Art. 32 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro.

Santo Ângelo/RS, 01 de julho de 2015.


Anildo Romeu
Presidente


Mariano Reis Benites
Secretário




Visto do advogado

Luciana Sahym
ADVOGADO
OAB/RS 43.558-B

SERVIÇO DE NOTAS LAGO PINO Santo Ângelo - RS	Del. Adão Lago Pinto Tabelião
	João Carlos Lago Pinto 1º Substituto
	Joceli Puzatto Seli 2º Substituto
	Claudia Cristina Camargo Zaitron 3º Substituto
	Nadir Fulber Garcia 4º Substituto
	Isabel Cristina Sousa Franco 5º Substituto
	Paulo Rogerio de Ruy 6º Substituto

1º Tabelionato de Santo Ângelo - RS
Rua Marquês de Herval, 1117 - Santo Ângelo, RS - CEP 96801-650 - Fone/Fax: (51) 3311-1510
ADÃO LAGO PINTO - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de Anildo Romeu, indicada com a seta de anexo, dou fé
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Santo Ângelo, segunda-feira, 6 de julho de 2015
João Carlos Lago Pinto - 1º Subst. - 10:26:40
Emol: R\$ 3,60 + Selo digital R\$ 0,30 - 0554.01.1400001.90388

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Registrador: ADÃO LAGO PINTO
R. Marquês de Herval, 1117 - Santo Ângelo - RS - CEP 96801-650 - Fone/Fax: (51) 3311-1510
Protocolado sob nº 53696 às fls. 91 do Livro A nº 9 e registrado sob nº 2864, 25 fls. 14 do Livro A nº 13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Santo Ângelo, segunda-feira, 6 de julho de 2015.
JOÃO CARLOS LAGO PINTO - Registrador Substituto
EMOLUMENTOS: Total: R\$ 99,50 + R\$ 3,60 (Emol. digital) = R\$ 103,10
Exame documentos: R\$ 31,10 (0554.03.1400001.90388) = R\$ 0,55)
Inscrição soc. e fins econômicos: R\$ 46,10 (0554.03.1400002.03697) = R\$ 0,70)
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 8,40 (0554.03.1400002.19288) = R\$ 2,10)
Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0554.03.1400001.90388) = R\$ 0,30)

Anexo E - Escritura Pública de Compra e Venda

LIVRO Nº 214
DE COMPRA E VENDA



FOLHA 091

TRASLADO

2º TABELIONATO DE NOTAS DE SANTO ÂNGELO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Nº DE ORDEM 22.061. - Escritura Pública de COMPRA E VENDA, que fazem **CLAUDIO MAURI FENNER** e esposa a **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU**, como a seguir se declara. SAIBAM todos quantos esta Escritura Pública de COMPRA E VENDA, virem que aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze (05/10/2015), nesta cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, neste Segundo Tabelionato de Notas, situado na Rua Antunes Ribas, 1.505, Sala 01, perante mim Tabelião Substituto, no final nomeada e assinada, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes vendedores: **CLAUDIO MAURI FENNER**, agricultor, portador da carteira nacional de habilitação registro número 00319300737, expedida pelo DETRAN-RS em 29/05/2013, inscrito no CPF sob número 330.931.720-04, e esposa **MARILENE FENNER**, agricultora, portadora da carteira de identidade RG número 6027853362, expedida pela SIS/RS em 25/01/1996, inscrita no CPF sob número 376.441.300-04, brasileiros, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados em Ressaca da Buriti, Santo Ângelo-RS; e de outro lado, como outorgada compradora **ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GUARANI TEKOA PYAU**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.824.081/0001-87, com sede na Barra do São João, s/n, em Santo Ângelo-RS, registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 06/07/2015, no Livro A-13, sob número 2864, a folha 14, cópias da Certidão de Registro e do Estatuto Social registradas e arquivadas neste Tabelionato, no Livro nº 107 de Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais, folhas 141 a 147, sob números de ordem 11.998 e 11.999, apresentada pelo **Presidente ANILDO ROMEU**, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da carteira de identidade RG número 4101489922, expedida pela SSP/RS em 28/03/2013, inscrito no CPF sob número 041.411.600-32, residente e domiciliado em Barra do São João, Santo Ângelo-RS, e pelo **Secretário MARIANO REIS BENITES**, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da carteira de identidade RG número 2101489918, expedida pela SSP/RS em 20/03/2012, inscrito no CPF sob número 043.076.090-69, residente e domiciliado em Barra do São João, Santo Ângelo-RS, conforme Ata número 01 da Assembléia Geral e Ata número 02/2015, cópias registradas e arquivadas neste Tabelionato, no Livro nº 107 de Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais, folhas 148 a 154, sob números de ordem 12.000 e 12.001; pessoas consideradas juridicamente capazes, identificadas documentalmente por mim, do que dou fé. Pelos outorgantes vendedores foi dito que são proprietários e legítimos possuidores do seguinte imóvel: **UMA PARTE IDEAL DE TERRAS**, com a área de **quinze hectares (15,00ha)**, dentro de um todo maior constituído por Uma Fração de



Handwritten signature of Claudio Mauricio Fenner

Handwritten signature of Marilene Fenner

Handwritten signature of Anildo Romeu

Handwritten signature of Mariano Reis Benites

1001-21748-5
B1 0033974

Bel. Marilisa Stella Zamberlan
Tabelião de Notas

Rua Antunes Ribas, 1505, Sala 01 - Cep 98801-630 - Fone/Fax: (55) 3312.1790

terras de culturas, sem benfeitorias, com a área de duzentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove metros e noventa decímetros quadrados (204.489,90m²), que é parte do lote número 56 da Ressaca do Ijuí-Grande, situado na Colônia Buriti, em Santo Ângelo-RS, dentro de área maior que confronta: ao Norte com o lote nº 55 e o rio Ijuí-Grande; ao Sul, com o lote nº 57 e o rio Ijuí-Grande; ao Leste, com o lote nº 55; e ao Oeste, com o lote nº 57 e o rio Ijuí-Grande; imóvel esse constante da Escritura Pública de Compra e Venda registrada sob o R-5/18.897, matriculado sob o nº 18.897, no Livro 2 Registro Geral, do Serviço do Registro de Imóveis de Santo Ângelo-RS, que possuem livre e desembaraçado de quaisquer compromissos por hipotecas, impostos ou ônus de qualquer natureza, exceto o arrendamento constante no AV-3/18.897, o qual será cancelado por ocasião do registro deste instrumento, e a preservação constante no AV-2/18.897, que assim o possuindo, pela presente escritura e na melhor forma de direito, o vendem à outorgada compradora pelo preço certo e ajustado de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais); que receberam toda a importância em moeda corrente nacional, pelo que dão à outorgada compradora plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos para nada mais exigir pela presente venda, obrigando a si, sucessores e herdeiros, em fazê-la sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direitos, se chamados à autoria, transferindo por este ato, todo domínio, posse, direitos e ações que até aqui exerciam no referido imóvel, para que a outorgada compradora o use, goze e disponha de sua legítima propriedade que lhe fica sendo, por força deste instrumento e consequente registro imobiliário. Pelos outorgantes vendedores foi dito, sob as penas da Lei, que não são contribuintes diretos da Previdência Social, não estando sujeitos, nos termos da Legislação vigente, a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); declaram ainda, sob pena de responsabilidade civil e penal, que inexistem outras ações reais ou pessoais reipersecutórias, bem como inexistem outros ônus reais sobre o imóvel. Pelas partes foi dito, sob as penas da Lei, que a certidão de casamento apresentada para este ato, corresponde ao seu atual estado civil. Declaram ambas as partes que, em caso de futura localização, desmembramento e/ou divisão, a área objeto desta escritura, terá as medidas e confrontações constantes do levantamento topográfico a ser efetuado. Declara a outorgada compradora que os recursos financeiros para a aquisição antes convencionada são originários da destinação promovida pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Federal de Santo Ângelo-RS, oriundos das Ações Civis Públicas nº 0000749-04.2014.5.04.0741, nº 0001210-73.2014.5.04.0741 e nº 2002.71.05.008760-6, e em virtude disso, a área será utilizada única e exclusivamente pela Aldeia Indígena Tekoa Pyau em cumprimento à

LIVRO Nº 214

DE COMPRA E VENDA



FOLHA 092

TRASLADO

2º TABELIONATO DE NOTAS DE SANTO ÂNGELO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

sua função indígena, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal e da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio). CERTIFICO foi apresentado Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR 2010/2011/2012/2013/2014, com taxa de serviços cadastrais quitada, e com as seguintes características: Código do imóvel rural 866.059.008.133-6; Denominação do Imóvel Rural: (nada consta); Indicações para Localização do Imóvel Rural: Colônia Buriti; Módulo Rural: 17,0476; Número de Módulos Rurais: 1,05; Módulo Fiscal: 20.0000 ha; Número de Módulos Fiscais: 1,0200; Fração Mínima de Parcelamento: 2.0000 ha; Área Total: 20,4000 ha; Nome: Claudio Mauri Fenner; Nacionalidade: brasileira. CERTIFICO, para os efeitos da Lei 9.393/96, foi apresentada Certidão Negativa de Débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, número do imóvel na Receita Federal 1.916.135-2, área total 20,4 ha, na qual consta como contribuinte Claudio Mauri Fenner. CERTIFICO, para fins de pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, que o imóvel foi avaliado pelo Município de Santo Ângelo - RS, em R\$ 151.110,00 (cento e cinquenta e um mil e cento e dez reais), em 23 de setembro de 2015, conforme Guia de Avaliação número 1508. CERTIFICO que o imposto de transmissão, incidente sobre esta transação, no valor de R\$ 1.511,10 (mil, quinhentos e onze reais e dez centavos), foi pago em 23/09/2015, na Caixa Econômica Federal, conforme Guia de Arrecadação número 829864. CERTIFICO que foram apresentados e ficam arquivados neste Tabelionato, os seguintes documentos: guias informativas e de arrecadação citadas; certidões atualizadas e negativas de ônus e ações reais e pessoais reipersecutórias, do Serviço do Registro de Imóveis de Santo Ângelo-RS, datadas em 15/09/2015 e 23/09/2015; Certidão Negativa de Débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, sob código de controle 6F95:D8F7.ADBF.CD99, emitida em 14/08/2015, válida até 10/02/2016; Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal da 4ª Região, emitida em 23/09/2015, em nome de Marilene Fenner; certidão judicial cível e criminal negativas, emitidas em 23/09/2015. As partes apresentam certidão negativa fiscal da Fazenda Estadual nº 8748789, emitida em 23/09/2015, válida até 21/11/2015 em nome de Marilene Fenner, e dispensam a apresentação da Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal da 4ª Região e certidão negativa fiscal da Fazenda Estadual em nome de Claudio Mauri Fenner e de outras certidões negativas, do que ficam cientes dos riscos inerentes a não apresentação. As partes declaram, nos termos do artigo 594, alínea B1, da Consolidação Normativa Notarial e Registral, que dispensam a apresentação das certidões negativas ambientais, e ficam cientes de que a natureza das obrigações ambientais têm caráter real ou "propter rem", e a possibilidade de transmissão ao sucessor de eventuais obrigações, de acordo com o artigo 2º, § 2º da Lei nº 12.651/12. Em

1001-21748-5
B1 00033975Bel. Marilisa Stella Zamberlan
Tabeliã de Notas

Rua Antunes Ribas, 1505, Sala 01 - Cep 98801-630 - Fone/Fax: (55) 3312.1790

LIVRO Nº 214

DE COMPRA E VENDA



FOLHA 092

TRASLADO

2º TABELIONATO DE NOTAS DE SANTO ÂNGELO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

sua função indígena, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal e da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio). CERTIFICO foi apresentado Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR 2010/2011/2012/2013/2014, com taxa de serviços cadastrais quitada, e com as seguintes características: Código do imóvel rural 866.059.008.133-6; Denominação do Imóvel Rural: (nada consta); Indicações para Localização do Imóvel Rural: Colônia Buriti; Módulo Rural: 17,0476; Número de Módulos Rurais: 1,05; Módulo Fiscal: 20.0000 ha; Número de Módulos Fiscais: 1,0200; Fração Mínima de Parcelamento: 2.0000 ha; Área Total: 20,4000 ha; Nome: Claudio Mauri Fenner; Nacionalidade: brasileira. CERTIFICO, para os efeitos da Lei 9.393/96, foi apresentada Certidão Negativa de Débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, número do imóvel na Receita Federal 1.916.135-2, área total 20,4 ha, na qual consta como contribuinte Claudio Mauri Fenner. CERTIFICO, para fins de pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, que o imóvel foi avaliado pelo Município de Santo Ângelo - RS, em R\$ 151.110,00 (cento e cinquenta e um mil e cento e dez reais), em 23 de setembro de 2015, conforme Guia de Avaliação número 1508. CERTIFICO que o imposto de transmissão, incidente sobre esta transação, no valor de R\$ 1.511,10 (mil, quinhentos e onze reais e dez centavos), foi pago em 23/09/2015, na Caixa Econômica Federal, conforme Guia de Arrecadação número 829864. CERTIFICO que foram apresentados e ficam arquivados neste Tabelionato, os seguintes documentos: guias informativas e de arrecadação citadas; certidões atualizadas e negativas de ônus e ações reais e pessoais reipersecutórias, do Serviço do Registro de Imóveis de Santo Ângelo-RS, datadas em 15/09/2015 e 23/09/2015; Certidão Negativa de Débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, sob código de controle 6F95:D8F7.ADBF.CD99, emitida em 14/08/2015, válida até 10/02/2016; Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal da 4ª Região, emitida em 23/09/2015, em nome de Marilene Fenner; certidão judicial cível e criminal negativas, emitidas em 23/09/2015. As partes apresentam certidão negativa fiscal da Fazenda Estadual nº 8748789, emitida em 23/09/2015, válida até 21/11/2015 em nome de Marilene Fenner, e dispensam a apresentação da Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal da 4ª Região e certidão negativa fiscal da Fazenda Estadual em nome de Claudio Mauri Fenner e de outras certidões negativas, do que ficam cientes dos riscos inerentes a não apresentação. As partes declaram, nos termos do artigo 594, alínea B1, da Consolidação Normativa Notarial e Registral, que dispensam a apresentação das certidões negativas ambientais, e ficam cientes de que a natureza das obrigações ambientais têm caráter real ou "propter rem", e a possibilidade de transmissão ao sucessor de eventuais obrigações, de acordo com o artigo 2º, § 2º da Lei nº 12.651/12. Em

1001-21748-5
B1 00033975

Bel. Marilisa Stella Zamberlan

Tabeliã de Notas

Rua Antunes Ribas, 1505, Sala 01 - Cep 98801-630 - Fone/Fax: (55) 3312.1790

cumprimento ao Provimento nº 39/2014 do CNJ, feito a consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, apresentou o resultado **Negativo** para Claudio Mauri Fenner conforme o código Hash 44c1.1e04.fd68.664a.477d.d90d.8e7f.e8b2.926f.7564 em 05/10/2015 às 15:35, para Marilene Fenner conforme o código Hash fd54.a891.136c.82ca.f400.cd11.f846.eedf.a99a.5be4 em 05/10/2015 às 15:36 e para Associação Indígena Guaraní Tekoa Pyaú conforme o código Hash f549.8256.0d0a.e31b.cfee.b22e.c089.8a07.fb5d.fd32 em 05/10/2015 às 15:37. CERTIFICO que foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade deste ato. É emitida Declaração sobre Operação Imobiliária - DOI. Assim o disseram e me pediram que lhes lavrasse esta escritura, a qual sendo lida, achada conforme, aceitam, ratificam e assinam. Eu, MARCOS ANTONIO ZAMBERLAN, Tabelião Substituto, fiz digitar, conferi, subscrevo, dou fé e assino.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

Santo Ângelo, 05 de outubro de 2015.

Claudio Mauri Fenner
Claudio Mauri Fenner

Marilene Fenner
Marilene Fenner

Anildo Romeu Mariano Reis Benites
Associação Indígena Guaraní Tekoa Pyaú
p. Anildo Romeu
p. Mariano Reis Benites

Marcos Antonio Zamberlan
Tabelião Substituto

Emolumentos: Escr. c/cont. financeiro: R\$ 832,00 (0555.08.1400003.00117 = R\$ 13,50)

Enc. e exame de doc.: R\$ 58,60 (0555.04.1500002.00484 = R\$ 0,90)

Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0555.01.1500002.24753 = R\$ 0,40)

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos NOTÍCIAS REF.

COMPRA DE ÁREA PELA ASSOCIAÇÃO
GUARANÍ TEKOA PYAÚ, FLS 173/176

Santo Ângelo, 07/10/2015. Ru, Servidor(a) Responsável.

